



**MAÇONARIA E LAICISMO REPUBLICANO
NA IMPRENSA CATÓLICA CEARENSE
1910-1920**

Marcos José Diniz Silva

**OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA
PRÁTICA DO RITUAL MAÇÔNICO**

Rafhael Guimarães

**PORQUE A MAÇONARIA ESTÁ
PERDIDA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DA INFLUÊNCIA DOS
DIFERENTES LEMAS SOBRE AS
ATIVIDADES MAÇÔNICAS**

Kenny Ismail

**A MULHER, A MAÇONARIA E OS
DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Hugo Garcez Duarte

**MAÇONARIA E EDUCAÇÃO NA CIDADE
DE SOROCABA NA 2ª. METADE DO
SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR
DAS RELAÇÕES DE PODER**

Ivanilson Bezerra da Silva

**O SIMBOLISMO NA MAÇONARIA
(REVIEW)**

Nihad Faissal Bassis



"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"



Imagem da Capa:

"Amor Fraternal, Auxílio e Verdade", as três virtudes maçônicas que compõem o lema maçônico original, que é tema abordado em um dos artigos publicados neste número. Ilustração em carvão feita por Lee Woodward Zeigler. Tamanho Original: 17,2 cm x 14 cm. Reproduzido a partir de uma chapa inserida após a página 2000, da obra "A História da Maçonaria, as suas lendas e tradições, sua história cronológica", de Albert Gallatin Mackey. Publicado pela: *The Masonic History Company*, Nova York e Londres: 1906. Vol. 7.

Missão:

Democratizar a produção acadêmico-científica sobre Maçonaria e seu acesso.

Dados Catalográficos:

ISSN 2318-0129
Janeiro a Junho de 2013
Volume 01.
Número 01.

Periodicidade:

Semestral

Conselho Editorial:

Gabriel Castelo Branco
Kennyo Ismail
Max Stabile Mendes
Nihad Faissal Bassis

Contatos:

Editor-Chefe: Kennyo Ismail
contato@cienciaemaconaria.com.br

Suporte Técnico: Nihad Bassis
nihadbassis@yahoo.com.br

Portal - www.cienciaemaconaria.com.br

Parceiros:

Loja Maçônica "Flor de Lótus Nº38"
PKP – *Public Knowledge Project*

Aviso:

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Revista Ciência & Maçonaria. Não é necessário solicitar prévia autorização para reproduzir parte do conteúdo publicado nesta revista, desde que sejam citados o autor e a fonte.

Iza Antunes Araujo CRB1-079

C&M: Revista Ciência & Maçonaria / Loja Maçônica Flor de Lótus. – v.1, n. 1 (2013)
Brasília, DF: Loja Maçônica Flor de Lótus, 2013.

Semestral

ISSN 2318-0129

1. Maçonaria – Periódicos. I. Loja Maçônica Flor de Lótus (Brasília)

CDD: 060

CDU: 061.236.61



"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"

Sumário

<i>Palavra do Editor</i>	5-6
<i>Maçonaria e Laicismo Republicano na Imprensa Católica Cearense 1910-1920</i>	7-19
MARCOS JOSÉ DINIZ SILVA	
<i>Os Efeitos Psicológicos da Prática do Ritual Maçônico</i>	21-28
RAFHAEL GUIMARÃES	
<i>Porque a Maçonaria está Perdida: Uma Análise Comparativa da Influência dos Diferentes Lemas sobre as Atividades Maçônicas</i>	29-50
KENNYO ISMAIL	
<i>A Mulher, a Maçonaria e os Direitos Fundamentais</i>	51-64
HUGO GARCEZ DUARTE	
<i>Maçonaria e Educação na Cidade de Sorocaba na 2a. Metade do Século XIX: Uma Análise a partir das Relações de Poder</i>	65-79
IVANILSON BEZERRA DA SILVA	
<i>O Simbolismo na Maçonaria (resenha)</i>	81-85
NIHAD FAISSAL BASSIS	
<i>Sobre a Revista "Ciência & Maçonaria"</i>	87-88



Palavra do Editor

Prezados leitores,

A Maçonaria sempre se mostrou assunto interessantíssimo, em especial pelo potencial de temas a serem explorados. Afinal de contas, se há uma organização rodeada de mistérios, essa organização é a Maçonaria, a começar por sua origem. Ao longo dos séculos, as mais diferentes teorias têm surgido e sido contestadas, o que tem destacado a origem da Maçonaria como um dos assuntos mais discutíveis e debatidos na pesquisa histórica.

A atuação protagonista de maçons nas mais diferentes frentes pode ser verificada, por exemplo, na obra "10.000 Maçons Famosos", que fornece uma pequena bibliografia de mais de dez mil líderes de todo o mundo que eram ou são declaradamente maçons. A 1ª edição foi prefaciada por Harry S. Truman, ex-presidente dos EUA, na função de Past-Grão-Mestre da Grande Loja do Missouri.

Romeu e Valdés, em um artigo publicado em 2011, destacam algumas personalidades históricas que pertenceram à Maçonaria, entre eles George Washington, Benito Juárez, Simón Bolívar e José Martí, no século XIX, e Salvador Allende, Lazaro Cardenas e Winston Churchill, no século XX. Já Morel e Souza, em livro publicado em 2008, acrescentam que não apenas líderes políticos passaram pelas fileiras maçônicas, apontando gênios como Mozart, Voltaire, Goethe e Louis Pasteur. Já Hodapp, em seu "*Freemasons for Dummies*", também contribui com o tema, indicando vários maçons que se destacaram em diferentes setores, como o ator John Wayne, o mágico Harry Houdini. Entre empresários do entretenimento: Louis B. Mayer, fundador da MGM; Jack L. Warner, fundador da Warner Brothers; Carl

Laemmle, fundador da Universal Studios; e Darryl F. Zanuck, fundador da 20th Century Fox. Entre empreendedores: Henry Ford, fundador da Ford Motor Company; Walter P. Chrysler, fundador da Chrysler Corporation; Andre Citroen, fundador da Citroen; Charles Hilton, fundador dos Hotéis Hilton; David Sarnoff, fundador da NBC. Entre escritores: Alexander Pope, Oscar Wilde, Sir Arthur Conan Doyle e Mark Twain.

Ao florescer no Brasil, em apenas 25 anos a Maçonaria alcançou seu intuito inicial, de liderar a independência do país, tendo promovido o Dia do Fico, a convocação da constituinte, e a iniciação na Maçonaria de Dom Pedro I, que chegou a ser eleito Grão Mestre. Mas a atuação das lideranças maçônicas no território nacional não parou na Independência, alcançando também a proclamação da República e toda a chamada República Velha, como observou Gomes, em seu livro "1822" (2010), ao relatar que a República foi proclamada por um maçom, o marechal Deodoro da Fonseca, o qual tratou de criar uma equipe composta apenas de ministros maçons, e que, dos 12 presidentes da chamada Primeira República, oito eram maçons.

Mas para compreender a razão dessa instituição estar, durante séculos, atraindo os mais distintos homens, até mesmo chefes de estado e de governo, deve-se, primeiramente, compreender o que ela realmente é. No entanto, até mesmo isso mostra-se uma missão desafiadora, pois não há uma definição que seja oficial da instituição ou mesmo que descreva satisfatoriamente o que realmente é a Maçonaria. Jay Kinney abordou bem isso em sua obra "O Mito Maçônico" (2010) ao registrar que "um sem-número de questões legítimas se colocam quando alguém tenta compreender o que é a Maçonaria".

Enfim, essa “pitada” de Maçonaria já serve como indício de como sua origem, definição, participação ativa na história de vários países, incluindo o Brasil, os grandes personagens que pertenceram à Ordem, sua influência na política e na sociedade, as questões religiosas relacionadas a ela, sua filosofia e literatura, são alguns dos tópicos ainda pouco explorados e extremamente relevantes, não somente para os maçons, mas principalmente para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

No entanto, esse vasto campo de pesquisa, apesar de já ter caído nas graças dos estudiosos de outras terras, ainda não foi explorado no Brasil, não havendo sequer uma única revista especializada em publicar estudos realizados com rigor metodológico sobre temas relacionados à Maçonaria.

Com o intuito de atender essa demanda reprimida e disponibilizar a produção acadêmico-científica de Maçonaria de forma gratuita, foi criada a revista “Ciência & Maçonaria”, a primeira revista brasileira do gênero. Seu formato é exclusivamente eletrônico e com publicações semestrais. Sua finalidade é publicar produção multidisciplinar relacionada à Maçonaria de especialistas, professores e alunos de diversas universidades.

A Revista “Ciência & Maçonaria” destina-se à publicação de textos inéditos na modalidade de artigos, ensaios e resenhas. Trata-se de um espaço aberto para professores, pesquisadores e estudantes que desejam publicar suas análises, reflexões e resultados de pesquisas realizadas. A revista também está aberta ao público maçônico em geral para suas contribuições. Considera-se ainda, como principal requisito para publicação na Revista “Ciência & Maçonaria”, que a produção apresente conteúdo analítico-interpretativo, de maneira coerente com rigor científico na área de estudo das ciências humanas e sociais.

Neste número inaugural, contamos com artigo de Marcos José Diniz Silva, apresentando os ataques que a Igreja Católica realizou no Ceará contra a Maçonaria, nos primeiros anos do sé-

culo passado, por essa defender os ideais de um Estado e ensino laicos.

Já Rafael Guimarães realiza exame da simbologia e ritualística maçônica a partir da psicologia junguiana, avaliando os efeitos psicológicos da prática maçônica.

Uma análise comparativa da influência dos lemas maçônicos original e latino sobre os programas filantrópicos e de pesquisa promovidos pelas Obediências Maçônicas é realizada por meio de dois estudos distintos, conduzidos e descritos por Kenno Ismail em seu artigo.

Apresentamos também as diferentes argumentações jurídicas acerca do veto do ingresso de mulheres na Maçonaria à luz dos direitos fundamentais, análise feita por Hugo Garcez Duarte.

Ainda, Ivanilson Bezerra da Silva nos apresenta com uma interessante discussão sobre a atuação social da Maçonaria em prol da educação, durante a segunda metade do século XIX na cidade de Sorocaba-SP.

E por fim, o livro “O Simbolismo na Maçonaria”, de Colin Dyer, é destrinchado e analisado por Nihad Faissal Bassis.

Como se pode observar, são artigos que enveredam por diferentes ciências, como Administração, Direito, História, Psicologia e Sociologia, abordando questões econômicas, históricas, políticas, psicológicas, religiosas e sociais, e que, de certa forma, estão entrelaçadas entre si pelos laços da fraternidade maçônica.

Esperamos que cada leitor encontre nas páginas dessa revista a mesma alegria com que os autores as escreveram e que nós, orgulhosamente, sentimos em publicá-las.

Sincera e Fraternalmente,

Kenno Ismail

MAÇONARIA E LAICISMO REPUBLICANO NA IMPRENSA CATÓLICA CEARENSE ENTRE OS ANOS DE 1910 E 1920

Marcos José Diniz Silva¹

Resumo

Este trabalho enfoca as relações entre maçonaria, república e laicismo estabelecidas pela imprensa católica do Ceará nas primeiras décadas do século XX, expressando o conflituoso no campo das ideias e com repercussões no terreno religioso. Destaca-se o caráter de denúncia católica à presença de maçons nos regimes republicanos, também em países como Portugal, França e México, como conspiradores, promotores do anticlericalismo e de governos irreligiosos ou ateus. Na contraface, manifestam-se os maçons e correntes espiritualistas, através da imprensa leiga, na defesa dos preceitos laicos e da liberdade de pensamento e religião.

Palavras-chaves: Maçonaria, República, Laicismo, Imprensa

Abstract

This work focuses on the relationship between Freemasonry, republic and secularism established by the Catholic Press of Ceará in the first decades of the twentieth century, expressing conflicting ideas in the field and with repercussions on religious grounds. Noteworthy is the Catholic character of the complaint to the presence of Freemasons in republican regimes, also in countries such as Portugal, France and Mexico, as conspirators, prosecutors anticlericalism and governments or irreligious atheists. In counterface manifest themselves Freemasons and spiritual currents through the lay press in defense of secular principles and freedom of thought and religion.

Keywords Freemasonry, Republic, Secularism, Press

¹ Marcos José Diniz Silva é graduado e especialista em História, além de Mestre e Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Estadual do Ceará, lotado no Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC/UECE. É autor do livro *No compasso do progresso: a maçonaria e os trabalhadores cearenses*. Fortaleza: NUDOC/UFC, 2007 (Coleção Mundos do Trabalho). Tem artigos publicados sobre Maçonaria, Espiritismo e Igreja Católica no Ceará.

Introdução

As relações entre Maçonaria e Igreja católica no Brasil tiveram seu ponto de estrangulamento histórico na conhecida Questão Religiosa, no início da década de 1870 (VIEIRA, 1980; BARATA, 1995; 1999). Embora, as restrições e condenações católicas à Maçonaria remontem ao início do século XVIII, o estabelecimento e consolidação do Estado nacional brasileiro, entre os anos de 1820 e 1850, sob o domínio hegemônico dos liberais nas suas várias vertentes, sobretudo pela presença dominante da Maçonaria como sociabilidade política fundamental (BARATA, 2006; MOREL, 2001/2; 2005), conferiram um modelo imperial assentado no padroado com severas restrições às ordens religiosas e à expansão e atualização - diga-se romanização tridentina - do clero secular.

Desse modo, as relações entre padres e Maçonaria no Império davam-se, majoritariamente, em caráter ostensivo e amigável, haja vista a considerável presença de sacerdotes católicos na vida política imperial e em movimentos revolucionários liberais no Brasil da primeira metade do século XIX. Contudo, o advento do movimento de romanização a partir da década de 1860, sobretudo com a *Syllabus*, do papa Pio IX (1864), estabelecem-se as contradições fundamentais entre os interesses católicos e a filosofia e práticas maçônicas.

Com a implantação da República no Brasil em 1889, a secularização do Estado e a implantação dos preceitos laicos da Constituição de 1891, com acentuada coloração positivista, abre-se um novo flanco aos embates entre católicos e maçons.

No âmbito católico incrementa-se a romanização com a expansão dos seminários, dioceses e construção das alianças do clero romanizado com as elites oligárquicas autonomistas da jovem república federativa brasileira. A separação Igreja-Estado, embora considerada afrontosa para o clero no primeiro momento, cedo se apre-

sentou à hierarquia católica como medida de abolição frente ao padroado e aos grilhões liberais impostos pela elite imperial marcadamente iluminista e maçônica.

Portanto, frente ao seu processo doutrinário e político de construção institucional no Brasil, pelas vias político-oligárquica, patrimonial, educacional junto às classes alta e média e à sua permanência hegemônica como instrumento de legitimação-sacralização da ordem social (BOURDIEU, 2004; MICELI, 1988; AZZI, 1994), a Igreja católica encetara, também, sistemática campanha pública pela supressão dos preceitos laicos vigentes, alinhando entre seus inimigos os positivistas, espíritas, protestantes e, especialmente, a Maçonaria, considerada a mãe dos desmandos morais e religiosos do modernismo e da expansão dos regimes republicanos e seu laicismo.

Nesse intuito, desenvolve-se também uma imprensa periódica católica que, por um lado, desempenhará papel relevante como instrumento de difusão de um novo etos católico cada vez mais intimista, doutrinário e disciplinador das tradições do catolicismo popular e, por outro lado, se colocara como trincheira do combate às demais religiões, ao laicismo da Constituição e à Maçonaria. E é esse segundo aspecto, que será tratado nesse trabalho, através da atuação de periódicos católicos cearenses de Fortaleza (*Cruzeiro do Norte* e *O Nordeste*) e de mais três municípios do interior do estado, Baturité (*Santelmo*), Sobral (*Correio da Semana*) e Aracati (*O Rosário*), entre as décadas de 1910 e 1920. Na contraface vê-se, também, a ostensiva presença da Maçonaria - em grande parte com pertença espírita e teosofista -, expandindo suas Lojas na capital e interior do estado, com forte inserção na imprensa leiga, na política e nos grêmios literários, defendendo os preceitos laicos republicanos, a perspectiva intelectual iluminista e doutrinas de reforma moral-espiritual como solução para a "questão social". (Cf. SILVA, 2010).

Tabela 1. Relação de Lojas do GOB no Ceará até 1927.

Lojas Maçônicas do Ceará sob Jurisdição do GOB até 1927			
Loja	Fundação	Desativação	Cidade
Fraternidade Cearense	1859	1916	Fortaleza
Igualdade	1882	-	Fortaleza
Caridade III	1882	1896	Fortaleza
Liberdade IV	1901	-	Fortaleza
Lealdade II	1901	1910	Maranguape
Amor e Caridade III	1905	1906	Fortaleza
Porangaba	1905	-	Fortaleza
Deus e Baturité	1905	1911	Baturité
Deus, Pátria e Liberdade	1905	1910	Senador Pompeu
Liberdade II	1906	-	Maranguape
Ordem e Justiça	1918	1926	Quixadá
Caridade e Justiça*	1916	-	Quixadá
Deus e Camocim	1921	-	Camocim

Aqui se quer considerar também o caráter das fontes documentais utilizadas. Ou seja, em se tratando do presente trabalho, sustentado em publicações da imprensa periódica, salienta-se a concordância quanto aos desenvolvimentos historiográficos recentes que tratam a imprensa não mais apenas como uma linguagem, mas também enquanto fonte para o estudo histórico. Assim, passando da história da imprensa, da história por meio da imprensa, chegou-se à imprensa como objeto histórico (DE LUCA, 2008).

Nesses termos, configura-se a imprensa periódica cearense do referido período como um fonte histórica fundamental, aqui tomada tanto como *corpus* documental, quanto como *locus* privilegiado de ação desses agentes (objeto), pois reveladoras do campo das ideias, das lutas simbólicas e das condições econômicas e sociais vigentes, em concordância com a afirmação de

Cruz e Peixoto (2007, p. 260):

A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Depreendem-se empiricamente essas condições estruturais e estruturantes do papel da imprensa, quando se observa no interior do estado sua proliferação exatamente nos municípios economicamente mais relevantes e os elementos sociais destacados e seus pertencimentos ideológicos que as criavam e mantinham com razoável longevidade. Disso deduzindo-se que essa imprensa católica, na capital e no interior cearense cumpria um papel não apenas militante, mas informativo das condições materiais de vida, dos

níveis de circulação das ideias e das relações de poder estabelecidas.

Ouro aspecto relevante a considerar como chave analítica desse trabalho, é que essa imprensa declaradamente voltada à propaganda dos princípios e valores do catolicismo, cumprindo seu objetivo de defesa do monopólio da dispensa dos bens de salvação (BOURDIEU, 2004), num mercado religioso recém-aberto pela secularização republicana, constrói sua crítica à maçonaria e ao laicismo republicano pautando-se duas características: em primeiro lugar, noticiando fatos ligados à maçonaria ocorridos em outras regiões do país, mas especialmente em outros países; em segundo lugar, tratando esses acontecimentos num esquema discursivo informe-denúncia-ataque. Assim, falando do *outro* distante, isentava-se o clero das reações locais desses seus adversários, enquanto desenvolvia seu combate demarcando espaços e pretensões monopolistas.

“Um bom jornal vale mais que um bom pregador”

Orientados doutrinariamente de modo a reconhecerem no Estado laico um modelo de organização política capaz de favorecer suas perspectivas racionalistas, iluministas, evolucionistas, cientificistas, enfim modernistas, da autotransformação dos indivíduos e sua irradiação benéfica ao todo social, maçons, espíritas, positivistas, teosofistas e outras correntes compuseram verdadeiras redes de ideias (MALLIMACI, 2004) no enfrentamento ao tradicionalismo católico, reorçado pela maré ultramontana. Desses grupos, destacam-se os maçons por sua maior tradição, solidez institucional, eficientes redes de comunicação e, especialmente, por congregar livres pensadores e a pluralidade religiosa, não deixando em

diversas situações de agregar libertários em diversos países, inclusive no Brasil (FERRER BENI-MELI, 2001; SILVA, 2012a).

Demonstrar as diversas situações em que os adeptos do tradicionalismo católico se colocam em ataque ao laicismo e à República no Brasil, como também em países como França, Portugal e México, assim como as reações dos maçons, permitirá aquilatar o nível de complexidade dos embates locais em torno da problemática relação entre religião e política nos primeiros anos do século XX, a partir da experiência do Ceará.

Foram muitas as ocasiões em que, tanto os periódicos católicos quanto a imprensa leiga em geral difundiam, por um lado, notícias sobre a impropriedade e malignidade da legislação republicana e as resistências dos religiosos e suas instituições e, por outro lado, notas otimistas sobre os avanços da República, seus progressos e a imperiosa necessidade da manutenção dos pressupostos da laicidade. Nota-se que essas argumentações públicas extrapolavam a mera polêmica religiosa para configurarem um espaço público de disputas de âmbito mais amplo e de repercussões sociais e políticas mais profundas que as aparências poderiam revelar.

Esse debate, como já mencionado, extrapolava os limites da capital cearense, de tal modo que em algumas cidades de maior destaque, mais ou menos distantes de Fortaleza, se produziam e reproduziam discursos engajados sobre o valor da república, da monarquia e as relações do Estado com a religião. Destacam-se os jornais *Santelmo*, de Baturité²; *O Rosário*, periódico católico de Aracati³, e o *Correio da Semana*, periódico católico de Sobral⁴.

Em Baturité, no final de 1910, o mensário *Santelmo* faz inicialmente uma ponderada análise

² Município serrano do Sertão Central cearense, distante 100 Km de Fortaleza. Origina-se do aldeamento jesuítico de Missão de Nossa Senhora da Palma, em 1755. Contava com uma loja maçônica, a “Deus e Baturité”, entre 1905 e 1911.

³ Município litorâneo, distante 150 Km de Fortaleza. Desenvolveu-se no final do século XVIII como polo comercial e pecuarista, sobretudo com a indústria do charque. É possível afirmar que a Vila do Aracati tenha sido lugar das primeiras Lojas Maçônicas do Ceará, entre as décadas de 1820 e 1830 (Cf. ABREU, 2009).

se da República no “15 de novembro”, primeiro admitindo:

Sempre considerei a Proclamação da República, em 1889, como demasiado precoce, contraproducente, estéril e eminentemente profanadora porque perpetrou e sancionou o horrendo sacrilégio de expulsar, como se expulsa um mau homem, desta Terra hospitaleira, o velho imperador paternal e augusto.⁵

Para mais adiante reconhecer que, apesar disso,

[...] a República, como uma árvore benéfica, cresceu e ramalhou, frondeou, floriu e frutificou entre grandes comoções nacionais, guerras civis e *déficits*, e seivosa e forte derramou, contra toda expectativa, sobre nós uma sombra doce, materna e suave, e nos vem aquinhoando com os dons magníficos da Civilização [...].⁶

Um ano depois, no outro “15 de novembro”, volta o periódico serrano a tratar da República, desta feita num tom mais negativo e com reforço do saudosismo monárquico, à medida que considerava a República brasileira,

[...] um produto da anarquia que reinava em todas as classes do país, máxime na classe armada, que não trepidou de armas na mão, exigir atos de um governo que não se subordinando a elas sofreu as consequências de sua energia tardia vendo tombar de lado o frágil edifício que o mantinha.⁷

Nota-se que essas incursões sobre o regime republicano e sua propriedade ou impropriedade, precocidade ou não, vêm ligadas a uma

outra questão também presente no *Santelmo*, que é a relação dessa República com o catolicismo. Aliás, esse órgão de propaganda da Farmácia Mattos, tinha por lema: “Um bom jornal vale mais que um bom pregador”. E nesse sentido, traz para a população do maciço do Baturité as polêmicas religiosas internacionais bem alinhadas aos debates nacionais.

Foi o que se deu quando da implantação da República em Portugal e suas relações com a Igreja católica. O articulista, mesmo afirmando que “repugnou sempre a monarquia hereditária” e que exultou “gozando o esboroar-se do velho Reino que se abatia como um cedro velho carcomido pelos Séculos”, não admitiu aquilo que chamou o “primeiro ato” dos republicanos: “A expulsão acintosa e bárbara dos frades de Portugal [...] medida que só cabia a Tártaros e nunca ao Governo de um povo cristianíssimo, num século de Tolerância”.⁸ E segue com o laudatório dos feitos dos religiosos lusitanos.

Em Aracati, no mesmo ano, o periódico católico *O Rosário* desenvolve firme campanha de crítica à implantação da República em Portugal. Num artigo assinado pela professora Francisca Clotilde, vê-se uma reflexão sobre a liberdade, que finda na denúncia dos males políticos e religiosos (católicos) advindos com o replublicanismo. Para a autora, eram “desvarios”, “desmandos”, “excessos”, o que faziam as revoluções republicanas. Pois:

Romper os diques que são necessários às paixões dos indivíduos, transpor barreiras erguidas ante as explosões do ódio e do despeito, essas urzes sociais, derribar troncos quando neles não se sentam reis opressores, atacar estabelecimentos onde

⁴ Município da região Norte do estado, distante cerca de 250 km da capital, Fortaleza. Desde o século XIX, fora importante polo econômico da região e se tornara sede de bispado a partir de 1915, com o município do Crato, no Cariri cearense.

⁵ e 15 de Novembro. *Santelmo*. Baturité-CE, nov. 1910.

⁶ Idem

⁷ 15 de Novembro. *Santelmo*. Baturité-CE, nov. 1911.

⁸ Crônica. *Santelmo*. Baturité-CE, nov. 1910.

se refugiam frágeis mulheres arrancadas às ilusões do mundo, matar sacerdotes ilustres, saquear conventos, aprisionar criaturas indefesas, e cantar a Marselhesa [...] não é proclamar repúblicas e sim ironicamente anarquizar o país, convulsionar a pátria, feri-la no mais íntimo do coração.⁹

Segundo a articulista, a autoridade política e a tradição religiosa estariam abaladas na terra de Camões, ao ponto em que indaga ironicamente:

Expulsas as ordens religiosas, confiscados os bens das congregações, dispersas as freiras e sem asilo na face da terra, os patriotas à frente do governo improvisado, irá Portugal gozar a *liberdade* sonhada, a *igualdade* e a *fraternidade* das verdadeiras repúblicas? ¹⁰(Grifo nosso).

Quase finalizando o artigo, lamenta: "Pobre Portugal! Arrancaram-te o teu Deus, o teu Rei, tua liberdade, tua paz, republicanizaram-te às pressas, e ainda por cima cantam a Marselhesa [...]". Ora, os desdobramentos laicizantes da implantação da república portuguesa em 1910, dramáticos para o clero católico e seus fiéis, podem ser vistos nesta síntese do historiador português Fernando Catroga:

De facto, o Governo Provisório da República promulgou, imediatamente após o 5 de outubro, um conjunto de decretos-leis que, tendo como ponto de referência jurídica o que as repúblicas do Brasil e de França haviam decidido sobre essa matéria, visavam dar cumprimento às reivindicações laicistas da fase de propaganda. O decreto de 20 de Abril de 1911 – lei da separação das Igrejas do Estado – dispunha que a religião católica, apostólica, romana deixava de ser religião de Estado, e que todas as Igrejas ou confissões religiosas eram autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendessem a moral pública, nem os prin-

cípios do direito público português. Ao mesmo tempo, confirmava a tradição do beneplácito ao interditar a publicação de bulas, pastorais e outras determinações da Cúria, dos prelados ou outras autoridades eclesiásticas, e remetia o culto para a esfera da privacidade; [...] Consequentemente, esta lei pode ser considerada como vértice de um conjunto de outras promulgadas com o mesmo fito laicizador e donde se deve destacar as seguintes: a que confirmou a legislação congregacionista anterior, [...] voltou a expulsar as ordens religiosas (18 de Fevereiro de 1911); a que reconheceu o divórcio (25 de Dezembro de 1910); a que introduziu o registo civil obrigatório (18 de Fevereiro de 1911); a que impôs a aconfessionalidade do ensino (29 de Março de 1911); a que extinguiu a Faculdade de Teologia (14 de Novembro de 1910); e a que aboliu os juramentos religiosos (19 de Outubro de 1910) (CATROGA, 2000, p. 206-207).

Então, naquele mesmo número, o jornal católico noticia o desembarque frustrado de religiosos portugueses no Brasil, por proibição do governo. A acusação recai sobre "o anticlericalismo do sr. Nilo Peçanha", presidente da República e Grão Mestre da Maçonaria: "O ato iníquo, arbitrário e ilegal do governo passado proibindo o desembarque em nossa pátria de padres e religiosos expulsos do infeliz Portugal [...]" O jornal cita, ainda, diversas manifestações de desagravo, mensagens do episcopado, telegramas dos religiosos e documentos das "senhoras da Capital Federal", onde figurava a "consorte do eminente estadista Ruy Barbosa".¹¹ Dentre os telegramas enviados merece destaque o do vigário cearense Tabosa Braga:

TELEG. Do revd. Sr. P. Antonio Tabosa Braga Sobrinho, zeloso Vigário de Pendência (Pacoty) desta Diocese. Baturité

Eu e os paroquianos todos, protestamos energicamente contra o ato do governo

⁹ Liberdade? O Rosário. Aracati-CE, 5 nov. 1910.

¹⁰ Idem.

¹¹ O desembarque de religiosos estrangeiros no Brasil. O Rosário. Aracati-CE, 5 nov. 1910.

Nilo proibindo o desembarque dos religiosos estupidamente expulsos pelo *maçonismo português*. Protestamos também contra a *adesão nojenta da bancada cearense*. Viva a religião católica! Viva a liberdade vilmente conspurcada pela força bruta! ¹² (Grifo nosso).

Vê-se na expressão “maçonismo português”, do vigário Tabosa, o sinal inequívoco de que, para o clero, República e Maçonaria era a mesma coisa e, portanto, inimigos de Deus e da Igreja. Não menos significativa é a indignação do pároco com o apoio da “nojenta bancada cearense”, no parlamento nacional, àquela medida anticlerical. Outro elemento a indicar ainda uma hegemonia liberal e laica naquele contexto político brasileiro, ou seja, numa república que insistia na separação entre Igreja e Estado, embora com a aproximação crescente entre governantes e o alto clero.

“A Maçonaria é um tumor: é preciso vazá-lo”¹³

Em Fortaleza, entre 1906 e 1914, publicava-se o *Cruzeiro do Norte*, “órgão católico hebdomadário”, de propriedade de Rufino Mattos. O periódico também se coloca como denunciante “da propaganda maçônica anticlerical” como, por exemplo, através da reportagem intitulada “Maçonaria repelida na Bélgica”. Nela o jornal reproduz notícias da Bélgica onde o governo proíbe a presença de maçons no exército ao declarar “com energia de ferro que daí para diante cada oficial do exército terá que escolher entre o seu uniforme e o avental maçônico”. Apresenta, também, na matéria, as denúncias do governo belga às intervenções daqueles maçons nos acontecimentos - “solidariedade da maçonaria internacional no combate contra igreja” -, que

fizeram rebentar a “revolução em Portugal”, diga-se proclamação da república.¹⁴

Em Sobral, o jornal *Correio da Semana*, fundado em março de 1918 pelo bispo dom José Tupinambá, tendo como diretor padre Leopoldo Fernandes e como redator padre José de Lima Ferreira, também sustenta uma recorrente contenda com a “malsã política” e com os “corrifus da impiedade”. Na edição de abril daquele ano, por ocasião do envolvimento do Brasil na Primeira Guerra Mundial, o semanário católico destacando as relações entre “patriotismo e religião” pondera que, após a queda da monarquia dera-se a separação da Igreja do Estado, não como consequência lógica, “pois não há incompatibilidade entre o regime republicano e a religião católica. Haja vista o belo exemplo da República Argentina [...]”.¹⁵

Nesse caso, do “belo exemplo da República Argentina”, ocorreu que:

A Constituição de 1853 obrigou o Estado a apoiar a religião católica *sem professá-la*. [...] Embora fosse garantida tolerância a todas as fés, essas, obviamente, não eram todas iguais. O catolicismo era considerado a religião tradicional da nação, e sua posição majoritária fora reforçada nesses anos pela massa de imigrantes oriundos da Europa católica (LYNCH, 2001, p. 456-457).

Já no caso do Brasil, esclarece o *Correio da Semana*: “Essa brutal imposição ao povo brasileiro, genuinamente católico, foi a consequência da orientação maçônica positivista a que se entregou o povo completamente *bestificado*”.¹⁶

A razão para a defesa e exaltação da citada compatibilidade, no artigo em questão, estava na autorização, pelo Ministério da Marinha, da

¹² O Rosário. Aracati-CE, 5 nov. 1910.

¹³ O Nordeste. Fortaleza-CE, 12 ago. 1925 (Epígrafe).

¹⁴ A Maçonaria repelida na Bélgica. *Cruzeiro do Norte*. Fortaleza-CE, 17 maio 1913.

¹⁵ Patriotismo e religião. *Correio da Semana*. 24 abr. 1918. A consolidação e desenvolvimento do modelo de “monopólio católico”, na Argentina, se dariam entre as décadas de 1930 e 1980. A revisão constitucional de 1994 eliminou a cláusula segundo a qual o presidente da república deveria ser católico. (Cf. ORO, URETA, 2007, p. 288).

¹⁶ Patriotismo e religião. *Correio da Semana*. Sobral-CE, 24 abr. 1918 (Grifo do autor).

introdução de capelão e ofício católico nos quartéis e junto à força naval enviada ao teatro da guerra, que “partirão levando a bordo de seus navios a cruz que aplaca o ódio e restitui a paz; a bordo irá o ministro de Deus, mensageiro da verdade, da luz puríssima do Evangelho [...]”.¹⁷

Em 1922 aparece o jornal *O Nordeste*, porta-voz da arquidiocese de Fortaleza, congregando clérigos e leigos num empreendimento intelectual que terá vida longa e papel fundamental na difusão do pensamento católico em seu projeto de rearmamento ideológico, especialmente no combate sistemático ao estatuto laico da República, à maçonaria e às demais religiões. No centro de suas críticas está o laicismo positivista do regime republicano, ao menos até os primeiros anos da década de 1930.

Esse periódico católico também dará reforço à prática de noticiar embates do catolicismo com a maçonaria no exterior. Na matéria “O momento político-religioso na França”, analisa o “governo Herriot”¹⁸, dominado pela “maçonaria radical” e sua política laicista, e tomando “medidas vexatórias para com os católicos”, substituindo-os no serviço público “por inaptos que sejam maçons”; finalizando a notícia com o movimento de resistência dos católicos franceses.¹⁹

Na França, a lei de separação entre Igrejas e Estado foi promulgada em 11 de dezembro de 1905, incorporando entre outras as perspectivas laicas a da Maçonaria, como demonstra Danièle Hervieu-Leger:

No novo regime religioso que se instaura em 1905, a religião é considerada um assunto privado: a liberdade religiosa faz parte das liberdades públicas. O Estado garante a cada cidadão a liberdade de professar uma religião, se ele tiver uma, e são previstas penas severas para os que tentassem fazer obstáculo ao exercício normal da vida cultural. Mas a religião é um

assunto estritamente pessoal e opcional. A República, quanto a ela, ‘não reconhece, nem assalaria, nem subvenciona qualquer culto’ (art. 2 da lei de 1905). [...] Dois elementos jogaram neste sentido. O primeiro é que a própria lei constitui um texto de compromisso entre várias concepções de laicidade. O sistema instaurado pela lei de 1905 une, com um objectivo pacificador, as diferentes tradições do campo laico: o espírito da Luzes de Voltaire, Diderot ou Condorcet; o positivismo cientista de Auguste Comte; as diferentes correntes da franco-maçonaria. Ele responde igualmente às expectativas das minorias protestantes e judaica, profundamente desconfiadas das pretensões da religião dominante. [...] O segundo elemento é que no decurso do século XIX o povo católico se ligou progressivamente, na sua imensa maioria, ao regime republicano (HERVIEU-LEGER, 2005, p. 209-211).

Em outras ocasiões, *O Nordeste* traz matérias sobre o laicismo no Brasil, de modo a articular o republicanismo ao ataque à religião, o laicismo ao ateísmo. Assim o disse Soares d’Azevedo, médico psiquiatra cearense, residente no Rio de Janeiro, em “matéria especial”:

O Brasil - nem podia deixar de ser [...] - foi um dos países que mais se apressaram, com a implantação da República, a aceitar a odiosa ditadura de uma Constituinte embriagada pela vitória, que atirou para cima do lombo as mais descabidas exigências e para cima da consciência as mais odiosas afrontas. E assim é que tivemos o laicismo nas escolas. Ora, os cardeais e arcebispos de França acabam de expor a respeito, e mais uma vez, a iniludível doutrina da Igreja [...] As leis laicas são injustas porque contrariam os direitos de Deus. Procedem do ateísmo e conduzem ao ateísmo. Impõem o menosprezo de Cristo e do seu Evangelho. Tendem a substituir o verdadeiro Deus por ídolos (liberdade, solidariedade, humanidade, ciência).²⁰

¹⁷ Patriotismo e religião. Correio da Semana. Sobral-CE, 24 abr. 1918.

¹⁸ Édouard Herriot (1872-1957), primeiro-ministro francês do governo do presidente Gaston Doumergue.

¹⁹ O momento político-religioso na França. *O Nordeste*. Fortaleza-CE, 18 fev. 1925.

Estas palavras permitem perceber que, mais de trinta anos passados da implantação da República, ainda persistia uma questão geradora de grandes divergências: a barreira do laicismo nas relações Estado/religião. Contudo, mais que à lei republicana positivista, deve-se notar como fator de manutenção desses preceitos jurídicos, a atuação da classe política nacional herdeira também do anticlericalismo e do liberalismo dos primeiros tempos da República. Veja-se, então, que não fora algo meramente circunstancial ou força de expressão, a afirmativa supracitada, do vigário Tabosa Braga, sobre a “adesão nojenta” classe política cearense à proibição da entrada de religiosos estrangeiros.

Essa resistência dos adeptos do Estado laico, com apoio de ampla rede de pensamento que agregava maçons, espíritas, positivistas, teosofistas, libertários e protestantes, pode ser percebida na atuação do jornal *O Ceará*, de propriedade do professor, jornalista e também maçom Júlio de Matos Ibiapina.

Fazendo uma análise do percurso do laicismo no Estado republicano, o editorialista pontifica a questão polêmica, referida anteriormente: “A orientação positivista que presidiu à elaboração de *nosso pacto fundamental* criou para o país uma série de problemas que interessam muito de perto o futuro da nacionalidade”.²¹ Em seguida, o autor esclarece qual é esse problema:

Inspirados em Augusto Comte, cujo espírito liberal levou-o a julgar possível uma aliança de seu ateísmo com a intolerância dos representantes do Papa, os fundadores da república brasileira limitaram-se a incorporar à constituição o princípio da liberdade de cultos, sem, contudo, tomar medidas práticas que colocassem a Igreja católica no mesmo pé de igualdade com as demais que, com esse país de imigração como o nosso, se viessem a instituir.²²

Portanto, para o jornalista faltaram “medidas práticas” que evitassem “uma situação privilegiada dos católicos” na nova arena das religiões que se instalaria com a imigração. Tais “medidas práticas” foram tentadas no alvorecer constitucional, pelo republicanismo liberal e pelos positivistas “científicos”, através da expropriação dos bens da Igreja, como as leis de mão-morta. Sua derrota contou com decisiva intervenção dos positivistas do Apostolado junto ao governo e à Constituinte.

Observe-se que, mesmo tendo o rastilho de cientificismo adentrado certos grupos de profissionais liberais, militares e políticos que, de modo superficial, se tornaram propagadores dessa ideia; essas pessoas diferiam dos verdadeiros cultores e conhecedores da filosofia positivista. Assim, embora a separação entre Igreja e Estado fosse um princípio de honra do positivismo, a preservação da plena liberdade religiosa para todos os credos, sempre foi defendida pelo Apostolado Positivista, tendo à frente Teixeira Mendes e Miguel Lemos, sempre ressaltarem os vínculos morais passados e futuros entre catolicismo (como sinônimo de cristianismo) e positivismo, para a regeneração da humanidade, como defendera o mestre (Cf. COSTA, 1956). A despeito disso, a hierarquia católica manteve o combate sistemático à doutrina positivista.

Meses depois, noutro editorial, voltaria *O Ceará* denunciando atitudes do clero católico que considerava desrespeitosas à Constituição brasileira, argumentando uma situação tão extremista quanto aquela apontada pelo católico Soares d’Azevedo em *O Nordeste* páginas atrás. Para *O Ceará*: “Entre nós, a ingenuidade dos fundadores da República entregou a direção moral e intelectual da sociedade brasileira aos clérigos que, nacionais ou estrangeiros, são, de fato, os mentores dos governos e do povo”.²³

²⁰ Notas Cariocas: Perante o Laicismo. O Nordeste. Fortaleza-Ce, 7 ago. 1926.

²¹ O laicismo do governo da República. O Ceará. Fortaleza-Ce, 11 abr. 1928 (Grifo nosso).

²² Idem.

Contudo, prossegue o editorial em sua delenda clericalista, apontando algumas situações em que as relações entre religião e política se mostram crescentemente tempestuosas. O jornal cobra do Estado brasileiro rigor fiscal sobre os bens e terras da Igreja Católica, denuncia as queixas pretensiosas do clero dirigidas ao “presidente Washington Luiz [que] inspirado no espírito de laicidade imposta pela Constituição não manda feriar os dias de festas religiosas”, dentre outras coisas. E, finalizando, adverte o jornal do professor Ibiapina:

Que os padres explorem a credence popular, canalizando para as suas bolsas o dinheiro do povo, já é um grande mal, mas tolerável. Que tenham audácia de propagar o desrespeito à Constituição e o desprestígio das autoridades é forte demais.²⁴

Uma quinzena após a publicação desse editorial, o diário católico, também com a oficialidade do editorial, respondia com outra leitura da prática da laicidade. Segundo *O Nordeste*, Rui Barbosa, “em página memorável”, teria feito oportuna distinção entre as “duas hermenêuticas” constantes do princípio de laicidade: a “francesa” e a “americana”. “A primeira serve-se da lei para hostilizar a Religião, para oprimir o sentimento de fé que palpita n’alma do povo [...]. A segunda, praticada com sincero respeito às convicções religiosas dos cidadãos [...]”²⁵ Esta segunda perspectiva, para *O Nordeste*, teria sido a “que inspirou os autores de nossa carta política”. O mais seria obra de políticos sem escrúpulos, “como sucede nos países onde as *sociedades secretas* empolgam o poder”.²⁶

Mais uma vez, a ala católica identifica o laicismo e o anticlericalismo dos republicanos à hegemonia das “sociedades secretas” (leia-se:

Maçonaria). Assim, a vertente francesa do laicismo seria patrocinada pelo “maçonismo”, como alternativa política de eliminação da religião ou de “descristianização”.

A resistência ao “complô maçônico” em prol do laicismo republicano

Nesse mesmo diapasão o periódico católico intercala suas críticas ao laicismo da República brasileira com o noticiário estrangeiro, com destaque para os casos de opressão à “consciência católica”. Assim, denunciam “os desumanos perseguidores dos católicos mexicanos”, reproduzindo artigo do cônego Xavier Pedrosa, do *Diário da Manhã* (Recife), dividido em cinco edições d’*O Nordeste*.

Para aquele religioso, a gênese da crise entre Estado e Igreja Católica no México, residia na “Constituição dos Estados Unidos Mexicanos”, de 1917: “Em todos os seus artigos se vê o propósito satânico de ferir a religião. E foi por isso que a consciência católica se levantou, ferida visceralmente nos seus mais sagrados direitos”.²⁷

O articulista informa, ainda, os artigos da Constituição mexicana que proíbem o ensino religioso no país, quer nas escolas públicas, quer particulares, a expropriação dos bens da Igreja, o controle governamental sobre a imprensa católica, dentre outras medidas, agravadas pelo código penal de 1926, aprovado pelo presidente “bolchevista Elias Calles”.

Merece atenção, na matéria, a detalhada denúncia das perseguições e arbitrariedades cometidas pelos representantes do “satânico” governo mexicano contra os sacerdotes e praticantes do catolicismo, como também das resistências de grupos da sociedade civil, religiosos e dos movimentos de massa organizados por estes. Era oportuno informar aos católicos brasilei-

²³ O desprezo do clericalismo pela Constituição. O Ceará. Fortaleza-Ce, 26 jun.1928.

²⁴ O desprezo do clericalismo pela Constituição. O Ceará. Fortaleza-Ce, 26 jun.1928.

²⁵ Espírito de laicidade. O Nordeste. Fortaleza-CE, 10 jul.1928.

²⁶ Idem.

²⁷ Perseguição religiosa no México. O Nordeste. Fortaleza-Ce, 11 maio 1928.

ros, naquele contexto de questionamento do laicismo, os exemplos vindos do México com seus ataques “contra a fé, contra o culto, contra a Religião da quase totalidade do seu país”.²⁸

Na década de 1920, a república mexicana seria abalada por forte onda de reação clerical, denominada guerra dos “Cristeros”, às medidas laicas radicais do presidente Elias Calles, com base na Constituição de 1917. Assim,

Nas relações entre a Igreja e o Estado, Calles tomou uma posição anticlerical extrema. O povo reagiu com violência, e foi então que rebentou a guerra dos Cristeros, conhecida como a Cristiada. Foi uma terrível guerra do povo comum que se levantou contra o Estado e seu exército. Continha todos os elementos de uma guerra revolucionária e de um conflito anticolonial, embora se tenha afirmado na época que o governo era o representante da ‘esquerda’ e os insurretos, a ‘contrarrevolução’ (...). O nome Cristeros foi dado pelo governo, depois que ouviram o grito de guerra dos insurretos: ‘Viva cristo Rei! Viva a Virgem de Guadalupe!’ De um total de vinte mil homens em julho de 1927, seu contingente cresceu para 35 mil em março de 1928, distribuídos por treze Estados. A grande ofensiva que o governo lançou contra eles, em 1928/1929, foi um fracasso. Em junho de 1929, o movimento estava no auge, com 25 mil soldados treinados e 25 guerreiros irregulares. Foi nesse momento que o Estado decidiu assumir um compromisso com a Igreja a fim de resgatar a situação que rapidamente se deteriorava [...] (MEYER JR., 2002, p. 206-207).

Ainda naquele mês *O Nordeste* lança o editorial “A obra da República”. Ainda no clima dos noticiários da crise mexicana, logo nas primeiras linhas afirmam:

No Brasil, a obra da República não tem

sido outra que desatar todos os liames que prendem o homem ao seu Criador. (...) A República, portanto, desde que se põe a serviço do Laicismo, é um sistema de desorganização infalível de todos os departamentos de governo, é um elemento de dissolução do caráter de um povo.²⁹

O combate ao laicismo constitucional não arrefece, embora naquele contexto já sejam significativos os avanços organizacionais da Igreja católica e de sua presença nos serviços religiosos da República, especialmente junto aos governos oligárquicos estaduais. Porém, a legislação laica ainda incomodava e permanecia, em seu entendimento, diretamente identificada com a maçonaria.

Assim, argumentam nesse editorial que os católicos devem se manter “em guarda contra os governos populares”, que a Maçonaria procura estabelecer. E concluem: “Quando nos responderem que a isso é levada a *seita internacionalista* pelo desejo de servir à Liberdade, mostremos os resultados práticos evidentes da influência das *lojas* nas administrações por eles democratizadas”.³⁰

Outra perspectiva desses mesmos acontecimentos, como resposta ao diário católico aparece no matutino *O Povo*, do maçom Demócrito Rocha, que estampa a voz do governo mexicano concitando os rebeldes ao acolhimento da anistia “extraordinariamente generosa”. Dizendo mais, “o presidente”, que:

[...] o seu governo está devidamente ciente da manobra que os políticos clericais continuam desenvolvendo clandestinamente [...]. Adianta que estão sendo dinamitados trens, assaltadas fazendas e povoações indefesas ao grito de “Viva o Cristo Rei” e que, na maioria dos casos, os elementos aprisionados pelas autoridades militares e civis, resultam simples instrumentos da chamada “liga de defesa religiosa”.³¹

²⁸ Perseguição religiosa no México. *O Nordeste*. Fortaleza-Ce, 11 maio 1928.

²⁹ A obra da República. *O Nordeste*. Fortaleza-Ce, 24 maio 1928.

³⁰ Idem. (Grifo nosso)

Esse tipo de vinculação do Estado laico com a irreligião, com a descristianização e, invariavelmente tendo a Maçonaria como mentora intelectual, alimentava as teses clericais dos complotes destinados a abalar os altares e os tronos. Responder a essas investidas dos grupos religiosos tradicionais tornou-se uma necessidade tática e uma obrigação moral dos maçons e seus aliados, que não admitiam o epíteto de ateus, bolchevistas, materialistas e anticristãos.

Nessa linha, não faltaram manifestações de esclarecimento e afirmação de novos princípios. Da prolífera coluna de crônicas do jornalista maçom-espírita Teodoro Cabral (Políbio), redator do jornal *Gazeta de Notícias* é possível encontrar diversas dessas polêmicas em que se julgam as relações entre religião e Estado. Numa ocasião, Políbio se refere à matéria veiculada na *Gazeta*, por seu colega Américo Palha que "exulta" pela colocação da imagem do Cristo no salão do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Reconhece o maçom que, com a decisão:

O princípio constitucional da liberdade de cultos não fica desrespeitado. Jesus, considerado Deus ou profeta, é a máxima figura moral da humanidade. A sua influência reformadora, regeneradora não se circunscreve ao âmbito de qualquer das religiões cristãs ou ao cristianismo que a todas elas incorpora.³²

Contudo, reconhecendo a possibilidade de aposição de qualquer outra imagem de grandes legisladores da humanidade, Políbio desenvolve seu raciocínio a partir de outra base de princípio. Ou seja, o de que "o poder educativo e regenerador de Jesus nunca se fez sentir por meio de imagens". Demonstra que Jesus não utilizou imagens materiais, como o fizera também Moisés, convidando seus seguidores a o adora-

rem "em espírito e verdade". O cronista lembra que Jesus repeliu essas imagens que, "se podem ter a vantagem de servir de ponto aos espíritos jovens, facilitando-lhe a concentração, para que se elevem até a espiritualidade, constituem poderosos veículos de idolatria e superstição".

Políbio desenvolve sua crítica às práticas tradicionais do catolicismo, com seus usos de imagens, crucifixos, rosários, escapulários, benti-nhos, etc., identificando entre seus usuários uma maioria de "fanáticos", "hipócritas" e "tartufos", que "sufocam uma reduzida elite de ingênuos sinceros". O autor convoca o leitor aos exemplos de "Judas de Kerioth" para quem não foi suficiente nem a presença, em pessoa, do próprio Jesus; e dos "heróis do cristianismo" que se deixam matar pelo ideal supremo, "quem os sustenta? Serão as imagens?".

Portanto, tomando como mote a preservação dos fundamentos do Estado laico, o cronista acrescenta pedagogicamente: "Não só o Brasil, como os demais países, como toda a humanidade, necessita abeirar-se, cada vez mais, da trilha da espiritualidade".³³ Por fim, lança seu veredito sobre a polêmica, configurando uma posição não apenas pessoal:

Mas o que importa, para a edificação moral, para o crescimento espiritual, não é a colocação da imagem do Cristo, nem nas salas dos júris, nem nos recessos dos lares, nem sobre o peito de cada homem; o que importa - só o que importa - é a entronização do Cristo em nossos corações [...].³⁴

Assim, ao tempo que afirma sua condição espiritualista, como antídoto às acusações de ateísmo dos adversários católicos, o autor pontifica a compreensão sua e de seus pares do que seria uma "espiritualidade" renovada (Cf. SILVA, 2011; 2012b).

³¹ Uma proclamação do governo do México. O Povo. Fortaleza-Ce, 18 fev. 1929.

³² Ecos e Fatos. *Gazeta de Notícias*. Fortaleza-Ce, 23 fev. 1929.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

Confrontavam-se esses grupos, então, nos finais da década de 1920, despontando vivamente a presença católica que, além do uso intensivo da imprensa, aproximava-se da elite política republicana e mantinha instituições de "enquadramento ideológico", como a revista *A Ordem* e o Centro D. Vital, que mediavam as relações entre a Igreja e o campo intelectual (MICELI, 1979) nas tomadas de posição sobre questões temporais, numa ação mobilizatória sem precedentes na história do catolicismo brasileiro.

Já na vertente maçônica, adensava-se o conflito político interno no Grande Oriente do Brasil, que levaria à grande cisão de 1927 (LINHARES, 1997), ao mesmo tempo em que a tradição liberal-democrática achava-se crescentemente questionada e atacada pelo avanço do fascismo e seus regimes ditatoriais e corporativistas na Europa e, em breve, no Brasil com a derrocada do regime liberal-oligárquico e ascensão de Getúlio Vargas a partir de 1930.

Referências bibliográficas

- ABREU, Berenice. *Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.
- AZZI, Riolando. *A neocristandade: Um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BARATA, Alexandre Mansur. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910).
- _____. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.
- CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- COSTA, Cruz. *O Positivismo na República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 253-270.
- DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008, p.111-153.
- FERRER BENIMELI, José António. *La Masonería*. Madrid: Alianza Editorial, 2001.
- HERVIEU-LEGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Tradução Catarina Silva Nunes. Lisboa: Gradiva, 2005.
- LINHARES, Marcelo. *História da Maçonaria (Primitiva, Operativa, Especulativa)*. Londrina (PR): Editora Maçônica A Troilha, 1997.
- LYNCH, John. A igreja católica na América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Tradução Geraldo Gérson de Souza. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2002, vol. V, p.415-487.
- MEYER JR., Jean. O México: revolução e reconstrução nos anos de 1920 In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Tradução Geraldo Gérson de Souza. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2002, vol. V, p.193-234.
- MALLIMACI, Fortunato. Catolicismo y liberalismo: las etapas del enfrentamiento por la definición de la modernidad religiosa em América Latina. In: BASTIAN, Jean-Pierre (Coord.) *La modernidad religiosa: Europa latina y América Latina em perspectiva comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 19-44.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- _____. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MOREL, Marco, Sociabilidades entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o Estudo Histórico das Maçonarias da Primeira Metade do Século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, p. 3-22, 2001/2.
- _____. *As Transformações dos espaços públicos – Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
- ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p.281-310, jan./jun. 2007.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília-DF: Ed. UnB, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso In: *A economia das trocas simbólicas*. Tradução Sérgio Miceli et all. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004, p.27-78.
- SILVA, Eliane Moura. Entre religião e política: maçons, espíritas, anarquistas e socialistas no Brasil por meio dos jornais *A Lanterna* e *O Livre Pensador* (1900-1910) In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.) *Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2012a, p.87-101.
- SILVA, Marcos José Diniz. Questão Social é "problema mo-

ral": militância moderno-espiritualista e trabalhadores no Ceará das primeiras décadas do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá: UEM/GT-ANPUH. Ano III, nº 8, set. 2010. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf7/01.pdf>

_____. "Que as minorias não sejam espezinhadas em seus direitos": igualdade religiosa em debate na imprensa cearense nas décadas de 1920 e 1930. *Opsis*. Catalão-GO, v. 11, n. 2, jul-dez 2011, p. 219-238. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/13469/10511#.UY1AAbXvsx5>

_____. Fé raciocinada, ciência iluminada: a aliança da religião com a ciência em debate na imprensa cearense (1910-1930). *Rever. Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, Ano 12, No 01, Jan/Jun 2012b, p. 145-165. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/10485/7802>

OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA PRÁTICA DO RITUAL MAÇÔNICO

Rafhael Guimarães ¹

Resumo

O presente artigo visa realizar análise comparativa da psicologia junguiana com a simbologia maçônica, mais especificamente com os símbolos contidos em uma Loja Maçônica do Rito Escocês Antigo e Aceito e em suas práticas ritualísticas, além de observar os efeitos psicológicos da prática da ritualística do referido rito maçônico sobre seus adeptos.

Palavras-chaves: psicologia junguiana; simbologia; maçonaria.

Abstract

This paper aims to conduct a comparative analysis of Jungian psychology with Masonic symbolism, more specifically with the symbols contained in a Lodge of the Ancient and Accepted Scottish Rite and its ritual practices, in addition to observing the psychological effects of the practice of ritualistic on the practitioners of that masonic rite.

Keywords Jungian psychology, symbology, Freemasonry.

¹ Rafael Guimarães é Mestre Maçom, membro da GLMEES; e Maçom do Real Arco, filiado ao SGCMRAB. Além de pertencer a outras Ordens Iniciáticas, ministra cursos e palestras sobre Cabala, Astrologia e Tarô.

Introdução

A definição mais comum de Maçonaria é a de que Maçonaria é “um belo sistema de moralidade velado em alegoria e ilustrado por símbolos” (ZELDIS, 2011). Isso já diz muito sobre a instituição e seu modo de ensino e aprendizagem, que ocorre por meio de rituais repletos de alegorias e expressões simbólicas. No entanto, entre o desdobramento do ritual e o comportamento moral de seus praticantes há um mecanismo psicológico que não pode ser ignorado e cuja compreensão pode colaborar um melhor entendimento da razão da Maçonaria atrair ao longo dos séculos o interesse de tantos distintos homens e a ira de tão perigosos inimigos, como os nazistas, papas e o Comintern – Comitê Comunista Internacional (ROBERTS, 1969).

Este estudo tem por objetivo analisar as influências psicológicas que a prática ritualística maçônica, suas falas, movimentos, símbolos, dramas e alegorias, pode ter sobre seus praticantes.

Muitos talvez possam julgar os rituais maçônicos como ingênuos, ultrapassados, estranhos ou até mesmo supersticiosos. Serão apresentados neste estudo indícios de que tanto os rituais como a mitologia possuem as mesmas fontes de origem — o inconsciente (CAMPBELL, 2007; JUNG, 2005).

Há, sem dúvida, inúmeras diferenças entre as religiões e mitologias da humanidade, e todas essas, de uma forma ou de outra, podem ser encontradas em alguma medida, representadas nas alegorias maçônicas (MAXENCE, 2010).

Foi em 1900 que Sigmund Freud apresentou ao mundo sua teoria do Inconsciente, na obra *“A interpretação dos sonhos”* (FREUD, 1972). O conceito de Inconsciente já existia de alguma forma desde a Grécia Antiga, contudo foi somente com Carl Gustav Jung que tal teoria encontrou sua plenitude, alcançando um sentido mais amplo, quando o mesmo diferenciou a atu-

ação do inconsciente de uma camada mais profunda, que chamou de Inconsciente Coletivo, que são formas ou imagens de natureza coletiva que se manifestam praticamente em todo o mundo como constituintes dos mitos e, ao mesmo tempo, como produtos individuais de origem inconsciente, que influenciam toda nossa psique (JUNG, 2011c).

Ao contrário da escola freudiana, que afirma que os mitos estão profundamente enraizados dentro de um complexo do inconsciente, para Jung, a origem atemporal dos mitos reside dentro de uma estrutura formal do inconsciente coletivo. Torna-se assim uma diferença considerável para Freud, que nunca reconheceu a autonomia congênita da mente e do inconsciente, enquanto que, para Jung havia uma dimensão coletiva inata e com autonomia energética.

As ideias apresentadas por Jung foram o embasamento científico que o estudioso das Religiões e Mitologias Comparadas, Joseph Campbell, adotou para sustentar as similaridades existentes entre todas as religiões e mitologias da história. Tal conceito chamado anteriormente de “Monomito”² por Jaymes Joyce, foi esmiuçado por Campbell, que mostrou todo o roteiro da manifestação arquetípica do herói, que se encontrava representado em todo o mundo como um arquétipo do Inconsciente Coletivo (JUNG, 2010; JUNG, 2011a).

Assim, será com base nas obras de Campbell e Jung o desenvolvimento deste artigo, que visa comparar e rerepresentar o simbolismo maçônico sob a ótica científica da Psicologia Junguiana e da Ciência das Religiões.

Análise Comparativa da Psicologia Junguiana com o Simbolismo Maçônico

O que é um Símbolo?³

Os símbolos são, em síntese, metáforas e compêndios de um conhecimento sensivelmente

² O termo “Monomito” é de autoria de James Joyce, da obra “Finnegans Wake”.

³ O conceito adotado nesta obra de símbolo é o da Psicologia Junguiana, que difere do conceito semiótico de símbolo instituído por Ferdinand de Saussure, pai da linguística, bem como também difere parcialmente de certas análises Psicanalíticas de Freud.

elevado (CAMPBELL, 2007), mas que em outras palavras, são manifestações exteriores dos arquétipos. Os arquétipos só podem se expressar através dos símbolos em razão de se encontrarem profundamente escondidos no inconsciente coletivo, sem que o indivíduo os conheça ou possa vir a conhecer (JUNG, 2011b). Dessa forma, em nosso nível comum de consciência, para compreendermos um elevado sentimento contido no Inconsciente Coletivo, necessitamos dos símbolos, gestos existentes desde o início da humanidade (CAMPBELL, 2008; JUNG, 2011a).

Essas afirmações precedentes necessitam de um exemplo hipotético: O amor da mãe para com seu filho jamais seria compreendido por palavras ou descrições objetivas, como números ou letras. Em vez disso, podemos, ao invés de escrever sobre tal amor, apenas apresentar o conhecido símbolo do coração. Deste modo, mesmo que parcialmente, a noção que teremos a respeito do amor de uma mãe para com seu filho, será muito mais próxima do que as expressadas por meras palavras (JUNG, 2011d).

As mitologias e sentimentos são comumente manifestados por meio de símbolos e gestos. Do mesmo modo, a Maçonaria atua através da ritualística das suas iniciações e instruções. Os símbolos e gestos atuam como um catalizador de sentimentos de seus praticantes através do mito trabalhado pelo grupo-cultura (CAMPBELL, 2008). O avanço moral que a Maçonaria proporciona a seus adeptos é, além de consciente, educativo e ético, também um reforço psicológico.

A diferença crucial entre símbolo e arquétipo é que o primeiro pode ser visto e em alguns casos também tocado e sentido, ao passo que o segundo pode ser apenas sentido, e mesmo assim, somente por intermédio do primeiro. Portanto, para que haja símbolos, deve antes haver arquétipos, pois aqueles são a manifestação destes em menor escala (JUNG, 2011d; JUNG, 2012). Contrariamente a esta teoria junguiana agora apresentada, observamos na psicanálise de Freud

outra visão dos arquétipos, que se encontra centrada nos três arquétipos relativos ao chamado “Complexo de Édipo”, que, por suas características peculiares, possui proximidades com a antropologia e com a linguística, ao passo que a visão apresentada neste artigo, Junguiana, possui proximidades com os conceitos do Inconsciente Coletivo sustentados pelo sociólogo francês Émile Durkheim, um dos pais da Sociologia Moderna, onde em sua obra o define como o conjunto de crenças e sentimentos autônomos de uma sociedade (DURKHEIM, 2004). Suas teorias também influenciaram Freud, mas com devido efeito, acham-se proficuamente delineadas nas obras de Jung.

O Templo Maçônico do Rito Escocês e a Psique Humana

Os maçons são unânimes em dizer que o Templo Maçônico⁴ é simbólico, e como já vimos, o símbolo é muito mais do que mera ornamentação artística para representar algo (JUNG, 2012). Importante registrar que o templo maçônico não é uma réplica do Templo de Salomão, se não apenas simbolicamente inspirado no Templo de Salomão, mas contendo muitas outras influências, de acordo com o Rito adotado (ISMAIL, 2012). No caso do presente estudo, refere-se a um templo do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Portanto, toda a ornamentação e divisão do templo não é fruto do acaso, a começar pela Sala dos Passos Perdidos, mais adiante o Átrio, a Câmara ou Caverna de Reflexões, e finalmente o Templo em si. Todos estes compartimentos são estágios há muito tempo utilizados para separar o sagrado do profano (VAN GUENNEP, 2011).

Nesse contexto, o ritual tem por objetivo a realização da passagem de um estado de consciência para outro, estados esses chamados maçonicamente de profano e sagrado, e em última análise, o templo com suas divisões simboliza o estado de consciência em que nos encontramos. Desta forma, o templo em si representa um esta-

⁴ O termo “templo maçônico” é comumente usado nos ritos maçônicos de origem latina. Os de origem anglo-saxônica costumam chamar o local de reuniões de “Sala da Loja”.

do intransponível de pureza e santidade para seus membros. As funções-cargos expressas no ritual e as disposições do templo são personificações simbólicas das leis psicológicas que atuam na psique (CAMPBELL, 2007; MAXENCE, 2010), conforme será demonstrado neste estudo.

Rituais ou simples gestos simbólicos identificam nossa consciência com o campo essencial de ação. O soldado que retorna da guerra, ao passar pelo Arco do Triunfo, um rito de passagem, acaba deixando a guerra para trás. Da mesma forma, ao passarmos pela sala dos passos perdidos e posteriormente pelo átrio, sabemos que estamos em um local consagrado para a prática do bem, o Templo Maçônico. Assim, as salas que antecedem o templo, cumprem a função psicológica de devidamente introduzir o adepto em um local que, por meio de seus símbolos, colabora para o ingresso a um estado da consciência necessário para que o ritual cumpra seu dever cognitivo de forma efetiva (JUNG, 1978; VAN GUENNEP, 2011).

De acordo com a psicologia analítica de Carl G. Jung, a psique divide-se em três níveis: A consciência, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo (HALL & NORDBY, 2010). Conforme se segue abaixo, tais divisões se conciliam em significados e funções com os cômodos de uma Loja Maçônica do Rito Escocês Antigo e Aceito, ou seja, sala dos passos perdidos, átrio e templo, sendo que na parte interior, teremos o ocidente e o oriente.

Nível 1 – Consciência: *Sala dos Passos Perdidos*

A consciência é a única parte da psique a qual conhecemos direta e objetivamente (HALL & NORDBY, 2010), e nela tudo ocorre geralmente de forma racional e lógica. Da mesma forma, isso também ocorre antes de adentrarmos ao templo, pois é na sala dos passos perdidos que tudo ainda ocorre de forma desprovida de questões oníricas, sem sinais ou gestos simbólicos.

O significado psicológico de persona, para Jung, é aquela parte da personalidade desenvol-

vida e usada em nossas interações mundanas, ou profanas, no vocabulário maçônico. É nossa face externa consciente, nossa máscara social, como veículo não de nossa real vontade, mas da nossa necessária aceitação (JUNG, 1978; HALL & NORDBY, 2010). Assim que, nas iniciações maçônicas, o gesto dos candidatos serem despidos de todos os metais, e iniciarem todos exatamente da mesma forma, significa que, naquele momento, o indivíduo despe-se de suas personas. Esse desprendimento se faz necessário visto que, conforme Jung, no nível do inconsciente pessoal – que citaremos logo adiante – não há persona, a qual se manifesta apenas no nível consciente.

O crescimento psicológico ocorre, de acordo com Jung, quando alguém tenta trazer o conteúdo-conhecimento do inconsciente, para o nível consciente, e estabelecer uma relação entre a vida consciente e o nível arquetípico da existência humana (JUNG, 1978; JUNG, 2011b). O homem que assim o fizer, haverá de reconhecer as origens de seus problemas no próprio inconsciente, pois a pessoa que não torna consciente suas limitações e defeitos, acaba por projetar sobre os outros tais percepções negativas (HALL & NORDBY, 2010). Fazendo o devido paralelo, o crescimento na senda maçônica somente ocorre quando se aplica no chamado mundo profano o que se estuda e aprende no mundo maçônico, que é neste quadro comparativo o referido inconsciente pessoal, e assim tem-se a oportunidade de transformar o conhecimento em sabedoria.

Nível 2 - Pré-consciência: *Átrio*

Para Freud, a consciência humana se subdivide em três níveis, chamados de Consciente, Pré-Consciente e Inconsciente. O estado intermediário entre a Consciência, abordada no Nível 1, e o Inconsciente, que será abordado no Nível 3, é o de Pré-consciência, o qual tem por característica uma experiência munida de relativo equilíbrio entre um material perceptível e um material latente (FREUD, 1972).

Dessa forma, tem-se o átrio do templo

maçônico como representativo desse estado de pré-consciência, visto o átrio, apesar de muitas vezes interpretado como sendo uma extensão do templo, é fisicamente um cômodo intermediário entre a sala dos passos perdido e o templo maçônico. Nele ocorre o momento de transição entre os estados psicológicos, em que os maçons se concentram, geralmente com as luzes apagadas, para se desvencilharem dos problemas e pensamentos do chamado "mundo profano" e adentrarem ao interior do templo. Assim, o átrio se assemelha em correspondência com o pré-consciente na medida em que ambos não possuem uma natureza específica, mas sim transitória. Portanto, este estado intermediário tem por objetivo introduzir o personagem no recinto onírico e simbólico seguinte.

Nível 3 – O Inconsciente Pessoal: *O Templo Maçônico*

Todas as experiências que se têm, mesmo aquelas consideradas esquecidas, mas que todavia não deixaram de existir, são armazenadas no inconsciente pessoal. É nesse nível que ocorrem os sonhos quando se está dormindo, e como todos sabem, tais eventos sonhados são dotados de acontecimentos surreais e ilógicos perante a nossa realidade objetiva (JUNG, 2005).

Assim o Inconsciente Pessoal encontra correspondência com o templo maçônico, onde a ritualística e os símbolos alcançam a totalidade dos trabalhos, e estes retratam bem o estado fictício e mítico do drama maçônico, estado este que – paralelamente – também é encontrado nos sonhos, com seus símbolos abstratos, passagens ilógicas e surreais, onde tanto no estado onírico como na ritualística, pode-se viajar do Oriente ao Ocidente com alguns poucos passos, e do amanhecer ao pôr do sol, vai-se em alguns minutos, semelhante ao que ocorre nos sonhos, pois no nível do inconsciente pessoal não há uma limitação objetiva. Da mesma forma o simbolismo da ritualística não possui um senso lógico. Ambas linguagens (sonhos e ritualística) são figuradas.

Assim como o ritual maçônico não é literal e tem por objetivo transmitir instruções morais, os sonhos também não o são e, segundo Jung (2011d), o crescimento e amadurecimento moral são a real e efetiva finalidade dos sonhos. Destarte, em ambos os casos perde-se o efeito do lógico e racional, para com isso, trabalhar o simbólico e onírico. Sendo assim, interpretar o ritual maçônico de forma literal é um erro lastimável, ao passo que o sonho, inexoravelmente, também deve ser interpretado de forma não literal (JUNG, 2012).

Os conceitos de Anima e Animus foram talvez as duas mais importantes descobertas de Jung. Ambos são aspectos inconscientes de um indivíduo. O inconsciente do homem encontra ressonância com o arquétipo feminino, chamado de Anima, enquanto que a mulher associa-se com o arquétipo masculino, chamado de Animus. Cabe notar que quando se fala de masculino e feminino, em se tratando de Animus e Anima, está se referindo às expressões e características, e não algo literal (JUNG, 2011b; JUNG, 2012), pois, como supramencionado, o inconsciente reside em um nível atemporal, inteiramente psicológico, portanto não material.

A Anima manifesta-se na psique de forma emocional, passiva e intuitiva, por outro lado, o Animus manifesta-se de forma racional, ativa e objetiva. Jung costuma relacionar Anima ao deus grego Eros, o deus do Amor, ao passo que Animus é relacionado com o termo Logos, que significa verbo, razão (JUNG, 1978). No templo maçônico tal equilíbrio dual é conhecido pelas duas colunas, Boaz e Jaquim. No Rito Escocês, os Aprendiz Maçons tomam assento do lado da coluna Boaz, e ali são instruídos sobre a educação moral, espiritualidade e ética maçônica, conceitos perfeitamente associados ao arquétipo de Anima. Já do lado da coluna Jaquim tomam assentos os Companheiros Maçons, que, ao contrário dos aprendizes, possuem suas instruções voltadas para as artes ou ciências liberais, bem como para algum conhecimento esotérico, que são características de Animus. Ao Oriente vê-se o Sol e a Lua, que são símbolos conhecidos do Animus

e da Anima.

Desta forma, Boaz e Jaquim, representam Anima e Animus, e a consecução entre ambas colunas representa o Casamento Alquímico, a totalidade do ser, ou seja, o Equilíbrio Perfeito, o Mestre. Aquele que caminha com tal união, anda pelo caminho ou câmara do meio (CAMPBELL, 2008), no nosso caso, o Mestre Maçom.

Nível 3 – Inconsciente Coletivo: *Sólio do Oriente*

Teoria proposta pela Psicologia Analítica, o inconsciente coletivo difere do inconsciente pessoal, visto que não se trata de experiências individuais, mas, como o nome sugere, são experiências coletivas (JUN, 1978). Trata-se de uma espécie de reservatório de imagens, essas chamadas de imagens arquetípicas. Tais imagens e concepções são herdadas pelo homem de forma inconsciente através do inconsciente pessoal. O inconsciente coletivo estimula no homem desde o nascimento um comportamento padrão pré-formado. Assim, recebemos a forma do mundo em uma imagem virtual e essa imagem transforma-se em realidade consciente quando, durante a vida, identificamos os símbolos a ela correspondentes (JUNG, 2011b).

Os conteúdos do inconsciente coletivo são denominados de arquétipos. Um arquétipo é compreendido como um modelo original que conforma outras coisas do mesmo tipo, semelhante a um protótipo (JUNG, 2011b). Tanto o inconsciente coletivo como o arquétipo se confundem com aquilo que chamamos de egrégora.

Jung acreditava que tanto a experiência quanto a prática religiosa eram fenômenos que tinham sua fonte no inconsciente coletivo (JUNG, 2011c). O céu, o inferno, o Jardim do Éden, o Olimpo, são interpretados pela psicologia junguiana e freudiana como símbolos do inconsciente (JUNG, 2011c; FREUD, 1972), e se enquadram ao simbolismo do dossel e do sólio no Oriente, localizado a sete degraus acima do nível onde se encontram os Aprendizes, Companhei-

ros e Mestres, onde se encontra o chamado Trono de Salomão e que possui estampado o olho que tudo vê no Rito Escocês Antigo e Aceito.

Assim como o inconsciente coletivo dispõe da pré-formação psíquica da psique (JUNG, 1978), o direcionamento dos trabalhos vem do Oriente da Loja, além de que as informações originais da Loja, presentes na carta constitutiva, também se localizam na região do sólio.

Os efeitos e sinais da Ritualística Maçônica no Inconsciente

Os rituais praticados e todas as suas repetições centram o indivíduo dentro dos propósitos do mito, pois o ritual é a simples representação do mesmo. Ao participar de um ritual, vivencia-se sua mitologia. Assim, tais gestos e movimentos transcendem os adeptos (CAMPBELL, 2008), como, por exemplo, na execução mito de Hiram Abiff, que ocorre no grau de Mestre Maçom. Tornar-se Mestre Maçom é o mesmo que Jung chamava de processo de individuação para realização do Si mesmo (MAXENCE, 2010).

Quanto à ritualística e seu potencial psicológico, Jung (2011b), discorre sobre a psicologia analítica e as formas de atuar no inconsciente pessoal do indivíduo:

Outra forma de transformação é alcançada através de um ritual usado para este fim. Em vez de se vivenciar a experiência de transformação mediante uma participação, o ritual é intencionalmente usado para produzir tal transformação. (...) Se recebe um novo nome e uma nova alma, ou ainda passa-se por uma morte figurada, transformando-se em um ser semidivino, com um novo caráter e um destino metafísico transformado. (Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo, CARL GUSTAV JUNG, 2011, p. 231)

Desta forma, o indivíduo que vivencia o ritual, as iniciações, elevações e exaltações, acaba por se transformar, seja pelas convicções conscientes ou pela influência do inconsciente (JUNG, 1978).

Os maçons devem, portanto, realizar reflexões da simbologia maçônica. Ao executar um ritual de alto valor cultural, com gestos e passagens incomuns à sociedade, o qual, sob um olhar cético e profano, pode ser considerado como infantil e ingênuo, deve o maçom analisar tais movimentos a nível psicológico, onde reside sua maior força e resultado. Ademais, abordar o ritual maçônico ou qualquer outro ritual sem um entendimento psicológico e simbólico do seu significado, é como ver animais nas nuvens, ou seja, um exercício de vontade e imaginação sem maiores resultados.

Conhecendo a antropologia das sociedades primitivas, Jung comparou a vida com a trajetória do sol em um dia. A primeira parte, do nascimento para a sociedade, é semelhante ao amanhecer do sol. A segunda parte, da participação efetiva no mundo e na sociedade, é semelhante ao meio dia. E, enquanto o desafio da primeira metade da vida é a própria vida, o desafio da segunda metade é a própria morte, representada pelo anoitecer (CAMPBELL, 2008; JUNG, 2005).

Para o primitivo não bastava ver o Sol nascer e declinar. Esta observação exterior correspondia a um acontecimento anímico, isto é, o Sol representava em sua trajetória o destino de um Deus. Todos os acontecimentos mitologizados da natureza, tais como o verão, inverno, amanhecer, meio dia e por do sol, as fases da lua, as estações, não são alegorias destas experiências objetivas, mas sim, expressões simbólicas do drama interno e inconsciente da alma, que a consciência humana consegue apreender através da dramatização dos rituais maçônicos (JUNG, 2011b).

Outro detalhe ritualístico curioso relativo ao sol é a circulação em sentido horário, também chamada de *dextrocentrica*. Uma prática tão antiga quanto a Maçonaria. Os gregos e romanos tinham o lado direito como favorável, visto que este, de forma geral, favorece mais seu dono do que o esquerdo. Relacionaram tal procedimento ao aparente movimento que o Sol faz diariamen-

te em torno da Terra. Assim, essas civilizações, tendo sempre o aparente movimento do Sol como referência, adotavam a circulação em sentido horário, tendo altares, fogueiras, totens ou sacrifícios como eixo de seus templos (ISMAIL, 2012).

A função psicológica da ritualística maçônica é a de restaurar um equilíbrio psicológico por meio do sistema mitológico proposto pela instituição, de modo a produzir um material onírico no inconsciente de seus membros (JUNG, 2005). Desta forma, o conhecimento da Maçonaria retrata um estudo do inconsciente, tanto do inconsciente pessoal, através dos efeitos diretos da ritualística, como do inconsciente coletivo, através do estudo da Mitologia Maçônica.

Nos rituais tribais de iniciação os membros recebem uma marca, que nos tempos atuais figura como simbólica (VAN GUENNEP, 2011), e que distinguem o iniciado dos não iniciados. Na iniciação no Rito Escocês isso ocorre com uma chancela no peito esquerdo. Seja uma marcação física ou apenas simbólica, tais atos ritualísticos operam igualmente no inconsciente (JUNG, 2005).

A prática de diferentes termos linguísticos também é usada para separar o sagrado do profano nos grupos religiosos (VAN GUENNEP, 2011). Este exemplo é um dos diferenciais da ritualística maçônica, onde uma linguagem própria é comumente adotada. Inúmeros são os exemplos disso no Rito Escocês, como justo e perfeito, tronco, Huzzé, sólio, pálio, venerato e muitos outros.

Conclusões

Em síntese, a mitologia pode ser entendida, sob a ótica da Psicologia Junguiana, como um sonho coletivo, sintomático dos impulsos arquetípicos existentes no interior das camadas profundas da psique humana (JUNG, 1978), ou, numa visão religiosa, como a revelação de Deus aos seus filhos. Tanto a mitologia como os seus símbolos são metáforas reveladoras do destino do homem e nas diversas culturas são retratadas

de diferentes formas (CAMPBELL, 2007). Sendo assim, a vivência do drama de um mito nada mais é do que uma ferramenta de compreensão e promoção do crescimento psicológico do indivíduo, sendo esta a função principal do mito (CAMPBELL, 2008). Assim, a análise para toda questão mitológica, como também, este estudo da ritualística maçônica em questão, é, por derradeiro, o estudo da psique humana.

Em várias sociedades e cultos primitivos, a prática religiosa consistia em vivenciar a Mitologia de forma direta, pois o mito poderia influenciar o executor da prática religiosa de forma indireta no decorrer das cerimônias, por intermédio do inconsciente. Assim o crescimento e a finalidade da Mitologia aconteciam de forma particular em cada um, como uma semente que aos poucos iria germinando (JUNG, 2005). Entendimento similar ocorre na Maçonaria e é explicitado quando maçons dizem aos neófitos na Palavra a Bem da Ordem que "hoje você entrou para a Maçonaria, mas precisa deixar que a Maçonaria entre em você". A tradição maçônica conserva esses costumes como forma de instrução aos seus membros, sendo atualmente uma das poucas instituições em que o homem pode ter contato com tais experiências (BLAVATSKY, 2009).

Referências Bibliográficas

BLAVATSKY, HELENA P. *O ocultismo prática e as origens do ritual na Igreja e na Maçonaria*. São Paulo: Pensamento, 2009.

CAMPBELL, Joseph. *As máscaras de Deus, Mitologia Ocidental*. São Paulo: Palas Athena, 1994.

CAMPBELL, Joseph. *Herói de mil faces*. São Paulo: Editora Pensamento, 2007.

CAMPBELL, Joseph. *Isto és Tu*. São Paulo: Landy Editora, 2002.

CAMPBELL, Joseph. *Mito e Transformação*. São Paulo: Ed. Ágora, 2008.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1972.

HALL, Calvin S.; NORDBY, Vernon J. *Introdução à Psicologia*

Junguiana. São Paulo: Cultrix, 2010.

ISMAIL, Kenno. *Desmistificando a Maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.

JUNG, Carl Gustav. *Interpretação psicológica do Dogma da Trindade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

JUNG, Carl Gustav. *O Homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e alquimia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia e religião*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

JUNG, Carl Gustav. *Símbolos e interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LEVI, Eliphas. *Dogma e Ritual da Alta Magia*. 20ª Edição. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2012.

MAXENCE, Jean-Luc. *Jung é a aurora da Maçonaria*. São Paulo: Madras, 2010.

MURPHY, Tim Wallace. *O código secreto das catedrais*. São Paulo: Pensamento, 2007.

ROBERTS, J. M.: Freemasonry: Possibilities of a Neglected Topic. *The English Historical Review*, Vol. 84, No. 331, p. 323-335, 1969.

STAVISH, Mark. *As origens ocultas da Maçonaria*. São Paulo: Pensamento, 2011.

VAN GUENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

ZELDIS, L., Illustrated by Symbols. New York, NY: *Philalethes, The Journal of Masonic Research & Letters*, Vol. 64, No. 02, p. 72-73, 2011.

PORQUE A MAÇONARIA BRASILEIRA ESTÁ PERDIDA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA INFLUÊNCIA DOS DIFERENTES LEMAS SOBRE AS ATIVIDADES MAÇÔNICAS

Kenny Ismail ¹

Resumo

O presente trabalho, realizado em dois estudos, tem por objetivo avaliar a influência do lema adotado e as vocações a ele inerentes nas atividades desempenhadas pelas Grandes Lojas, por meio de análises comparativas de conteúdo de dois grupos maçônicos distintos e representativos dos lemas "Fraternidade, Amparo e Verdade" e "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Enquanto o primeiro estudo verificou a adoção pública a um ou outro lema, o segundo tratou de analisar a publicidade dada às atividades relacionadas aos valores contidos nos respectivos lemas, de forma a observar a aderência ao lema adotado e a coerência nas informações divulgadas. O resultado dos dois estudos colaborou para uma melhor compreensão do cenário maçônico brasileiro, especialmente no que se refere ao campo social.

Palavras-chaves: lema maçônico; Maçonaria Latina; filantropia maçônica.

Abstract

This paper, carried out in two studies, was designed to evaluate the influence of the lemma adopted and vocations its inherent activities performed by the Grand Lodges, through comparative analyzes of contents of two separate masonic groups, representatives of the lemmas "Brotherhood, Relief and Truth" and "Liberty, Equality and Fraternity". While the first study examined the public adoption of one or another lemma, the second tried to analyze the publicity given to activities related to the values contained in its lemmas, so to monitor adherence to the motto adopted and consistency of the information disclosed. The results of two studies contributed to a better understanding of the Brazilian masonic scenario, especially with regard to the social field.

Keywords masonic lemma; Latin Freemasonry; masonic philanthropy.

¹ Kenny Ismail é bacharel em Administração pela UnB, Especialista em Gestão de Marketing pela ESAMC, e Mestrando em Administração pela EBAPE-FGV. Mestre Instalado, membro da GLMDF e atual Grande Mestre Adjunto da Maçonaria Críptica do Brasil, é também membro da *Philalethes Society* e da *The Masonic Society* e autor do livro "Desmistificando a Maçonaria" (São Paulo: Editora Universo dos Livros, 2012).

Introdução

Compreender a Maçonaria não é matéria simples, mas com certeza é algo interessante. Como bem registrou o historiador britânico John Morris Roberts (1969), certamente há algo de relevante em uma instituição cujos Grão-Mestres ingleses têm sido sempre nobres, incluindo sete príncipes herdeiros do trono, enquanto que em outras regiões e momentos a Maçonaria foi perseguida pelos nazistas, condenada por Bulas Papais e denunciada pelo Comintern, o comitê comunista internacional.

Mas para compreender a razão dessa instituição estar, durante séculos, atraindo os mais distintos homens, deve-se, primeiramente, compreender o que ela realmente é. No entanto, há diversas e distintas definições da Maçonaria (HAMILL, 1994), não havendo uma que seja oficial da instituição ou mesmo que descreva satisfatoriamente o que realmente a Maçonaria é (HODAPP, 2005).

A definição mais comum de Maçonaria em uso em todo o mundo é a de que Maçonaria é "um belo sistema de moralidade velado em alegoria e ilustrado por símbolos" (ZELDIS, 2011). Essa definição é derivada de outra, de autoria de William Preston, que considera a Maçonaria "um sistema regular de moralidade, concebido em uma tensão de interessantes alegorias, que desdobra suas belezas ao requerente sincero e trabalhador" (PRESTON, 1867). Porém, o que essas definições não explicitam é: Quais seus princípios fundamentais? Seus propósitos? Sua razão de existir? Uma análise de seus lemas e os reflexos deles nas atividades maçônicas pode ajudar a responder essas questões.

Lemas e Vocações

Um lema é um argumento, tema, regra, divisa ou norma de procedimento.² Trata-se de uma declaração concisa que expressa princípios, metas ou ideais. É uma ideia expressa em poucas

palavras, que guia e motiva, como uma missão. Uma missão são o propósito e os valores básicos da organização, constituindo a declaração da razão da existência da organização (BATEMAN & SNELL, 1998). Ela dá aos membros da organização um senso compartilhado de propósito e direção (KOTLER, 2000). Uma organização com uma compreensão clara de sua própria identidade e propósitos tem muito mais chances de sucesso do que outra que não tem uma compreensão nítida de sua razão de existir (WRIGHT, KROLL & PARNELL, 2000).

No caso da Maçonaria Latina, adotou-se o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", lema esse que surgiu na Revolução Francesa (VOVELLE, 1987), e logo foi adotado pela Maçonaria daquele país. A Maçonaria Brasileira, tão inicialmente influenciada pela francesa³, tratou de incorporá-lo. Tomando por exemplo, tem-se a Constituição do Grande Oriente do Brasil, onde se lê no 1º artigo: "A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista, cujos fins supremos são: Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (GOB, 2007).

Já no restante da Maçonaria no mundo, adota-se o lema maçônico original, tantas vezes reafirmado nas célebres obras de Preston (1867), Webb (1818) e Pike (1905), de "*Brotherly Love, Relief and Truth*", o qual pode ser traduzido como "Fraternidade, Amparo e Verdade". Lema esse praticamente desconhecido pela Maçonaria brasileira e de outros países latinos e latino-americanos. Para uma melhor compreensão desses princípios, recorreremos à *Coil's Masonic Encyclopedia* (1961), comumente citada em artigos acadêmicos que têm a Maçonaria como campo (Ex.: REYES, 1997; RICH & REYES, 1997; HARLAND-JACOBS, 1999; KARPIEL JR., 2000; GUNN, 2008; HEREDIA, 2012). Essa enciclopédia registra o seguinte comentário acerca do princípio da fraternidade (1961, p.107): "Neste princípio a Maçonaria une os homens de todos os países, seitas e

² Dicionários Priberam e Michaelis.

³ Pelo menos até 1877, quando a Grande Loja Unida da Inglaterra - GLUI declarou a irregularidade do Grande Oriente da França, o que levou o Grande Oriente do Brasil a se distanciar do Grande Oriente da França e passar a seguir os passos da GLUI.

opiniões e faz com que a verdadeira amizade exista entre aqueles que poderiam ter permanecido a uma distância perpétua". Já sobre o princípio de Amparo, ela disserta que (1961, p.510): "O princípio básico de amparo maçônico e sua extensão em diversas áreas estão definidos em títulos, como auxílio e assistência, casas maçônicas; colégios maçônicos; fundos e fundações educacionais; associação maçônica de serviço, associação maçônica de alívio". E quanto ao princípio de verdade, consta na enciclopédia que (1961, p. 662): "É geralmente aceito que a busca da verdade é o objetivo final de toda a Maçonaria, tanto nos Graus Simbólicos como nos Altos Graus".

Sabe-se que um componente importante na missão é a vocação (MAXIMIANO, 2008). Por vocação compreendem-se as áreas em que a organização tem facilidade em atuar, sendo uma declaração de sua competência naquilo. Sendo o lema da Maçonaria Latina "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", pode-se compreender que a vocação da Maçonaria Latina seja promover esses princípios, ou seja, que a vocação da Maçonaria Latina seja emancipacionista, igualitária e fraterna. Essa teoria conta com o reforço do histórico da Maçonaria nas independências dos países latino-americanos e por lutas pela igualdade entre os homens, como na abolição da escravidão no Brasil (SILVA, 2007; MOREL & SOUZA, 2008; GOMES, 2010; BARATA, 2001). Porém, essa luta foi travada e vencida no passado, entre o Século XVIII e início do Século XX. No Brasil, por exemplo, os princípios de liberdade e igualdade, vocação da Maçonaria Latina, estão garantidos na Constituição Federal, como se pode ver no 5º Artigo da Carta Magna: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988). Logicamente, a liberdade e a igualdade conquistadas podem, vez ou outra, sofrer alguns golpes. Porém, contra esses ras-

pões o restante da sociedade civil organizada parece estar em maior número e melhor preparada para lutar. Assim sendo, seguindo sua vocação, restou à Maçonaria Latina apenas a promoção da fraternidade, missão não muito difícil para uma organização na qual os membros chamam uns aos outros de irmãos. E assim a Maçonaria Latina vai seguindo sem projetos, objetivos e lutas a não ser a sua própria sobrevivência.

Em contrapartida, compreendendo o lema original da Maçonaria, seguido pelos demais povos, como "Fraternidade, Amparo e Verdade", é possível considerar como sua vocação a promoção desses três princípios. Sendo assim, tem-se nessa Maçonaria uma propensão não apenas fraterna, mas principalmente filantrópica e inquiridora.

Considerando que um lema realmente oferece uma orientação para a organização (WRIGHT, et al., 2000), é razoável propor:

Proposição – O lema adotado pela Maçonaria interfere diretamente em suas ações.

Método

Com o intuito de escolher uma forma adequada para, por métodos científicos, avaliar tal proposição, optou-se pelo método comparativo, largamente adotado nas ciências sociais e cujas bases foram desenvolvidas por autores como John Stuart Mill (1984), Émile Durkheim (1987) e Max Weber (1974). A comparação será realizada entre as Grandes Lojas norte-americanas, aqui representativas do lema maçônico original, de "Fraternidade, Amparo e Verdade"; e as Grandes Lojas brasileiras, o Grande Oriente do Brasil e os Grandes Orientes Independentes filiados à CO-MAB, aqui representativos do lema maçônico latino, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Além da quantidade de Obediências serem aproximadas, 51 no primeiro grupo e 49 no segundo, os EUA é a maior nação maçônica do mundo e o Brasil a segunda maior.⁴ Com esse formato, a co-

⁴ Apesar da Grande Loja Unida da Inglaterra possuir maior número de membros do que a soma das Obediências brasileiras, boa parte desse número se encontra fora da Inglaterra, concentrado principalmente no continente africano, o que coloca o Brasil em segundo lugar em quantidade de membros, atrás apenas dos EUA.

nhcada limitação do método comparativo de ser realizado com reduzido número de casos (LIJPHART, 1971) é solucionada, visto se tratar de um montante de 100 Obediências Maçônicas.

A pesquisa será realizada por meio de dois estudos distintos, os quais utilizarão como método de coleta de dados a pesquisa telematizada em fontes diretas, ou seja, por meio de pesquisa nos *websites* oficiais das Obediências, buscando dessa forma informações confiáveis e intencionalmente públicas. A utilização dos *websites* oficiais como fonte de pesquisa se justifica pelo entendimento de que, se a Obediência Maçônica compreende os princípios contidos em seu lema como objetivos institucionais, buscará dar publicidade dessas ações aos seus membros e à comunidade por meio de comunicação oficial, de fácil acesso, e menos efêmero.

O primeiro estudo, realizado por meio de análise de conteúdo com auxílio de recurso iconográfico, tem por objetivo verificar a adesão pública das Obediências a esses distintos lemas, ou seja, a publicidade dada ao lema adotado e, conseqüentemente, às vocações inerentes a ele. A análise de conteúdo é tida como um método de análise textual de forma a interpretar sua mensagem e compreender seus significados (BARDIN, 2009). Para tanto, será verificada a exposição dos lemas em seus *websites*, o contexto e posição em que estão inseridos, de forma a compreender sua intenção comunicativa e a quem se destina. Dessa forma, se buscará a exposição visualmente clara do lema "Fraternidade, Amparo e Verdade" nos *websites* das Grandes Lojas dos EUA, e do lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" nos das Grandes Lojas e Grandes Orientes brasileiros.

O segundo estudo tem por objetivo verificar as vocações das Obediências quanto ao lema adotado, analisando assim a influência do lema sobre as atividades das Obediências. Em concordância com as observações de Lijphart (1971) acerca das limitações do método comparativo, esse estudo adotará o desenho dos sistemas mais similares (PRZEWORSKI & TEUNE, 1970), adequado quando da comparação de conteúdo

entre sistemas bastante similares, como no caso das Obediências Maçônicas. Dessa forma, o princípio da fraternidade, comum em ambos os lemas maçônicos, não será considerado na análise. E tendo os princípios do lema original, de amparo e verdade, como elementos cujas ações relacionadas são mais facilmente mensuráveis do que princípios de liberdade e igualdade, do lema maçônico latino, essas ações serão as variáveis-chave da comparação.

Serão consideradas ações relacionadas ao princípio de amparo as organizações e programas que sejam de iniciativa das Obediências Maçônicas e de natureza explicitamente filantrópica, voltadas para público externo, e em caráter permanente. E consideradas pelo princípio de verdade aquelas organizações e programas dedicados ao estudo, pesquisa e conhecimento maçônico, voltados ao público interno, e permanente. Desse modo, ações de terceiros, apenas apoiadas pela Maçonaria, ou campanhas e projetos temporários não serão computados.

Objetos de Estudo

Maçonaria dos EUA

Tem-se notícia das primeiras Lojas Maçônicas nas colônias britânicas em solo americano alguns poucos anos após o surgimento da primeira Grande Loja de Londres, tendo Boston e Philadelphia como seus primeiros nichos. Não demorou para que a Grande Loja de Londres notasse o potencial maçônico das colônias e fundasse Grandes Lojas Provinciais em cada uma delas (HODAPP, 2005). Porém, colonos que eram membros da Grande Loja da Escócia; da Grande Loja de Toda a Inglaterra, com sede em York; e da conhecida como Grande Loja dos Antigos também fundaram Lojas e, conseqüentemente, Grandes Lojas ligadas a essas (COIL & BROWN, 1961).

Quando do início da Revolução Americana, a Grande Loja de Londres, conhecida como "dos Modernos" e diretamente ligada à Família Real, adotou postura pró-Inglaterra, o que fez com que as outras três vertentes, além da irlan-

desa, caíssem nas graças dos revolucionários. Muitos maçons estiveram presentes em muitos dos momentos decisivos que levaram à vitória da Revolução e a formação de um governo republicano. Também é inegável que muitas das filosofias contidas na Declaração de Independência e na Constituição dos EUA eram praticadas muito antes, nas Lojas Maçônicas. Dos 39 signatários da Constituição Americana, pelo menos um terço eram maçons (HODAPP, 2005).

No início do Século XIX, com a expansão do território norte-americano para o Oeste, ocorreu também a grande expansão maçônica nos EUA, baseada principalmente no trabalho do ritualista Thomas Smith Webb, de Rhode Island, cujo monitor publicado em 1797 serviu de padronização ritualística para as Grandes Lojas norte-americanas, existente até hoje (RIBEIRO, 2012; HODAPP, 2005; HENDERSON & POPE, 2001). Atualmente, as 51 Grandes Lojas dos EUA somam juntas mais de 1,3 milhão de membros (LIST..., 2012)

Maçonaria do Brasil

No Brasil, a organização mais antiga ainda em funcionamento é o Grande Oriente do Brasil - GOB, fundado em 1822 sob os moldes do Grande Oriente Lusitano e, durante mais de 100 anos, única organização regular no país. O Grande Oriente do Brasil é uma federação maçônica com 26 Grandes Orientes Estaduais federados, contando com mais de 2.500 Lojas e com aproximadamente 80.000 membros (LIST..., 2012).

Em 1927, como forma de preservar a regularidade da Maçonaria Brasileira, Mário Marinho de Carvalho Behring, que havia sido Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil e ocupava o posto de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, apoiou a fundação de Grandes Lojas Estaduais no Brasil (COIL & BROWN, 1961; MOREL & SOUZA, 2008; BAÇAN, 2008; PIRES, 2010). Seguindo o formato norte-americano, de uma Grande Loja para cada Unidade Federativa, as 27 Grandes Lojas brasileiras se reúnem em uma Confederação,

a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB, num total de mais de 2.700 Lojas e de 105.000 maçons (LIST..., 2012).

Em 1973, o GOB sofreu uma grande cisão, após uma eleição conturbada para seu Grão-Mestrado. 10 Grandes Orientes Estaduais federados ao GOB, num movimento liderado por Minas Gerais e São Paulo, se desligaram da instituição, declarando-se independentes (SOBRINHO, 1998). Essa cisão originou a Confederação Maçônica do Brasil - COMAB, formada atualmente por 21 Grandes Orientes Independentes.

Esses três tipos de organizações maçônicas convivem fraternalmente entre si, promovendo em muitos Estados, e sob a liderança de seus três Grão-Mestres, tratados de convivência e colaboração, sendo as únicas organizações maçônicas reconhecidas como regulares no território brasileiro (BAÇAN, 2008; ISMAIL, 2012) e, por isso, serão as únicas consideradas neste estudo.

Estudo 1

Realização de análise de conteúdo das páginas principais dos *websites* oficiais dos dois grupos representativos dos lemas distintos de "Fraternidade, Amparo e Verdade", representado pelas Grandes Lojas norte-americanas, e "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", representado pelas Grandes Lojas e Grandes Orientes brasileiros, com buscas a verificar a publicidade de tais lemas e para quem se destina.

Resultados - Maçonaria dos EUA

As figuras selecionadas evidenciam a exposição pública e de destaque do lema original nas páginas principais dos websites dessas Grandes Lojas.

Figura 1.1. Grande Loja do Arizona



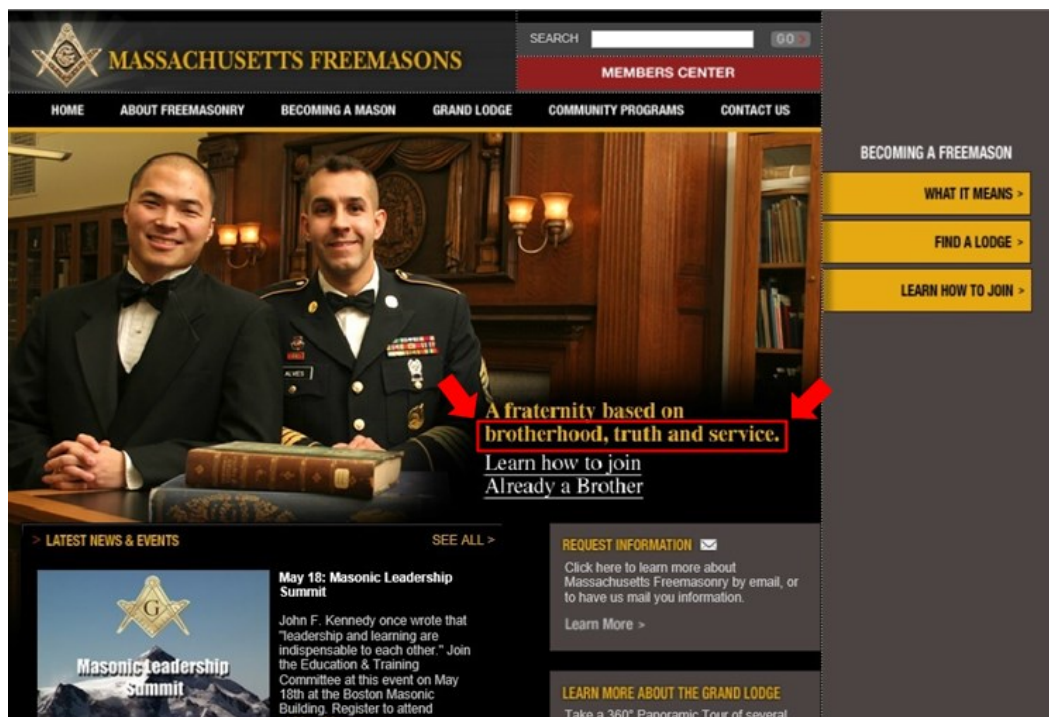
Fonte: <http://www.azmasons.org/>

Figura 1.2. Grande Loja de Idaho



Fonte: <http://www.idahomasons.com/>

Figura 1.3. Grande Loja de Massachusetts



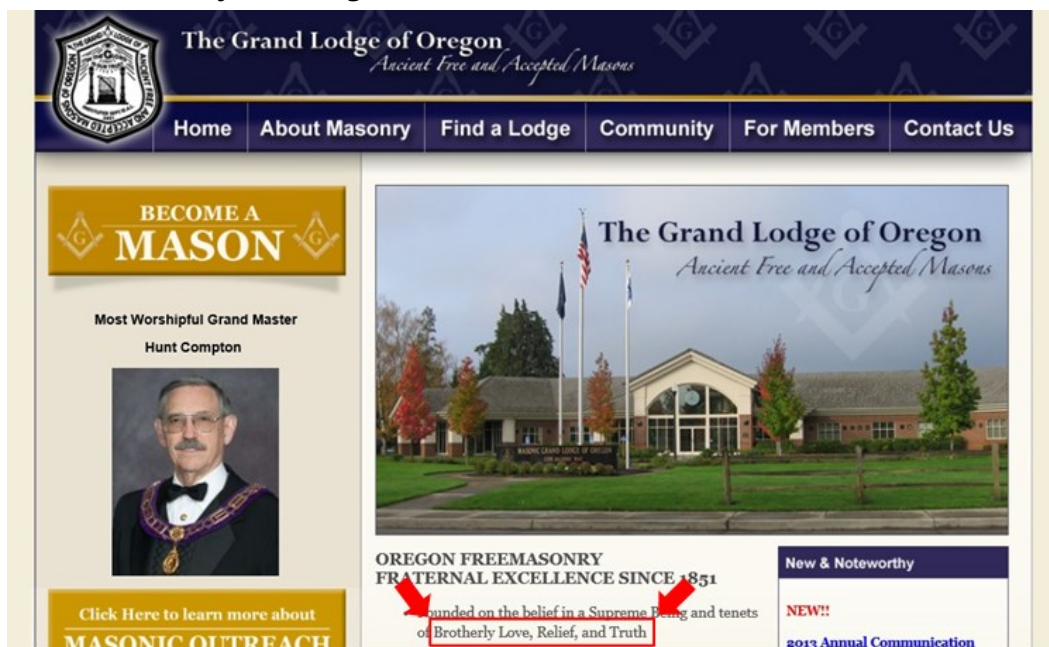
Fonte: <http://www.massfreemasonry.org/>

Figura 1.4. Grande Loja de New Hampshire



Fonte: <http://www.nhgrandlodge.org/>

Figura 1.5. Grande Loja do Oregon



Fonte: <http://www.masonic-oregon.com/>

Figura 1.6. Grande Loja de Wyoming



Fonte: <http://www.wyomingmasons.com/>

Nas figuras 1.1, 1.2, 1.4, 1.5 e 1.6, vê-se o lema "Fraternidade, Amparo e Verdade" referenciado como os "grandes princípios" ou "princípios primários" da Maçonaria e disposto no texto de apresentação dos *websites*, localizado em posição central de suas páginas iniciais. Já na figura 1.3 uma variação do lema, "Irmandade, Verdade e Serviço", é divulgada numa espécie de *full banner* principal do *website*.

Nessa figura 1.3, vê-se que a mensagem "Uma fraternidade baseada em irmandade, verdade e serviço" é seguida logo abaixo por dois *links*. O primeiro tem por título "Saiba como se juntar", e o segundo o título "Já sou um membro". Ou seja, o primeiro *link* é destinado a possíveis candidatos, encaminhando para uma página com informações gerais para ingresso, enquanto que o segundo é voltado aos membros, encaminhando para uma página chamada "Centro de Membros". Isso sugere que a divulgação do lema tem por destinatários não apenas os maçons, mas também os possíveis interessados.

Ainda na figura 1.3, a fotografia que ilustra o *banner* que contém o lema mostra dois homens adultos, próximos e sorridentes. Um é de origem asiática e está de *black tie*, enquanto o outro é branco e traça uma farda militar de gala. Eles estão escorados sobre uma mesa contendo dois livros antigos, e vê-se o emblema da Grande Loja ao fundo, além de estantes com livros. O que a imagem quer claramente passar é que ambos são irmãos maçons, amigos, e felizes por isso. Que na Maçonaria não há distinção ou preconceito de cor e raça, abrigando desde o imigrante, até o típico americano patriota. E, principalmente, que na Maçonaria você estará entre homens cultos e bem sucedidos em suas áreas de atuação.

Retornando à figura 1.2, em seu texto de apresentação, logo abaixo da exposição do lema, tem-se a seguinte frase: "*Composta de homens morais, comprometidos com o auto-aperfeiçoamento, os valores da família e o envolvimento com a comunidade*". A construção dessa sentença sugere que sua mensagem está destinada ao público externo. Essa sugestão se refor-

ça com a frase em destaque, ainda no texto de apresentação, que diz: "*Clique na foto do Grão Mestre para suas boas-vindas!*". Ao clicar, abre-se um texto de boas-vindas que é finalizado da seguinte maneira: "*Convido-o a navegar no site, aprender e utilizar qualquer coisa que possa ajudá-lo. Se quiser mais informações sobre a Maçonaria de Idaho, não hesite em contatar nossa Grande Loja com suas perguntas, por favor.*" Pode-se presumir com essa mensagem de boas vindas que o texto de apresentação realmente tem por destinatário o público externo.

Similarmente, a figura 1.4 apresenta o lema no texto de apresentação com o seguinte contexto: "*Durante séculos, os maçons têm contribuído para as comunidades em que vivem através dos princípios de Fraternidade, Amparo e Verdade.*" E no parágrafo seguinte pode-se ler: "*Ser um membro da maior e mais antiga ordem fraternal do mundo é uma experiência gratificante e educativa. Nossas atividades de caridade são muitas e variadas (...)*". Por fim, o texto de apresentação é concluído com o seguinte trecho: "*Se você é um maçom de New Hampshire, esperamos que este site seja uma ferramenta útil e melhore o fluxo de informações entre você e sua Grande Loja (...). Se você não é um maçom, esperamos que este site ajude-o a aprender sobre a Maçonaria.*" Tais passagens indicam que o texto de apresentação, iniciado com o lema de "Fraternidade, Amparo e Verdade", tem como destinatário tanto o público interno como o externo. Além disso, importante observar que a afirmação de que ser membro da Maçonaria é uma experiência "educativa" remete ao princípio da Verdade, e que "nossas atividades de caridade são muitas e variadas" remete ao princípio de Amparo.

A figura 1.5, semelhante às figuras 1.2 e 1.4, apresenta o lema adotado em destaque, no início de seu texto de apresentação. Não obstante, o lema é reafirmado ainda no texto de apresentação, no primeiro parágrafo discursivo:

Bem vindo ao *website* da Grande Loja de Antigos Maçons Livres e Aceitos do Oregon. Aqui você vai aprender sobre a Maçonaria do Oregon e as muitas maneiras em

que seus membros se esforçam para se tornarem melhores maridos, melhores pais e melhores homens, vivendo os princípios maçônicos de Fraternidade, Amparo e Verdade. (MASONIC GRAND LODGE OF OREGON: <http://www.masonic-oregon.com/>)

é voltado tanto para o público interno como externo.

Resultados - Maçonaria do Brasil

Abaixo é apresentada uma relação de figuras selecionadas como exemplos do grupo de Grandes Lojas e Grandes Orientes brasileiros, de forma a colaborar para uma melhor compreensão dos resultados que se seguem.

A citação apresentada indica que o texto é voltado a não maçons, ao se dirigir diretamente ao leitor, "*Aqui você vai aprender sobre a Maçonaria do Oregon*", e não incluí-lo como membro: "(...) e as muitas maneiras em que seus membros se esforçam para se tornarem (...)".

Por fim, a figura 1.6, da página principal do *website* oficial da Grande Loja de Wyoming, apresenta no parágrafo anterior ao que contém a exposição do lema maçônico, o seguinte trecho: "*É nossa esperança que este site funcione como uma ferramenta de comunicação para a comunidade maçônica do Wyoming. Seu objetivo é fornecer um método de comunicação para os nossos membros atuais, bem como de informação e conhecimento para os nossos irmãos futuros.*" Esse texto evidencia que o conteúdo ali disposto

Figura 2.1. Grande Oriente do Brasil

Fonte: <http://www.gob.org.br/>

Figura 2.2. Grande Oriente do Rio Grande do Sul

dedicação de parte do seu tempo para assistir às reuniões maçônicas; a prática da moral, da igualdade e da solidariedade humana e da justiça em toda a sua plenitude. Ademais, se proíbe terminantemente dentro da instituição, as discussões políticas partidárias e religiosas, porque prefere uma ampla base de entendimento entre os homens afim de evitar que sejam divididos por pequenas questões da vida civil.

Topo

O que é um Templo Maçônico?

- É um lugar onde se reúnem os maçons periodicamente para praticar as cerimônias ritualísticas que lhes são permitidas, em um ambiente fraternal e propício para concentrar sua atenção e esforços para melhorar seu caráter, sua vida espiritual e desenvolver seu sentimento de responsabilidade, fazendo-lhes meditar tranqüilamente sobre a missão do homem na vida, recordando-lhes constantemente os valores eternos cujo cultivo lhes possibilitará acercar-se da verdade.

Topo

O que se obtém sendo Maçom?

- A possibilidade de aperfeiçoar-se, de instruir-se, de disciplinar-se, de conviver com pessoas que, por suas palavras, por suas obras, podem constituir-se em exemplos; encontrar afetos fraternais em qualquer lugar em que se esteja dentro ou fora do país. Finalmente, a enorme satisfação de haver contribuído, mesmo em pequena parcela, para a obra maçônica grandiosa levada a efeito pelos homens. A Maçonaria não considera possível o progresso senão na base do **respeito à personalidade, à justiça social** e a mais estreita solidariedade entre os homens. Ostenta o seu lema **"Liberdade, Igualdade e Fraternidade"** com a abstenção das bandeiras políticas e religiosas.

Topo

2013 © Grande Oriente do Rio Grande do Sul
Rua Jerônimo Coelho, 116 - Centro - CEP: 90010-240 - Porto Alegre/RS - Fone: +55 (51) 3272-3700
MasonWeb

Fonte: <http://www.glojars.org.br/>

Figura 2.3. Grande Loja Maçônica do Amazonas

GLOMAM
Grande Loja Maçônica do Amazonas

Home | Maçonaria | GLOMAM | Publicações

O que é? | Princípios | Objetivos | Grandes Lojas | Links | Perguntas e Respostas

NOSSAS FINALIDADES

- 01) Grandes vultos do passado e do presente pertenceram ou pertencem à Sublime Ordem Maçônica Universal, adotando esta filosofia de vida;
- 02) A Maçonaria se reocupa com os problemas nacionais e internacionais, usando de sua influência para minorar o sofrimento dos povos, sem distinção de cor, raça ou religião;
- 03) A Maçonaria é parte integrante da História Pátria e Universal, os maçons sempre estiveram presentes nos grandes eventos, defendendo a trilogia sagrada **LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE**;
- 04) Assim lutaram e venceram os maçons que nos antecederam; assim lutamos hoje; assim lutarão amanhã nossos sucessores, empenhando esta mesma bandeira;
- 05) Trabalhando pela felicidade do gênero humano, os maçons se consideram recompensados e realizados, pois servindo ao próximo, estão observando os ensinamentos da Sublime Instituição;
- 06) Os que satisfizerem estes requisitos e desejarem cerrar fileiras com os Apóstolos da Liberdade e Sacerdotes do Direito, deverão se comprometer a trabalhar pelo bem-estar da Pátria e da Humanidade;
- 07) Aquele que for convidado e aceito será considerado nosso irmão, passando a fazer parte da grande Família Maçônica Universal;

Galeria

Fale com o Grão-Mestre

Fonte: <http://www.glomam.org.br/>

Figura 2.4. Grande Loja Maçônica do Distrito Federal



Fonte: <http://www.glmdf.com.br/>

No *website* oficial do Grande Oriente do Brasil – GOB, pode-se encontrar o lema ao acessar o menu principal e escolher a opção “O que é a Maçonaria?”. O texto correspondente apresenta o lema em duas partes distintas. Na primeira ocasião, correspondente à figura 2.1, em resposta à pergunta “Quais são seus princípios?”:

A **liberdade** dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam eles instituições, raças, nações; a **igualdade** de direitos e obrigações dos seres e grupos sem distinguir a religião, a raça ou nacionalidade; a **fraternidade** de todos os homens, já que somos todos filhos do mesmo CRIADOR e, portanto, humanos e como consequência, a fraternidade entre todas as nações. (GRANDE ORIENTE DO BRASIL. <http://www.gob.org.br/maconaria/o-que-e-maconaria.html> (GRIFO NOSSO))

Já na segunda ocasião, o lema se encontra em um trecho da resposta à pergunta “O que se obtém sendo maçom?”, no qual se lê: “*Ostenta o seu lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” com a abstenção das bandeiras políticas e religi-*

osas.” Essa página, em formato de algo similar a FAQ, de respostas às perguntas mais frequentes, é, evidentemente, voltada a leitores não maçons. Importante registrar que o mesmo conteúdo pode ser encontrado nos *websites* de várias outras Obediências brasileiras analisadas, como da Grande Loja do Espírito Santo, filiada à CMSB; e de todos os Grandes Orientes filiados à COMAB, como no caso do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, conforme se pode ver na figura 2.2. Porém, não foi possível confirmar a fonte original do texto.

Outro exemplo é o *website* da Grande Loja Maçônica do Amazonas – GLOMAM, ilustrado na figura 2.3. Ao acessar em seu menu principal a aba “Maçonaria” e em seguida “Princípios”, tem-se no título “Nossas Finalidades”: “*A Maçonaria é parte integrante da História Pátria e Universal, os maçons sempre estiveram presentes nos grandes eventos, defendendo a trilogia sagrada LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE*”. Estando esse conteúdo disponível em conjunto com “O que é a Maçonaria?” e “Perguntas e Respostas”, é razoável supor que sua mensagem seja destinada ao público externo, ou seja, não maçons.

Ainda sobre a figura 2.3, vê-se na citação a afirmação de que a Maçonaria "é parte integrante da História Pátria e Universal" e que os maçons "sempre estiveram presentes nos grandes eventos" defendendo a "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", chamada na ocasião de "trilogia sagrada". Interessante observar que o texto apresenta a seguinte continuidade: *"Assim lutaram e venceram os maçons que nos antecederam; assim lutamos hoje; assim lutarão amanhã nossos sucessores, empunhando esta mesma bandeira"*. Esse texto procura promover à Maçonaria a vocação de defensora desses princípios, utilizando da história para tanto.

Por fim, o *website* da Grande Loja Maçônica do Distrito Federal dá mais um exemplo da exposição do lema maçônico latino, exemplo esse contido na figura 2.4. Em seu menu principal, no tópico "Institucional", a opção "Princípios" informa em primeiro lugar: *"A Maçonaria é uma instituição universalista, filosófica, espiritualista e humanitária, fundamentada nos postulados da LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE, PAZ, JUSTIÇA e DEMOCRACIA."* No mesmo menu institucional, no tópico "A GLMDF", a página informa:

Nossa Grande Loja é importante célula de uma das maiores e melhores instituições da terra: a Maçonaria. Escola de aperfeiçoamento moral inigualável, onde a coletividade se sobrepõe ao indivíduo e o personalismo cede lugar ao trabalho conjunto e contínuo em prol de um mundo mais fraterno onde as pessoas possam ter as mínimas condições de vida, com civismo e liberdade. Onde não existem esses bens ali deverá estar a Maçonaria alerta, lutando para conquistá-los, perseverante e silenciosa (GLMDF. <http://www.glmdf.org.br>).

Nessa passagem, a instituição enaltece suas pretensas vocações, relacionadas ao lema adotado de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", ao declarar sua luta pela conquista de *"um mundo mais fraterno onde as pessoas possam ter as mínimas condições de vida, com civismo e liberdade"*. Ou seja, um mundo mais fraterno está relacionado com o princípio de Fraternidade;

as mínimas condições de vida com o de Igualdade; e civismo e liberdade, logicamente, com o de Liberdade.

Dessa forma, seja nas três diferentes vertentes maçônicas de âmbito nacional, o lema de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" não se encontra estampado em suas páginas principais, mas está presente em suas declarações de princípios e finalidades, chamados geralmente como lema, mas também como postulados ou mesmo trilogia sagrada, outorgando às Obediências vocações a tal lema relacionadas.

Análise Comparativa dos Resultados - Estudo 1

Nenhum dos *websites* oficiais das Grandes Lojas e Grandes Orientes brasileiros ostenta o lema adotado em sua página principal, como verificado nos exemplos norte-americanos apresentados. Isso pode indicar uma secundarização do lema no que tange à sua publicidade e destaque. Essa aparente secundarização poderia ser justificada pelo fato do lema maçônico latino ser menos praticável do que o lema maçônico original.

Enquanto todos os *websites* das Grandes Lojas norte-americanas apresentaram conteúdo de suas páginas iniciais voltado principalmente para o público externo, alguns *websites* de Grandes Lojas brasileiras não possuem a mesma orientação, apresentando apenas conteúdo com foco no interesse de seus membros. Como exemplos, têm-se os *websites* da Grande Loja do Estado de São Paulo - GLESP e da Grande Loja Maçônica do Mato Grosso do Sul - GLMMS.

Em resumo, o estudo indicou que a Maçonaria norte-americana proclama publicamente o lema de "Fraternidade, Amparo e Verdade", relacionando suas atividades à vida em comunidade, ao estudo e à caridade, demonstrando, assim, sua vocação para as atividades relacionadas a esses princípios. E que, por outro lado, a Maçonaria brasileira divulga, em segundo plano, seu lema de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade",

também buscando ligar suas atividades a esses últimos princípios, justificando, para tanto, sua participação na história.

Nos 49 *websites* analisados do grupo dos EUA, não se encontrou a exposição do lema maçônico latino, assim como nos 37 *websites* do grupo do Brasil não há menção do lema maçônico original, o que corrobora com a teoria da aderência desses dois grupos distintos e representativos a seus respectivos lemas, não havendo, em todos os casos analisados, qualquer ocorrência da aparição de ambos os lemas numa mesma Obediência.

Estudo 2

O primeiro estudo confirmou empiricamente a afirmação teórica da adoção do lema de "Fraternidade, Amparo e Verdade pelo grupo representativo da Maçonaria original, anglo-saxônica, e do lema de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" pelo grupo representativo da Maçonaria latina, por meio da publicidade dos lemas realizada nos *websites* dos dois grupos, a qual é orientada principalmente ao público externo, não maçom.

Este segundo estudo se aprofundará na questão, analisando se o lema adotado interfere diretamente nas ações permanentes das Obediências. Utilizando dos princípios de Amparo e de Verdade como variáveis-chave da análise comparativa, espera-se que o grupo representativo do lema "Fraternidade, Amparo e Verdade" apresente publicamente desempenho superior nas atividades relacionadas a esses princípios do que o grupo que adota o lema latino.

Resultados - Maçonaria dos EUA

O quadro a seguir apresenta o resumo dos dados coletados dos *websites* das Grandes Lojas norte-americanas, referentes aos programas permanentes de filantropia, e de estudos, pesquisas e conhecimento maçônico.

Das 51 Grandes Lojas Norte-americanas,

02 não possuem *websites* oficiais disponíveis na *internet*: a Grande Loja do Arkansas e a Grande Loja de Ohio. O grupo divulga um total de 191 organizações e programas filantrópicos permanentes – Amparo, e de 206 organizações e programas permanentes de estudo, pesquisa e conhecimento maçônico – Verdade. Isso resulta numa média de aproximadamente 04 organizações/programas relacionados a cada princípio por Grande Loja.

As Grandes Lojas do Tennessee e da Califórnia são as que divulgam mais organizações e programas filantrópicos, 12 e 11, respectivamente. Já entre as organizações e programas de estudo, pesquisa e conhecimento maçônico, a Grande Loja do Estado de New York apresenta o maior número, de 09 organizações ou programas.

Quadro 1.1. Grandes Lojas Norte-americanas – “Fraternidade, Amparo e Verdade” (continua)

GRANDES LOJAS	SOCORRO	QTD	VERDADE	QTD
Alabama	Alabama Masonic Scholarship Plan; Matching Fund Plan; Scholarship Matching Fund Plan; Youth Sports Matching Fund Plan	4	Alabama Lodge of Research; Grand Lodge of Alabama Library	2
Alaska	Alaska Masonic Charities Foundation;	1	Alaska Masonic Library and Museum Foundation	1
Arizona	Classroom Grant Program; Masonic Charities of Arizona	2	Arizona Masonry Magazine; Arizona Grand Lodge Library; Arizona Research Lodge; Southern Arizona Research Lodge; Colman-Holley Research Lodge	5
Arkansas	***		***	
California	Masonic Student Assistance Program; Masonic Scholarship Program; Masonic Homes of California; Masonic Service Bureau of Bakersfield; Masonic Service Bureau of Long Beach; Masonic Service Bureau of Los Angeles; Masonic Service Bureau of Orange County; Masonic Service Bureau of Greater Sacramento; Masonic Service Bureau of San Diego; Masonic Service Bureau of San Francisco; Masonic Service Bureau of San Gabriel	11	California Freemason Magazine; Institute for Masonic Studies; Northern California Research Lodge; Southern California Research Lodge; El Camino Research Lodge; Orange County Research Lodge	6
Colorado	Masonic High School Band Camp Scholarship Program; Colorado Benevolent Fund College Scholarships; Colorado Benevolent Fund Vocational Educational Grants; Colorado Teacher of the Year; Colorado Grand Lodge Child ID Program	5	Colorado Masonic Craftsman; Research Lodge of Colorado; Masonic Educational Primers	3
Connecticut	The Connecticut Freemasons Foundation; Connecticut Child Identification Program; Masonic Organ and Tissue Donor Awareness Program; Masonicare	4	Connecticut Freemasons Magazine; Luke A. Lockwood Memorial Library; Masonic Education Program	3
Delaware	Delaware Masonic Charities; Masonic Home of Delaware	2	Voice of Freemasonry - Magazine; Lombardy Hall Foundation; Delaware Lodge of Research	3
District of Columbia	The Masonic Foundation of the District of Columbia; DC High School Scholarships	2	D.C. Grand Lodge Library & Museum; Pythagoras Lodge of Research; The Voice Journal	3
Florida	Grand Lodge Emergency Relief; Hal W. Adams Hospital Service; Masonic Board of Relief in Tampa; Florida Masonic Child ID Program; Florida Masonic Home	5	Ft. Myers Masonic Library; Florida Lodge of Research; Florida Mason Magazine	3
Georgia	The Masonic Home of Georgia; Georgia Child Identification Program; Georgia Masonic Charities Foundation	3	The Masonic Messenger - Magazine; Atlanta Masonic Library and Museum Association; Georgia Lodge of Research; Lodge of Research #1, Savannah; Lodge of Research #2, Columbus; Lodge of Research #4, Macon; Masonic Self Study Courses	7
Hawaii	Masonic Charities of Hawaii	1	Masonic Library of Hawaii; The Trestleboard Journal	2
Idaho	Idaho Masonic Charitable Fund	1	The Idaho Freemason Magazine; Research Lodge #1965; Leadership Program; Mentoring Program	4
Illinois	Masonic Service Bureau of Illinois; IL CHIP program; Illinois Masonic Foundation Student Assistance Program; Illinois Masonic Outreach Services Program	4	Illinois Freemasonry Magazine; Illinois Masonic Library and Museum; Illinois Lodge of Research; Eureka Challenge	4
Indiana	Masonic Relief Board of Indiana; Indiana Masonic Home Foundation; Children's Learning Centers; Children's Hospital Services; Schizophrenia Research; Scholarship Program; Child ID Program	7	The Indiana Freemason Magazine; Masonic Library & Museum of Indiana; Dwight L. Smith Lodge of Research; Indiana Lecturers	4
Iowa	Iowa Masonic Scholarship Endowment; Masonic Charitable Education Corporation; Grand Charity Fund/Home; Rowley Masonic Home	4	Grand Lodge Bulletin; Library & Museum of the Grand Lodge of Iowa; Research Lodge No. 2; Iowa Mentor's Assistant; Masonic Symbolism Course; Masonic Academy of Knowledge	6
Kansas	Kansas Masonic Foundation; Kansas Masonic Oncology Center; Kansas Masonic Cancer Research Institute	3	The Kansas Mason Magazine; Grand Lodge of Kansas Library; Kansas Lodge of Research; Master's Achievement Award	4
Kentucky	Masonic Homes of Kentucky; Kentucky DeMolay Foundation of Scholarships; Rainbow & Job's Daughters Scholarships; Masonry Matters-Operation Preparation; Grand Lodge Disaster Relief Fund	5	Ted Adams Lodge of Research; William O. Ware Lodge of Research #999; Ritualist Award Program; Grand Master's Excellency Award; Kentucky Masonic Lamp of Knowledge Mentoring Program; Leaders' Resource Handbook; Leadership Educational Manuals	7
Louisiana	Louisiana Relief Lodge; Delta Relief Lodge; Ouachita Relief Lodge; Shreveport-Bossier City Relief Lodge; Dyslexia Training Program	5	Louisiana Freemason Magazine; Louisiana Lodge of Research; Masonic Library/Museum Foundation of Louisiana	3
Maine	Maine Masonic Charitable Foundation; Child Identification Program of Maine	2	The Maine Mason Magazine; Maine Masonry Today; Grand Lodge of Maine Library & Museum; Maine Lodge of Research; Maine Masonic College	5
Maryland	Maryland Masonic Child Identification Program; Maryland Masonic Homes	2	Freestate Freemason Magazine; Carl H. Claudy Memorial Library; Maryland Masonic Research Society; Summer School; Schools of Instruction	5
Massachusetts	Masonic Medical Research Laboratory; Grand Lodge Scholarship Program; Masonic Health System (MHS) of Massachusetts; Masonic Youth Child ID Program; Masonic Angel Fund; Masonic Education & Charitable Trust	6	The Trowel Magazine; Samuel Crocker Lawrence Library; Museum of Our National Heritage Library & Museum	3
Michigan	Michigan Masonic Home; Committee on Orphans; Michigan Child ID Program; The Michigan Masonic Charitable Foundation; Masonic Model Student Assistance Program; Matching Student Scholarship Grants Program	6	From Point to Pointe Magazine; Michigan Masonic Museum and Library; Michigan Lodge of Research #1; Regional Grand Lecturers	4
Minnesota	Minnesota Masonic Home Care Center; Masonic Cancer Center Fund; Minnesota Masonry Scholarships	3	Minnesota Mason Magazine; Minnesota Masonic Historical Society and Museum; Educational Lodge #1002; Masonic Light Award Program; Wayfaring Man program; Masonic Book Club	6
Mississippi	Mississippi Masonic Scholarship Program;	1	The Mississippi Freemason Newsletter; Mississippi Lodge of Research; Grand Lodge of Mississippi Library and Museum	3
Missouri	Masonic Scholarship Fund of Missouri; Masonic Children's Foundation's CHIP; Masonic Home of Missouri	3	The Missouri Freemason Magazine; Missouri Grand Lodge Library; Missouri Lodge of Research	3
Montana	Montana Masonic Foundation; Central Montana Mason's Education Fund; Masonic Home of Montana	3	Montana Masonic News; Grand Lodge of Montana AF & AM Library & Museum; Billings Masonic Library; Master Builder Awareness Program; Lodge Benchmarking Program; Ritualist Program	6
Nebraska	Nebraska Freemasons Child Identification Program; Change for the Troops; Nebraska Masonic Foundation; Nebraska Masonic Home	4	Nebraska Freemason Masonic News; Nebraska Masonic Education Program; Masonic Library	3

Fonte: elaborado pelo autor. **Legenda:** *** Site inexistente ou em manutenção.

Quadro 1.1. Grandes Lojas Norte-americanas – “Fraternidade, Amparo e Verdade” (continuação)

Nevada	Nevada Masonic Charities Foundation; Masonic Service Association of Shouthern Nevada; Nevada Child ID Program	3	Nevada Lodge of Research; Nevada Masonic Newsletter; Nevada Grand Lodge Library	3
New Hampshire	New Hampshire Child ID Program; New Hampshire Masonic Scholarships Program; combating drug abuse masonic program	3	New Hampshire Freemason Magazine; Anniversary Lodge of Research #175; Lodge of Instruction of the Grand Lodge of New Hampshire	3
New Jersey	Educator of the Year; Scholarships Program; Masonic Home of New Jersey	3	New Jersey Freemason Magazine; Walter Parsons Memorial Library & Museum; New Jersey Lodge of Masonic Research & Education #1786	3
New Mexico	Masonic Charity Foundation of New Mexico; Scholarships Program	2	New Mexico Freemason Magazine; "Red" Langston Memorial Library; Lodge of Research of New Mexico; New Mexico Masonic Library	4
New York	Masonic Board of Relief of Buffalo; Erie County Masonic Service Center; The Masonic Board of Relief of Brooklyn; Masonic Free Employment Bureau; Masonic Service Bureau of Rochester; NY Masonic Safety ID Program; Benevolence Endowment Fund; Masonic Home in Utica	8	Empire State Mason Magazine; Chancellor Livingston Masonic Library; Monroe Masonic Library; Onondaga & Oswego Masonic Districts Historical Societies; Justice Robert H. Jackson Lodge of Research; American Lodge of Research; Western New York Lodge of Research; Infinity Lodge for Study & Research; Third Millenium Lodge of Research	9
North Carolina	North Carolina Masonic Charities; Masonic Home for Children; Masonic and WhiteStone Home; North Carolina Masonic Foundation; Grand Lodge Scholarship	5	North Carolina Mason Magazine; Member Center for the Grand Lodge of North Carolina; Masonic Research and Historical Society of North Carolina	3
North Dakota	Masonic Welfare Association; Masonic Foundation; Masonic Model Student Assistant Program	3	North Dakota Mason Magazine; North Dakota Grand Lodge Library & Museum; Frontier Army Lodge of Masonic Research #1875	3
Ohio	***		***	
Oklahoma	Masonic Charity Foundation of Oklahoma; Oklahoma Senior Assistance Program; Youth Scholarship Program; State Superintendent's Awards for Arts Excellence; Oklahoma Teacher of the Year; Payne Education Foundation; Masonic Service Association	7	Oklahoma Mason Magazine; Library and Museum of the Grand Lodge of Oklahoma; Oklahoma Lodge of Research; Masonic Correspondence Courses	4
Oregon	Jennings McCall Center; Masonic Model Student Assistance Program; Oregon Masonic Charitable Foundation	3	Oregon Masonic News; Research Lodge of Oregon; Basic School of Proficiency; Lodge of Excellence Achievement Award; Torchlight Study Group	5
Pennsylvania	Masonic Villages; The Pennsylvania Masonic Youth Foundation; Masonic Blood and Organ Donor; Masonic CHIP Program	4	Pennsylvania Freemason Magazine; Masonic Library and Museum of the Grand Lodge of Pennsylvania; Harry C. Trexler Masonic Library; Pennsylvania Lodge of Research; Master Builders Program; Pennsylvania Academy of Freemasonry	6
Rhode Island	Child Identification Program; Robert J. Allen Medical Equipment Center	2	Rhode Island Freemason Magazine; Master Mason Rookie Award Program; New Wardens Workshop; Spotlight on Freemasonry Program	4
South Carolina	Board of Masonic Relief; Masonic Services Association; Masonic Charity Golf Tournament	3	Masonic Light Magazine; South Carolina Grand Lodge Masonic Library; South Carolina Masonic Research Society; Masonic Light; Library and Museum	4
South Dakota	Masonic Model Student Assistance Program; South Dakota Child Identification Program; South Dakota Masonic Foundation; Grand Lodge Scholarship Committee	4	Masonic Messenger Magazine; South Dakota Lodge of Masonic Research; Ritualist Program Record & Enrollment; Grand Lodge of South Dakota Ritual Award; Mentoring the New Mason	5
Tennessee	Masonic Service Association; Masonic Widows and Orphans Fund of Tennessee; Hospital Hospitality House; Tennessee Chip Identification Program; Organ Donor Awareness; Masonic Relief Association of Know County; Masonic Relief Association of Nashville; James H Quillen VA Medical Center; Alvin C York VA Medical Center; Nashville VA Medical Center; Memphis VA Medical Center; State Veterans Homes	12	Grand Lodge Library & Museum of Tennessee; Tennessee Lodge of Research; Tennessee Masonic Training; Masonic Educational Talk Award; TN Ritual Cast	5
Texas	Public Schools Week Program; Take Time To Read Program; Texas Masonic Charities Foundation; Masonic Children & Family Services of Texas; Texas Masonic Retirement Center; Gift of Life Program	6	Texas Mason Magazine; Grand Lodge Library and Museum of Texas; Texas Lodge of Research; Lodge Assistance Mentor Program; L.I.F.E. Program; Masonic Education and Service	6
Utah	Masonic Foundation of Utah; Masonic Relief Board; Masonic Foundation Scholarship	3	Grand Lodge of Utah Library; Ogden Masonic Library Club; Utah Masonic Research Lodge; Hiram Award Program; Master Builder Award Program; Ritual Proficiency Program; Utah Conference on Leadership Instruction, Training, and Education	7
Vermont	Comprehensive Assessment Recovery Effort Program; Vermont Veterans Home; Masonic Charities of Vermont; Scholarships Program; Operation Phone Home in VT	5	Green Mountain Mason Magazine; Vermont Grand Lodge Library; Vermont Lodge of Research; Speaker's Bureau for Masonic Education	4
Virginia	Grand Lodge of Virginia Masonic Home; Grand Lodge of Virginia Scholarship Program; Masonic Community Blood Program; Grand Lodge Masonic Relief Fund	4	Virginia Masonic Herald Magazine; Allen E. Roberts Masonic Library and Museum of the Grand Lodge of Virginia; Virginia Research Lodge; A. Douglas Smith Jr. Lodge of Research; Civil War Lodge of Research; Reid James Simmons Academy of Masonic Leadership	6
Washington (State of)	Grand Lodge Scholarships Program; Masonic Outreach Services; Masonic Service Bureau of Seattle	3	Washington Masonic Tribune; Washington Grand Lodge Library and Museum; Eastern Washington Lodge of Research	3
West Virginia	West Virginia Masonic Home	1	The Messenger newspaper; Regional Schools of Instruction; Grand Lecturer and Deputies	3
Wisconsin	Wisconsin Masonic Foundation; Masonic Medical Fund of Wisconsin; Wisconsin Masonic Soccer Foundation; Wisconsin Masonic Home; Service and Assistance Fund	5	The Wisconsin Masonic Journal; Robert Monteith III Masonic Library & Museum; Wisconsin Masonic Foundation Library; Northeast Wisconsin Masonic Library & Museum; Silas H. Shepherd Lodge of Research; Centers of Excellence	6
Wyoming	Grand Lodge of Wyoming Scholarship Program; Child Identification Program; Masonic Foundation - Jackson Hole	3	Master Builder Program; Grand Lodge Library	2
Qtd Grandes Lojas: 51	TOTAL PROGRAMAS FILANTRÓPICOS PERMANENTES DIVULGADOS	191	TOTAL AÇÕES PERMANENTES DE ESTUDO E PESQUISA DIVULGADAS	206
	MÉDIA PROGRAMAS FILANTRÓPICOS PERMANENTES DIVULGADOS	3.75	MÉDIA AÇÕES PERMANENTES DE ESTUDO E PESQUISA DIVULGADAS	4.04

Fonte: elaborado pelo autor. **Legenda:** *** Site inexistente ou em manutenção.

Resultados - Maçonaria do Brasil

Consta no próximo quadro o resultado da coleta de dados nos *websites* oficiais das Obediências Maçônicas Brasileiras, a saber: Grande Oriente do Brasil; Grandes Lojas Estaduais, confederadas à CMSB – Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; e Grandes Orientes Estaduais Independentes, confederados à COMAB – Confederação Maçônica Brasileira.

Das 49 Grandes Lojas e Grandes Orientes analisados, 12 não têm *websites* oficiais disponíveis na *internet* até o fechamento deste estudo: as Grandes Lojas de Amapá, Pernambuco, Piauí, Roraima e Tocantins; e os Grandes Orientes Independentes de Goiás, Ceará, Piauí, Alagoas, Sergipe, Amazonas e Pará. As Obediências Maçônicas brasileiras divulgam um total de apenas 11 organizações e programas filantrópicos permanentes, e de 28 organizações e programas permanentes de estudo, pesquisa e conhecimento maçônico. O que resulta numa média de aproximadamente 0,24 e 0,57 organizações/programas, respectivamente.

A Grande Loja Maçônica do Rio Grande do Sul é a que apresenta maior quantidade de organizações e programas filantrópicos, num total de 04, enquanto que a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais apresenta maior número voltado ao princípio da Verdade, num total de 06 organizações e programas permanentes divulgados em seu *website* oficial.

Ao todo, 17 Obediências Maçônicas brasileiras com *websites* disponíveis não divulgam qualquer organização ou programa permanente relacionado aos dois princípios-chave observados neste estudo.

Quadro 1.2. Grandes Lojas Brasileiras – “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”

OBEDIÊNCIAS	AMPARO	QTD	VERDADE	QTD
GOB			Museu Ariovaldo Vulcano	1
GL Acre				
GL Alagoas			Coluna Cultural	
GL Amapá	***		***	
GL Amazonas				
GL Bahia			ERAC - Encontro Regional de Aprendizizes e Companheiros; EREM – Estudo Resumido para Mestres	2
GL Ceará	Fundação Franklin Roosevelt para crianças carentes	1		
GL Espírito Santo			Revista InforMaçom	1
GL Distrito Federal				
GL Goiás			Jornal da GLEG; Biblioteca Marlene de Oliveira Alvarenga	2
GL Maranhão	Campanha de Prevenção de Acidentes e Combate à Violência no Trânsito	1		
GL Mato Grosso			Revista Arte Real	1
GL Mato Grosso do Sul	Casa da Criança	1		
GL Minas Gerais	Concurso de Práticas Ambientais; Concurso de Monografias sobre Meio Ambiente	2	Revista Triângulo; Jornal GLMMG; Escola Maçônica “Mestre Antônio Augusto Alves D’Almeida”; Loja de Pesquisas Quatuor Coronati - Pedro Campos de Miranda; Revista Arte Real; Biblioteca Mario Behring	6
GL Pará				
GL Paraíba			Loja de Estudos e Pesquisas Renascença; Loja de Estudos e Pesquisas Verus Sapientia	2
GL Paraná			Biblioteca Digital	1
GL Pernambuco	***		***	
GL Piauí	***		***	
GL Rio de Janeiro				
GL Rio Grande do Norte			Grande Biblioteca	1
GL Rio Grande do Sul	Fundação Maçônica Educacional; Programa de Apoio ao Estudo; Juventude Assistida – Drogas Nunca; Fundação São João	4	Revista O Vigilante; Universidade Corporativa da Maçonaria	2
GL Rondônia				
GL Roraima	***		***	
GL Santa Catarina	Fundação Hermon	1		
GL São Paulo				
GL Sergipe				
GL Tocantins	***		***	
GO Amapaense				
GO Autônomo do Maranhão				
GO da Bahia				
GO da Paraíba				
GO de Goiás	***		***	
GO de Minas Gerais				
GO de Santa Catarina	Fundação Hermon	1	Revista O Prumo; Informativo O Vigilante	2
GO do Ceará	***		***	
GO do Estado do Mato Grosso			Revista Alavanca	1
GO de Mato Grosso do Sul				
GO do Paraná			Jornal O Cavaleiro de São João	1
GO do Rio Grande do Sul	Fundação São João	1	Loja de Pesquisas Maçônicas Francisco Xavier Ferreira; Revista O Delta	2
GO Independente de Pernambuco			Jornal O Amaler	1
GO Independente do Estado de RN			Biblioteca Virtual	1
GO Independente do Piauí	***		***	
GO Independente do RJ			Loja de Pesquisas Rio de Janeiro	1
GO Maçônico do Alagoas	***		***	
GO Paulista				
GO de Sergipe	***		***	
GO Amazonense	***		***	
GO Independente do Estado do Pará	***		***	
Quantidade	TOTAL PROGRAMAS FILANTRÓPICOS PERMANENTES DIVULGADOS	12	TOTAL AÇÕES PERMANENTES DE ESTUDO E PESQUISA DIVULGADAS	28
Obediências:	MÉDIA PROGRAMAS FILANTRÓPICOS PERMANENTES DIVULGADOS	0.24	MÉDIA AÇÕES PERMANENTES DE ESTUDO E PESQUISA DIVULGADAS	0.57

Fonte: elaborado pelo autor. **Legenda:** *** Site inexistente ou em manutenção.

Análise Comparativa dos Resultados -

Estudo 2

Enquanto os websites das Grandes Lojas norte-americanas divulgam uma média de quase 08 organizações/programas permanentes relacionados aos princípios de Amparo e Verdade por Grande Loja, os websites das Grandes Lojas e Grandes Orientes brasileiros apresentam uma média inferior a 01 organização/programa por Obediência.

As informações disponíveis sugerem que cada Grande Loja norte-americana possui uma Fundação Maçônica de Caridade, a qual recebe uma porcentagem das taxas recolhidas pela Grande Loja, além de doações. Essa fundação tem por finalidade a manutenção financeira das organizações e programas filantrópicos realizados pela Grande Loja. Três são os tipos mais comuns de organizações e programas filantrópicos permanentes divulgados pelas Grandes Lojas dos EUA: programas educacionais, asilos de idosos, e os programas maçônicos de identificação de crianças.

Dentre os programas educacionais das Grandes Lojas dos EUA, os mais comuns são os de concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda. Há ainda outros tipos de programas educacionais, como de premiação dos melhores professores, programas de aulas de reforço, além de reformas das escolas públicas.

Os asilos maçônicos surgiram nos EUA a partir do Século XIX, inicialmente para abrigar os maçons idosos e viúvas de maçons. Com o passar das décadas, muitas Grandes Lojas viram a necessidade de abrir as portas de seus asilos também para idosos não maçons. Os asilos maçônicos oferecem não somente abrigo, mas também refeições e roupas limpas, além de cuidados médicos. Eles são subsidiados pelas fundações maçônicas, o que faz com que seus custos sejam abaixo dos praticados no mercado.

Já o Programa Maçônico de Identificação de Crianças, presente na maioria das Grandes Lo-

jas dos EUA, tem por objetivo auxiliar na identificação e na recuperação de crianças desaparecidas. Com o patrocínio das Grandes Lojas, as Lojas realizam em suas comunidades eventos de cadastramento de crianças, em que os pais têm a oportunidade de fazer um kit de identificação de seus filhos de forma gratuita, contendo suas impressões digitais e da arcada dentária, descrição física, amostra de DNA e vídeo da criança.

As informações sobre essas organizações e programas contidas nos websites sugerem que ocorre uma espécie de *benchmarking*⁵ entre muitas das Grandes Lojas norte-americanas acerca de suas atividades filantrópicas. Em contrapartida, as 07 únicas Obediências Maçônicas brasileiras que divulgam organizações e programas filantrópicos permanentes em seus websites apresentam atividades filantrópicas heterogêneas, mesmo ao analisar aquelas pertencentes à mesma confederação.

Cenário similar é observado nas organizações e programas voltados ao estudo pesquisa e difusão de conhecimento maçônico. As Grandes Lojas norte-americanas apresentam certa homogeneidade nesse tipo de atividade, concentrada em: museus e bibliotecas maçônicas, Lojas de pesquisas e revistas maçônicas. Outros programas menos comuns incluem: programa de mentores, comissões de palestrantes oficiais, e escolas e cursos de instrução e liderança. Enquanto que na Maçonaria brasileira, ou melhor, as 18 Obediências que divulgam esse tipo de organização/programa em seus *websites*, aparentam focar na promoção de suas revistas e jornais aos seus membros.

Por fim, verificou-se neste estudo que o grupo representativo do lema "Fraternidade, Amparo e Verdade", ou seja, o grupo dos EUA, apresentou desempenho superior em quantidade de atividades relacionadas às variáveis-chave do que o grupo que adota o lema latino, o do Brasil. Foi registrada a publicidade de uma média de 08 organizações/programas relacionados por cada Grande Loja norte-americana, contra uma média

⁵ Benchmarking é um processo em que uma organização aprende com as melhores práticas de outra organização similar.

inferior a 01 organização/programa divulgado por cada correspondente brasileiro. Esse era o resultado esperado e confirma empiricamente a proposição teórica de que o lema adotado interfere diretamente nas ações permanentes das Obediências.

Conclusão

Algumas limitações foram identificadas no decurso dos estudos, as quais podem de alguma forma influenciar nos seus resultados. Enquanto as Grandes Lojas dos EUA somam mais de 1,3 milhão de membros, as Grandes Lojas e Grandes Orientes brasileiros somam um pouco mais de 200 mil, o que diminui a capacidade de trabalho voluntário, necessário para a manutenção de muitas atividades. Outra limitação é o tempo da instituição. Enquanto as Grandes Lojas dos EUA foram fundadas durante o Século XVIII e XIX, apenas uma única Obediência do grupo brasileiro foi fundada antes do Século XX. Por último, a carga tributária entre EUA e Brasil é muito diferente, principalmente no que tange a doações. A legislação brasileira pune o doador com tributos e excessiva burocracia para abatimentos, enquanto a legislação americana incentiva a doação cobrando altos impostos sobre herança, por exemplo. Essa diferença tributária impacta na manutenção financeira de organizações e programas sociais.

Porém, apesar de tais limitações, a presente pesquisa obteve o sucesso esperado em seu objetivo primário, que era o de colaborar para uma melhor compreensão das razões que levam à estagnação social em que se encontra atualmente a Maçonaria brasileira. Seguindo princípios mais filosóficos do que práticos, a Maçonaria brasileira, assim como toda a Maçonaria latina, parece enfrentar uma crise de identidade, ou melhor, uma crise de obsolescência, ao sustentar vocações tão úteis em outros momentos históricos, mas menos necessárias no atual cenário mundial do Ocidente.

Baseando-se nas referências teóricas e resultados empíricos obtidos neste trabalho, pode-

se supor que a Maçonaria anglo-saxônica, tendo em seu lema os princípios de "Fraternidade, Amparo e Verdade", tem identificada claramente a sua vocação e dever filantrópicos. Enquanto que a Maçonaria brasileira, com seu lema emprestado da Revolução Francesa, deixa margens para que muitos irmãos, restritos ao conhecimento maçônico local, questionem se a caridade tem lugar nas finalidades maçônicas. E numa instituição que prioriza a unanimidade entre seus membros, alguns poucos questionamentos são o bastante para sepultar qualquer iniciativa social.

Espera-se que a Maçonaria brasileira, ainda jovem se comparada com a Maçonaria de outros países, em especial os anglo-saxônicos, tenha energia e disposição para se renovar e buscar suas vocações, seguindo assim o exemplo dos irmãos do Norte que, mesmo mais antigos, ainda mantém-se prósperos.

Referências Bibliográficas

- BAÇAN, Lourivaldo Perez. *O Livro Secreto da Maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.
- BARATA, Alexandre Mansur. E é certo que os homens se convencem mais pela experiência do que pela teoria: cultura política e sociabilidade maçônica no mundo luso-brasileiro (1790-1822). *REHMLAC*, Vol. 3, No.1, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.
- BATEMAN, T. S. & SNELL, S. A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- COIL, H. W. & BROWN, W. M., *Coil's Masonic Encyclopedia*. New York: Ed. Macoy, 1961.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.
- GOB. *Constituição do Grande Oriente do Brasil*. Brasília, DF: GOB, 2007.
- GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- GUNN, Joshua. Death by Publicity: U. S. Freemasonry and the Public Drama of Secrecy. *Rhetoric & Public Affairs*, Vol. 11, No. 2, pp. 243-277, 2008.

- HAMILL, John. *The Craft: A History of English Freemasonry*. Londres: *QC Correspondence Circle*, 1994, p. 12.
- HARLAND-JACOBS, Jessica. "Hands Across the Sea": The Masonic Network, British Imperialism, and North Atlantic World. *Geographical Review*, Vol. 89, Issue 2, p. 237–253, 1999.
- HENDERSON, K. & POPE, T. *Maçonaria Universal: Um novo Guia para o Mundo Maçônico – As Américas*. São Paulo: Ed. Madras, 2001.
- HEREDIA, Guillermo de los Reyes. Los estudios masónicos estadounidenses y su impacto en La masonería latinoamericana. Una aproximación historiográfica. *REHMLAC*, Vol. 4, Nº 1, p. 142-157, 2012.
- HODAPP, Christopher. *Freemasons for Dummies*. Hoboken, NJ: Wiley Publishing Inc., 2005, p. 13.
- ISMAIL, Kennyo, *Desmistificando a Maçonaria*. São Paulo: Ed. Universo dos Livros, 2012.
- KARPIEL JR., Frank J. Mystic Ties of Brotherhood: Freemasonry, Ritual, and Hawaiian Royalty in the Nineteenth Century. *Pacific Historical Review*, Vol. 69, No. 3, p. 357-397, 2000.
- KOTLER, Philip. *Administração de Marketing*, 10ª Ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- LIJPHART, Arend. "Comparative politics and the comparative method." *American Political Science Review*. V. 65, 1971, p. 6682 - 6693
- LIST OF LODGES, Illinois, USA: Ed. Pantagraph, 2012.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. *Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital*, 6ª Edição, 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.
- MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- PIKE, Albert. *Morals and Dogma of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry*. Charleston: Supreme Council of the 33º Degree for the Southern Jurisdiction - United States, 1905.
- PIRES, Joaquim da Silva. Paris, 1929. In: *Almanaque Maçônico Engenho e Arte 2010*. Rio de Janeiro: Ed. Infinity, 2010.
- PRESTON, William. *Illustrations of Masonry*. New York: Masonic Publishing and Manufact., 1867.
- PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. *Logic of comparative social inquiry*. Minnesota: John Wiley & Sons, Inc., 1970.
- REYES, Guillermo. Freemasonry and Folklore in Mexican Presidentialism. *Journal of American Culture*, Vol. 20, Issue 2, pp. 61–69, 1997.
- RIBEIRO, J. G. C. *O Nosso Lado da Escada*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2012.
- RICH, Paul & REYES, Guillermo. Freemasonry's Educational Role. *American Behavioral Scientist*, Vol. 40, No.7, p.957-967, 1997.
- ROBERTS, J. M.: Freemasonry: Possibilities of a Neglected Topic. *The English Historical Review*, Vol. 84, No. 331, 1969, pp. 323-335.
- SILVA, Ivanilson Bezerra. Apontamentos sobre Maçonaria, abolição e a educação dos filhos de escravos na cidade de Sorocaba no final do Século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.27, p.95 –111, set. 2007.
- SOBRINHO, Octacílio Schüler. *Uma Luz na História: o sentido e a formação da COMAB*. Florianópolis: Ed. O PRUMO, 1998.
- VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. *7º Congresso Internacional das Luzes*. Budapeste, 1987.
- WEBB, Thomas Smith. *The Freemasons Monitor or Illustrations of Masonry*. Salem, MA: Cushing and Appleton, 1818.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- WRIGHT, P. L.; KROLL, M. J. & PARNELL, J. *Administração Estratégica: conceitos*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ZELDIS, Leon. Illustrated by Symbols. New York, NY: *Phila-lethes, The Journal of Masonic Research & Letters*, Vol. 64, No. 02, 2011, p. 72-73.

APÊNDICE: WEBSITES CONSULTADOS

EUA	WEBSITE	BRASIL	WEBSITE
Alabama	http://www.alafreemasonry.org/index.php	GOB	http://www.gob.org.br/
Alaska	http://www.alaska-mason.org/	GL Acre	http://www.gleac.com.br/
Arizona	http://www.azmasons.org/	GL Alagoas	http://www.glomeal.com.br/
Arkansas	***	GL Amapá	***
California	http://www.freemason.org/	GL Amazonas	http://www.glomam.org.br/
Colorado	http://www.coloradofreemasons.org/	GL Bahia	http://www.gleb.org.br/
Connecticut	http://ctfreemasons.net/	GL Ceará	http://www.glmece.org.br/
Delaware	http://www.masonsindelaware.org/	GL Espírito Santo	http://www.glmees.org.br/
District of Columbia	http://www.dcgrandlodge.org/	GL Distrito Federal	http://www.glmdf.com.br/
Florida	http://www.glfiamason.org/	GL Goiás	http://www.gleg.com.br/
Georgia	http://www.glofga.org/	GL Maranhão	http://www.glema.com.br/
Hawaii	http://hawaiiifreemason.org/	GL Mato Grosso	http://www.glemt.org.br/
Idaho	http://www.idahomasons.com/	GL Mato Grosso do Sul	http://www.grandelojams.org.br/
Illinois	http://www.ilmason.org/	GL Minas Gerais	http://www.glmmg.org.br/
Indiana	https://www.indianafreemasons.com/	GL Pará	http://www.glepa.org/
Iowa	http://www.gl-iowa.org/	GL Paraíba	http://www.grandeloja-pb.org.br/
Kansas	http://www.kansasmason.org/	GL Paraná	http://glp.org.br/site/
Kentucky	http://www.grandlodgeofkentucky.org/	GL Pernambuco	***
Louisiana	http://www.la-mason.com/	GL Piauí	***
Maine	http://www.mainemason.org/	GL Rio de Janeiro	http://www.glmerj.org.br/
Maryland	http://www.mdasons.org/	GL Rio Grande do Norte	http://www.glern.com.br/
Massachusetts	http://www.massfreemasonry.org/	GL Rio Grande do Sul	http://www.glojars.org.br/
Michigan	http://www.gl-mi.org/	GL Rondônia	http://site.glomaron.org.br/
Minnesota	http://www.mn-masons.org/	GL Roraima	***
Mississippi	http://www.msgrandlodge.org/	GL Santa Catarina	http://www.mrglsc.org.br/
Missouri	http://www.momason.org/	GL São Paulo	http://www.glesp.org.br/
Montana	http://www.grandlodgemontana.org/	GL Sergipe	http://www.glomes.org.br/
Nebraska	http://www.glna.org/	GL Tocantins	***
Nevada	http://www.nvmasons.org/	GO Amapaense	http://www.goap.org.br/
New Hampshire	http://www.nhgrandlodge.org/	GO Autônomo do Maranhão	http://www.goam2013.blogspot.com.br/
New Jersey	http://www.newjerseygrandlodge.org/	GO da Bahia	http://www.goba.org.br/
New Mexico	http://www.nmmasons.org/	GO da Paraíba	http://www.gopb.org.br/
New York	http://www.nymasons.org/	GO de Goiás	***
North Carolina	http://www.grandlodge-nc.org/	GO de Minas Gerais	http://www.gomg.org.br/
North Dakota	http://www.glna.org/	GO de Santa Catarina	http://www.gosc.org.br/
Ohio	***	GO do Ceará	***
Oklahoma	http://www.gloklahoma.com/	GO do Estado do Mato Grosso	http://www.goemt.org.br/
Oregon	http://www.masonic-oregon.com/	GO de Mato Grosso do Sul	http://www.goms.org.br/
Pennsylvania	http://www.pagrandlodge.org/	GO do Paraná	http://www.gop.org.br/
Rhode Island	http://www.rimasons.org/	GO do Rio Grande do Sul	http://www.gorgs.org.br/
South Carolina	http://www.scgrandlodgeafm.org/	GO Independente de Pernambuco	http://www.goipe.com.br/
South Dakota	http://mygrandlodge.org/	GO Independente do Estado de RN	http://www.goiern.org.br/
Tennessee	http://www.grandlodge-tn.org/	GO Independente do Piauí	***
Texas	http://www.grandlodgeoftexas.org/	GO Independente do RJ	http://www.goiri.com/
Utah	http://www.utahgrandlodge.org/	GO Maçônico do Alagoas	***
Vermont	http://www.vtfreemasons.org/	GO Paulista	http://www.gop-sp.org.br/
Virginia	http://www.grandlodgeofvirginia.org/	GO de Sergipe	***
Washington (State of)	http://www.freemason-wa.org/	GO Amazonense	***
West Virginia	http://www.wvmasons.org/	GO Independente do Estado do Pará	***
Wisconsin	http://www.wisc-freemasonry.org/	Confederação das GLs - CMSB	http://www.cmsb.org.br/
Wyoming	http://www.wyomingmasons.com/	Confederação dos GOIs - COMAB	http://www.comab.org.br/

Fonte: elaborado pelo autor**Legenda:** *** Site inexistente ou em manutenção.

A MULHER, A MAÇONARIA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Hugo Garcez Duarte ¹

Resumo

O presente trabalho analisa a relação da mulher com a maçonaria no horizonte da efetiva tutela dos direitos fundamentais, com ênfase nos direitos à igualdade, liberdade de crença e autonomia da vontade. Em última instância, procura-se demonstrar que a conclusão racional acerca da constitucionalidade da exclusão da mulher dos quadros da maçonaria perpassa a hermenêutica e argumentação jurídicas.

Palavras-chaves: Mulher; Maçonaria; Direitos; fundamentais.

Abstract

This paper analyzes the relationship of women with Freemasonry on the horizon of the effective protection of fundamental rights, with an emphasis on equality, freedom of belief and freedom of choice. Ultimately, we seek to demonstrate that the rational conclusion about the constitutionality of the exclusion of women cadres of Freemasonry permeates hermeneutics and legal arguments.

Keywords Women; Masonry; Rights; fundamental.

¹ Mestre em Hermenêutica e Direitos Fundamentais pela Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC – Juiz de Fora/MG; Professor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas – FADILESTE – Reduto/MG.

Introdução

A Maçonaria costuma estar envolta em muitos mistérios, sobretudo, quando se fala na impossibilidade de participação da mulher em seus quadros, pois as explicações costumam encontrar-se carregadas de argumentos místicos, filosóficos e religiosos. Contudo, sob o prisma Constitucional, dos direitos fundamentais e da teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, referido impedimento pode, pelo prisma de alguns, violar dados direitos.

A proposta deste trabalho é analisar esse fato frente à efetiva tutela dos direitos fundamentais, com especial a atenção ao direito à igualdade, à liberdade de crença e à autonomia da vontade, tendo como paradigma a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Inicialmente, discorre-se sobre a Maçonaria, quando se enfrenta seus dogmas, ritos, bem como os motivos declarados pelos quais se impede a mulher de participar dos seus quadros.

Posteriormente, fomentam-se os direitos fundamentais na Constituição de 1988, donde se destaca estarem esses direitos localizados num Título específico, por mais que estas cláusulas não sejam taxativas.

Por conseguinte, desenvolvem-se as características dos direitos fundamentais como: historicidade; universalidade; limitabilidade; irrenunciabilidade; indivisibilidade; inalienabilidade/ indisponibilidade; concorrência; interdependência e complementaridade; imprescritibilidade; efetividade; constitucionalização; vinculação dos poderes públicos; aplicabilidade imediata e abertura e eficácia.

Por oportuno, discorre-se sobre as funções dos direitos fundamentais, abordando-se a teoria dos quatro status de Jellinek.

E, finalmente, algumas considerações sobre a eficácia horizontal dos direitos fundamentais são expostas, quando se sustenta que a lesão ou ameaça a direitos fundamentais não resulta, unicamente, do Estado, mas também, do particular, devendo os direitos fundamentais ser respeitados em âmbito privado.

A *posteriori*, discorre-se sobre o direito à igualdade, abordando-se as distinções existentes entre os conceitos de igualdade formal e de igualdade material, bem como sobre a autonomia da vontade, distinguindo-a da autonomia privada.

Lado outro, enfrenta-se algumas questões atinentes aos direitos de liberdade de consciência, de convicção filosófica ou de crença, deixando-se claro transmitirem a ideia de que o cidadão brasileiro é livre para crer no que bem queira, seja a crença de ordem filosófica, religiosa, política, social, entre outras.

Por fim, as considerações finais são apresentadas, apontando-se que, por mais que seja difícil tender por uma ou outra posição, a chamada filtragem constitucional impõe que a conclusão racional acerca de ser razoável ou não a exclusão da mulher dos quadros da Maçonaria, tendo em vista o tema eficácia horizontal dos direitos fundamentais, perpassa a hermenêutica e argumentação jurídicas.

A Maçonaria

O Grande Oriente do Brasil, organização maçônica mais antiga ainda em funcionamento no país, divulga as seguintes informações acerca da instituição:

Apesar dos grandiosos mistérios que a envolve, trata-se a Maçonaria de uma instituição permanente, de caráter filosófico, filantrópico, educativo e progressista.

A Maçonaria é considerada uma entidade filosófica por tratar em seus atos e cerimônias da essência, propriedades e efeitos das causas naturais, analisando as leis da natureza, relacionando-as as bases da moral e da ética. Sua vertente filantrópica deve-se ao fato de que a constituição da maçonaria não se deve a obtenção de lucro pessoal, sendo destinadas as suas arrecadações ao bem-estar do gênero humano. E é encarada como uma entidade progressista porque por mais que parta do princípio da imortalidade e da crença em um princípio criador regular e infinito,

Deus, não obsta o esforço dos seres humanos na busca da verdade, nem reconhece outro limite nessa busca senão o da razão com base na ciência.

Essa entidade tem como princípios a liberdade dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam instituições, raças ou nações; a igualdade de direitos e obrigações dos seres e independentemente de religião, a raça ou nacionalidade; e a fraternidade da pessoa humana.

Seu lema é Ciência; Justiça e Trabalho. A Ciência para esclarecer os espíritos e elevá-los. A Justiça para equilibrar e enaltecer as relações humanas. O Trabalho, por ser o meio através do qual os homens se dignificam e se tornam independentes economicamente.

A Maçonaria objetiva a investigação da verdade, o exame da moral e a prática das virtudes. A moral é, para a Maçonaria, uma ciência com base no entendimento humano, lei natural e universal que rege todos os seres racionais e livres. É a demonstração científica da consciência, com vistas à liturgia dos deveres e a razão do uso dos direitos inerentes ao homem.

A Maçonaria concebe a virtude como força de fazer o bem em seu mais amplo sentido. Ou seja, a virtude seria o cumprimento dos deveres do homem para com a sociedade e para com a família maçônica, sem qualquer interesse pessoal. O maçom tem como dever respeitar os direitos dos indivíduos e da sociedade, protegendo e servindo os semelhantes.

Por mais que defenda premissas espirituais, a Maçonaria não é uma religião, sendo uma sociedade que objetiva a união entre os homens, admitindo em seu seio pessoas de todos os credos religiosos, sem nenhuma distinção.

E apesar de não ser uma religião, a Maçonaria pode ser considerada uma entidade religiosa, pois reconhece a existência de um único princípio criador, regulador, absoluto, supremo e infinito, ao qual se dá o nome de Grande Arquiteto do Universo, além de tratar-se de uma entidade espiritualista em contraposição ao predomínio do materialismo. Noutras palavras, a Maçonaria

abriga em seu seio homens de qualquer religião, desde que estes acreditem em um só Criador.

Dentre os mais ilustres maçons pode-se citar Voltaire, Goethe e Lessing, Beethoven, Haydn, Mozart, Frederico o Grande, Napoleão, Garibaldi, Byron, Lamartine, D. Pedro I, José Bonifácio, Gonçalves Lêdo, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz, Washington Luiz, Rui Barbosa e muitos outros.

Pode-se notar que homens das mais variadas estirpes foram aderiram aos preceitos maçônicos, podendo-se afirmar tratar-se a maçonaria de uma entidade altamente tolerante, exigindo dos seus membros a tolerância, o respeito à diferença, às opiniões políticas e às mais variadas crenças religiosas.

Para adentrar à Maçonaria é indispensável crer na existência de um princípio criador e ser homem livre e de bons costumes, consciente de seus deveres para com a Pátria, seus semelhantes e consigo mesmo, e ter um ofício lícito e honrado, que lhe permita prover suas necessidades pessoais e de sua família, bem como a sustentação das obras da Instituição.

Ademais, exige-se do maçom o respeito aos seus estatutos e regulamentos e o acatamento às resoluções da maioria, tomadas de acordo com os princípios que as regem; amor à Pátria; respeito aos governos legalmente constituídos; acatamento às leis do país em que viva, entre outros.

Em particular, exige-se, igualmente: a guarda do sigilo dos rituais maçônicos; conduta correta e digna dentro e fora da maçonaria; a dedicação de parte do seu tempo para assistir às reuniões maçônicas; a prática da moral, da igualdade, da solidariedade humana e da justiça em toda a sua plenitude, proibindo-se, terminantemente, dentro da instituição, discussões políticas e religiosas.

Os membros da Maçonaria reúnem-se periodicamente no chamado templo maçônico para praticar as cerimônias ritualísticas que lhes são

permitidas, em um ambiente fraternal e propício para concentrar sua atenção e esforços no intuito da melhoria do seu caráter, da sua vida espiritual e do desenvolvimento do seu sentimento de responsabilidade, fazendo-lhes meditar tranquilamente sobre a missão do homem na vida, recordando-lhes constantemente os valores eternos cujo cultivo lhes possibilitará cercar-se da verdade.

A Maçonaria oferece ao seu associado a possibilidade de aperfeiçoar-se, de instruir-se, de disciplinar-se, de conviver com pessoas que por suas palavras, por suas obras, podem constituir-se em exemplos; encontrar afetos fraternais em qualquer lugar em que esteja, dentro ou fora do país, bem como a satisfação de haver contribuído, mesmo que em pequena parcela, à obra moral levada a efeito pelos homens.

A Maçonaria não considera possível o progresso senão na base do respeito à personalidade, à justiça social e a mais estreita solidariedade entre os homens. O segredo maçônico, que tem se servido os seus inimigos para fazê-la suspeita, não é um dogma, senão um procedimento, uma garantia, uma defesa necessária. Também não admite em seu seio pessoas que não tenham um mínimo de cultura que lhes permitam praticar os seus sentimentos. Além disso, o aspirante à Maçonaria deve ter uma profissão ou renda com que possa atender às necessidades dos seus familiares, contribuir com as despesas da sociedade e socorros aos necessitados.²

Segundo Sérgio Pereira Couto (2010), a Maçonaria moderna divide-se em duas correntes principais, aquela que segue a Grande Loja da Inglaterra - GLUI, e a orientada pelos preceitos do Grande Oriente da França - GodF.

A GLUI é a Grande Loja mais antiga do mundo, originando-se em 1717. Essa Grande Loja estabelece a quem pretende a ela se associar as seguintes regras:

1) A obediência deve ser legalmente estabelecida por uma Grande Loja regular ou por três ou mais Lojas funcionando sob os auspícios de uma Grande Loja regular; 2) a Loja deve ser realmente independente e possuir governo próprio, com autoridade não discutida sobre os graus simbólicos da Maçonaria (Aprendiz, Companheiro e Mestre) sob sua jurisdição e não estar vinculada de nenhuma outra forma ou vir a compartilhar soberania com qualquer outro corpo maçônico; Os maçons no âmbito de sua jurisdição deverão ser exclusivamente homens e tanto ela como suas lojas não poderão ter contatos maçônicos com Lojas que admitam mulheres; 4 Os maçons, no âmbito de sua jurisdição, deverão crer em um Ser Supremo (Deus); 5 Todos os maçons, no âmbito de sua jurisdição, deverão assumir seus compromissos sobre o Livro da Lei Sagrada (A Bíblia), ou à vista dele ou *Pompílio, com seus "Collegia Fabrorum" (espécie de corporações, guildas ou sindicatos profissionais da época), levados pelas legiões romanas e seus pontífices para todo o mundo de então, e especialmente para a Inglaterra onde fundaram as várias cidades com a terminação "chester", e a atual York, denominada Eboracum pelos Romanos* (SÉRGIO PEREIRA COUTO, Desvendando a Maçonaria, 2010, p. 22-23).

A mulher na Maçonaria

No ponto anterior, pôde-se constatar que a Maçonaria tem como princípios a liberdade dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam instituições, raças ou nações, além da igualdade de direitos e obrigações dos seres sem distinção de religião, raça ou nacionalidade.

Apesar da premissa, bem como haver Lojas Maçônicas chamadas de mistas, por admitirem homens e mulheres, e Lojas femininas, a Maçonaria tida como regular não reconhece nenhuma dessas modalidades, sendo a mulher impedida de integrar seus quadros, sob argumentos de ordem histórica, social, sexual, moral, legal e ocultista.

² As informações sobre a Maçonaria até esta referência foram colhidas do *website* do Grande Oriente do Brasil. *Sobre a Maçonaria*.

Tais fundamentos são apontados por Kenyo Ismail (2012), para quem a Maçonaria tem a sua origem (cunho histórico) nos pedreiros de ofício (homens) e, em respeito às tradições do chamado "Antigo Ofício", as Obediências Maçônicas mantêm tal regra de inadmissão de mulheres. Outra justificativa é a de que tal instituição consolidou-se na Inglaterra, donde surgiu a primeira Grande Loja, época em que as reuniões das Lojas ocorriam em tabernas, locais nos quais a presença de uma mulher de bem era inaceitável (cunho social). Há também a de que a Maçonaria é uma fraternidade, exigindo em suas reuniões muita concentração, contexto que poderia sofrer deturpações por eventual desvio de atenção por parte dos maçons pela presença de mulheres, bem como que a natural relação sexual entre homens e mulheres prejudicaria a fraternidade entre eles (cunho sexual). Que ainda quando da sua iniciação, o candidato presta juramento no sentido de seguir os "*Landmarks*" maçônicos, os quais incluem o ingresso apenas de homens (cunho moral). Ou ainda que as normas de muitas instituições possuem cláusulas "pétreas", imutáveis, e que, como ocorre com alguns artigos da Constituição brasileira, não poderiam sofrer modificações (cunho legal).³ E, por fim, que existem Ordens Solares e Ordens Lunares, sendo as Ordens Solares voltadas aos homens e as Ordens Lunares às mulheres e, sendo a Maçonaria tipicamente uma Ordem Solar, o ingresso de mulheres não seria coerente (cunho ocultista).

Quanto à relação rito maçônico e mulher, vale analisar:

Como advém a harmonia de que se falou acima pela prática de um rito lunar ou solar? Diz a ciência que o corpo humano independente de sexo, é composto de hormônios masculinos e femininos numa base mais ou menos proporcional. É da ciência oculta que a exaltação de um ou de outro impulsiona a tendência para um comportamento mais másculo ou mais feminino, tanto por parte do homem quanto por parte da mulher. O rito lunar é a ela apropriado, pois dispensa provas da guarda de segredos e do silêncio, qualidade estas por essência, inerentes ao sexo masculino. Como exemplo os ritos lunares, podem ser citadas as procissões, ladainhas e auto-flagelação, cerimônias exóticas - com "x" - mostradas e praticadas pelo público em geral, ou a mulher em particular, porque, por ser emocional, torna-se devocional. Os perigos desses ritos são os desvios para o animismo, panteísmo, baixa magia, sectarismo e principalmente, em torno de tudo isso, o fanatismo (Revista O Prumo - Darley Worm - Abril, 1996). Os ritos "Lunares" cadenciam na mulher os seus harmônios masculinos por um dos Nadis, o Píngala, e pelo outro, no Ida, exalta os seus harmônios femininos, para, na condição de mulher plena, harmoniosamente, através do 3.º Nadis, o sushuna - que se situa junto ao líquido cervical - elevar-se ao cérebro. No homem, a coisa funciona exatamente ao contrário, sendo os harmônios masculinos exaltados no Píngala e os femininos contidos na Ida, resultando assim harmônios somente masculinizados, fluindo na mesma direção e pelo mesmo canal. Quando isso acontece no homem ou na mulher, a vida alcança sua plenitude física, sexual, mental e espiritual. Compreendam agora "o porque" do Caduceu de Mercúrio

³ Relativamente a esse ditame de Kenyo Ismail, necessário ponderar que, na Carta Magna, nos incisos do § 4º do art. 60 consta que não será admitida emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; e os direitos e garantias individuais. Contudo, tais cláusulas não são imutáveis, outrossim, insuscetíveis de serem abolidas. Logo, nada impede que o Congresso Nacional, por meio de uma Emenda à Constituição, altere alguma (s) dessas normas. Isso ocorreu, inclusive, quando da criação da Emenda Constitucional nº 45/2004, promotora de alterações no art. 5º da Lei Maior, que trata de direitos e garantias individuais.

⁴ Nesse mesmo sentido, afirma Ortega que o rito maçônico é solar e deve ser praticado única e exclusivamente por homens, pois, na essência masculina, o rito é um aglutinador harmônico do visível com o invisível. E, como para a mulher, o rito tem que ser o lunar, visando manter a mesma harmonia e igualdade de afeto ritual, tornar-se inconcebível a sua presença nos quadros da maçonaria, ORTEGA, Osvaldo. *A Mulher e a Maçonaria: Porque a mulher não pode pertencer a Maçonaria?* In: Revista Loja Estrela da Lapa nº 7, p. [S.N.].

ser um emblema da medicina, e consequentemente da saúde, e a sua relação e emblemação na Kundaline. Saibam também o porquê de numa festa branca Maçônica a mulher só poder se sentar na coluna do sul, coluna passiva, da beleza, lunar e devocional, própria dela e neutra numa relação harmônica aos seus hormônios. E saibam ainda porque realmente o Sol, orientador por excelência, deve ficar no lado norte e a Lua no lado sul. O Rito Iniciático solar envolve silêncio, esoterismo, juramentos de segredo, procedimentos em concordância com a essência da natureza masculina, tendo como símbolo maior da sua ação o trabalho, advindo daí o avental. No homem, o trabalho por seu suor é o adequado canal a um seu fim último como um sacerdote da moral. Na mulher, o grande conduto que a levaria à condição de iniciada seria o parto, que a transformaria em mulher plena, I.É, MÃE, na condição quase divina de pela dor e pelo amor poder alcançar o céu. Nela, a iniciação seria inconsciente, e teria desdobramentos em sacrifícios por novas vidas, por atos de amor, perpetuadores do grande desígnio das divindades. No homem, ao contrário, a iniciação seria consciente, já que não tem canais naturais - ao contrário das mulheres -, que pudessem levá-lo a esse estágio, em cujo principal escopo trabalharia denodadamente, mesmo que com luta, pela fraternidade universal. O ocultismo tentaria pelo rito lunar que é esoterismo, mostrar que a mulher por sua natureza já nasce com canais abertos à iniciação. Por ser solar, o ritual maçônico tem nos seus mistérios os reais motivos impeditivos de a mulher não poder praticar a maçonaria como ela é (na visão ocultista). Talvez, agora, aqueles que lerem ou ouvirem este ensaio venham a ter uma melhor noção do porquê da posição da mulher nas lojas ser na coluna do sul, e como já foi mostrado, das razões reais da existência das figuras do Sol no lado direito do Venerável Mestre e da Lua no seu lado esquerdo. É sempre bom saber que o Sol, cuja luz é imanente em si mesmo, representa a iniciação consciente do homem, apenas refletida, e por isso mais diáfana, evoca a iniciação inconsciente na mulher. Tem ela ainda em si, independente do saber, por seu emocional, essa mesma luz a iluminar-lhe o coração. Esqueçamos agora

tudo que aqui foi dito e vejamos uma outra focalização da mulher, em análises comparadas, pela adaptação por abstrações na transposição da operativa para a especulativa. Por estas e nestas transposições, em relação ao homem, existem induções a um subjetivo comportamento, de construtor moral. Nas ações de um hipotético caldeamento homem/mulher, estas subjetividades poderiam implicar no seguinte: não ficaria bem, a exemplo dos operativos, uma mulher carregando pedras, dando-lhe marteladas, partindo ou aparando-as, como não ficaria bem, com uma alavanca, num esforço hercúleo, movimentando o mundo. Ela, com uma marreta nas mãos, chegaria a ser um pesadelo. Imagine-a ritualisticamente, com o lado esquerdo do peito nu... poderia? E descoberta um pouco acima do joelho direito praticando os c.: p.: de p.?... poderia...? Do ponto de vista da moral, em certas circunstâncias, uma mulher não seria tão livre como o homem, pois precisaria ter autorização do esposo para se ausentar à noite e não ficaria bem para ela, perante a sociedade, voltar as altas horas como o homem volta. Portanto, a mulher, numa interação ao mundo que vivemos, não poderia ter a liberdade que imagina poder ter. Talvez este trabalho venha justificar de forma mais acentuada, os reais motivos de somente o homem poder praticar a maçonaria por seu rito solar (ORTEGA, 2004, p. 01).

Enfim, por todos esses argumentos, nota-se que o impedimento à participação da mulher encontra-se impregnado de convicções místicas, filosóficas e religiosas.

Considerando que o artigo 5º, *caput* da Constituição Federal dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e, que o inciso I do mesmo dispositivo constitucional prevê que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, além do fato de que a mulher ocupa, atualmente, uma posição destacada no cenário trabalhista, jurídico, social e econômico, procura-se, a partir de agora, anali-

sar em que medida o impedimento à participação da mulher nos quadros da Maçonaria pelos motivos ora expostos é contrário aos direitos fundamentais, tendo como sustentáculo a conhecida teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

A caminhada não será das mais fáceis, pois a discussão envolve a colisão de direitos fundamentais como igualdade, autonomia da vontade e autonomia privada, e, a liberdade de consciência, convicção filosófica e de crença.

Antes de enfrentarmos o desafio, traremos à baila algumas palavras acerca dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988, às características dos direitos fundamentais e às suas funções.

Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1988

Os direitos fundamentais estão consagrados na Constituição Federal de 1988 no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, abrangendo no Capítulo I os direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º da CF); no Capítulo II os direitos sociais (art. 6º ao 11 da CF), no Capítulo III os direitos da nacionalidade (arts. 12 e 13 da CF); no Capítulo IV os direitos políticos (art. 14 ao 16 da CF); e no Capítulo V os partidos políticos (art. 17 da CF).

Todavia, necessário esclarecer, tratar-se o Título II de um rol meramente exemplificativo. Isso porque existem outros direitos fundamentais alocados em toda a Constituição. O Título VIII da Constituição Federal, atrelado à ordem social, por exemplo, não há sombra de dúvidas, trata de direitos fundamentais, pois nele estão previstas normas relativas ao direito ao trabalho e seguridade social (art. 193 ao 195 da CF); à saúde (art. 196 ao 200 da CF); à previdência social (arts. 201 e 202 da CF); à assistência social (arts. 203 e 204 da CF); à educação cultura e desporto (art. 205 ao 217 da CF); à ciência e tecnologia (arts. 218 e 219 da CF); à comunicação social (art. 220 ao 224 da CF); ao meio ambiente (art. 225 da CF); à família, criança e adolescente (art. 226 ao 230 da CF);

e, aos índios (arts. 231 e 232 da CF).

Neste diapasão, Paulo Gustavo Gonet Branco (2005), em alusão ao parágrafo 2º do art. 5º da constituição Federal alude que:

O parágrafo em questão dá ensejo a que se afirme que se adotou um sistema aberto de direitos fundamentais no Brasil, não se podendo considerar taxativa a enumeração dos direitos fundamentais no Título II da Constituição (...). É legítimo, portanto, cogitar de direitos fundamentais previstos expressamente no catálogo da carta e de direitos materialmente fundamentais que estão fora do catálogo. Direitos não rotulados expressamente como fundamentais no título próprio da Constituição podem ser como tal considerados, a depender da análise de seu objeto e dos princípios adotados pela Constituição (GONET BRANCO apud Silva, 2005, p. 39).

Ademais, a despeito do art. 5º, *caput*, da Constituição Federal (LENZA, 2011) fazer referência expressa, tão somente, a brasileiros, sejam natos ou naturalizados, e estrangeiros residentes no País, a doutrina e o Supremo Tribunal Federal, inclusive, entendem, mediante uma interpretação sistemática, a inclusão nesse rol dos estrangeiros não residentes, dos apátridas e das pessoas jurídicas.

Corroborando a alegação, José Luiz Quadros de Magalhães (2006) aduz que:

Artigo 5: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:" Como professora de Direito Constitucional I, sua primeira prova avaliava o conhecimento dos alunos a respeito dos direitos individuais. Uma das questões estava assim proposta: Os direitos individuais relativos à vida e à liberdade no Brasil são assegurados pela Constituição Federal para as seguintes pessoas: a) Apenas para os brasileiros natos e naturalizados;

b) Para os brasileiros e estrangeiros residentes no país; c) Para todas as pessoas que se encontram no território brasileiro; d) Nenhuma das respostas anteriores. Note-se que a questão B transcreve parte do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. A maior parte dos alunos que assistiu às aulas e leu os textos indicados pela professora respondeu corretamente à questão assinalando a letra C. Entretanto, um aluno relapso e criador de caso assinalou a questão B e, alegando estar a professora errada, recorreu e xingou até a última instância acadêmica, perdendo, obviamente, o recurso e a razão. Ora, como dissemos, Constituição não é texto, e uma leitura literal não sistêmica e descontextualizada do texto pode sugerir então que, como a Constituição expressamente se refere à garantia dos direitos individuais para brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, aos estrangeiros, turistas, não residentes, não tem assegurado o seu direito à liberdade, o que é errado (MAGALHÃES, 2006, p. 151-152).

Não se pode esquecer-se, igualmente, que o parágrafo § 2º do art. 5º da CF prevê que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

As características dos Direitos Fundamentais

Os Direitos Fundamentais detêm variadas características, as quais podem ser encontradas nas mais diversas obras sobre o tema, conforme o ponto de vista de cada autor. Pode-se apontar, contudo, que as características dos direitos fundamentais sejam: historicidade; universalidade; limitabilidade; irrenunciabilidade; indivisibilidade; inalienabilidade/indisponibilidade; concorrência; interdependência e complementaridade; imprescritibilidade; efetividade; constitucionalização; vinculação dos poderes públicos; aplicabilidade imediata; abertura e eficácia.

Os direitos fundamentais são resultado de um processo histórico iniciado com o cristianis-

mo, posteriormente reforçado pelas revoluções inglesa, norte-americana e francesa, até culminar no que hoje concebemos como tais.

O caráter universal dos direitos fundamentais decorre do fato de que tais direitos são universais, porque são inerentes à condição humana. Assim, toda pessoa humana está abrangida pelos direitos fundamentais, independentemente de sua situação social, política, econômica, sexo, idade, raça ou nacionalidade.

Os direitos fundamentais são irrenunciáveis, ou seja, nenhum ser humano pode abrir mão de possuir direitos fundamentais. Assim, o titular de direito fundamental pode até não utilizá-lo, mas lhe é vedada a possibilidade de renunciá-lo.

A característica de indivisibilidade indica a unidade incindível no contexto de tais direitos, não se podendo fracioná-los. A indivisibilidade dos direitos fundamentais implica na sua inter-relação e interdependência.

Por inalienabilidade/indisponibilidade dos direitos fundamentais, entende-se que esses direitos são insuscetíveis de transferência, seja na forma onerosa ou na gratuita. Já a característica da concorrência indica que variados direitos fundamentais podem ser exercido ao mesmo tempo.

Ademais, as várias previsões constitucionais, apesar de autônomas, possuem diversas intersecções para atingirem sua finalidade. Neste contexto, os direitos fundamentais não devem ser interpretados isoladamente, mas de forma conjunta, com vistas ao alcance dos objetivos traçados pela norma constitucional.

Os direitos fundamentais são, ainda, imprescritíveis, pois uma vez não exercitados não incidem prescrição (sua perda pelo não exercício num lapso temporal). E como resultado da característica efetividade, pode-se entender que os direitos fundamentais são passíveis de concretização em todo âmbito, seja na relação indivíduo e Estado, seja na relação entre particulares.

Os direitos fundamentais são direitos inerentes à pessoa humana, consagrados como tais

no documento normativo de maior hierarquia dos mais diversos países. Até mesmo o exercício da função pública está vinculado aos direitos fundamentais (vinculação dos poderes públicos), no sentido de que não se tratam de simples programas ou carta de intenções, mas de normas revestidas de efetividade.

Os Direitos Fundamentais não carecem de regulamentação pelo legislador ordinário para que possam ser aplicados.⁵ Sua característica de abertura e eficácia leva à percepção de que são passíveis de expansão, podendo o seu alcance ser ampliado. Assim, o catálogo dos direitos fundamentais não é exaustivo, sendo totalmente possível o surgimento de novos direitos fundamentais.

As funções dos Direitos Fundamentais

Os direitos fundamentais devem ser efetivados em todas as suas órbitas, detendo tais direitos uma multifuncionalidade. Esta diversidade de funções (MENDES & BRANCO, 2011) leva ao entendimento de que a própria estrutura dos direitos fundamentais não seja unívoca. Sendo, deste modo, propicia a algumas classificações, úteis para a melhor compreensão do conteúdo e da eficácia dos vários direitos.

Diversos autores pretendem, à sua maneira, explicar as funções dos direitos fundamentais, obtendo Jellinek, por meio da sua teoria dos quatro *status*, êxito nessa jornada. Segundo Lenza (2012), as funções dos direitos fundamentais podem ser encontradas a partir de uma reflexão acerca da relação travada entre o Estado e o indivíduo. Nesses termos, para o autor, diante do Estado, o indivíduo detém os *status* passivo, negativo, positivo e ativo, os quais podem ser definidos como:

Status passivo ou *subjectionis* – o indivíduo se encontra em posição de subordina-

ção aos poderes públicos, vinculando-se ao Estado por meio de mandamentos e proibições. O indivíduo aparece como detentor de deveres perante o Estado. Status negativo – o indivíduo, por possuir personalidade, goza de um espaço de liberdade diante das ingerências dos Poderes Públicos. Nesse sentido, podemos dizer que a autoridade do Estado se exerce sobre homens livres. Status positivo ou *status civitatis* – o indivíduo tem o direito de exigir que o Estado atue positivamente, realizando uma prestação a seu favor. Status ativo – o indivíduo possui competências para influenciar a formação da vontade do Estado, por exemplo, pelo exercício do direito de voto (exercício de direitos políticos) (LENZA, 2012, p. 965).

A eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais

Desde o seu surgimento, os direitos fundamentais foram encarados como aqueles direitos ligados à liberdade, sendo concebidos como direitos que exigem do Estado uma abstenção no sentido de não violá-los. Ou seja, seriam direitos contemplados ao indivíduo a fim de protegê-lo contra eventuais ações arbitrárias do Estado.

Os direitos de defesa caracterizam-se por impor ao Estado um dever de abstenção, um dever de não interferência, de não intromissão no espaço de autodeterminação do indivíduo. Esses direitos objetivam a limitação da ação do Estado. Destinam-se a evitar ingerência do Estado sobre os bens protegidos (liberdade, propriedade...) e fundamentam pretensão de reparo pelas agressões eventualmente consumadas (MENDES; BRANCO, 2011, p. 178).

Conforme visto alhures, quando se discorreu sobre a teoria de Jellinek, o indivíduo encontra-se em uma relação de subordinação para

⁵ Não se pode esquecer-se da clássica classificação das normas constitucionais quanto à eficácia e/ou aplicabilidade de José Afonso da Silva, a qual divide as normas constitucionais em normas constitucionais de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada (institutiva e programática). Contudo, não serão abordadas aqui, por tratar-se o estudo de analisar outra seara, por mais que se possa afirmar que os direitos fundamentais têm aplicação imediata, independentemente da natureza da norma que o consagra.

com o Estado, logo, os direitos fundamentais teriam uma eficácia vertical, sendo aplicados na relação Estado/indivíduo.

Essa aplicação dos direitos fundamentais nas relações estabelecidas entre o particular e o poder público não se discute. No entanto, vários estudiosos começaram a perceber que a opressão a direitos fundamentais não advém, unicamente, do Estado, mas também, do particular, fazendo surgir a chamada teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, por da qual se defende a ideia de que os direitos fundamentais também devem ser respeitados em âmbito privado.

Corroborando a ideia, o Supremo Tribunal assim decidiu:

EMENTA: SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. EFICÁCIADOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. RECURSO DESPROVIDO. As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados. II. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO LIMITES À AUTONOMIA PRIVADA DAS ASSOCIAÇÕES. A ordem jurídico-constitucional brasileira não conferiu a qualquer associação civil a possibilidade de agir à revelia dos princípios inscritos nas leis e, em especial, dos postulados que têm por fundamento direto o próprio texto da Constituição da República, notadamente em tema de proteção às liberdades e garantias fundamentais. O espaço de autonomia privada garantido pela Constituição às associações não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos fundamentais de seus associados. A autonomia privada, que encontra claras limitações de ordem jurídica, não pode ser exercida em detrimento ou com desrespeito aos

direitos e garantias de terceiros, especialmente aqueles positivados em sede constitucional, pois a autonomia da vontade não confere aos particulares, no domínio de sua incidência e atuação, o poder de transgredir ou de ignorar as restrições postas e definidas pela própria Constituição, cuja eficácia e força normativa também se impõem, aos particulares, no âmbito de suas relações privadas, em tema de liberdades fundamentais. III. SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADE QUE INTEGRA ESPAÇO PÚBLICO, AINDA QUE NÃO-ESTATAL. ATIVIDADE DE CARÁTER PÚBLICO. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. APLICAÇÃO DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. As associações privadas que exercem função predominante em determinado âmbito econômico e/ou social, mantendo seus associados em relações de dependência econômica e/ou social, integram o que se pode denominar de espaço público, ainda que não-estatal. A União Brasileira de Compositores - UBC, sociedade civil sem fins lucrativos, integra a estrutura do ECAD e, portanto, assume posição privilegiada para determinar a extensão do gozo e fruição dos direitos autorais de seus associados. A exclusão de sócio do quadro social da UBC, sem qualquer garantia de ampla defesa, do contraditório, ou do devido processo constitucional, onera consideravelmente o recorrido, o qual fica impossibilitado de perceber os direitos autorais relativos à execução de suas obras. A vedação das garantias constitucionais do devido processo legal acaba por restringir a própria liberdade de exercício profissional do sócio. O caráter público da atividade exercida pela sociedade e a dependência do vínculo associativo para o exercício profissional de seus sócios legitimam, no caso concreto, a aplicação direta dos direitos fundamentais concernentes ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, CF/88). IV. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO (BRASIL, 2005, p. 01).

Não há dúvidas para o homem médio de que a melhor solução para o caso acima tenha

sido a tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Enfim, existem dadas situações envolvendo particulares fáceis de serem resolvidas.

Exemplificando a hipótese, Pedro Lenza (2012) cita em sua obra *Direito Constitucional Esquematizado* que se um empresário demitir um funcionário em razão de sua cor, o Judiciário poderá (ou deverá) reintegrar o funcionário, já que o ato motivador da demissão, além do triste e inaceitável crime praticado, fere, frontalmente, o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República (CF, art. 1º, III). O grande problema surge quando situações mais complexas envolvem a esfera privada. Será que nessas situações os direitos fundamentais seriam aplicados?

Buscando solucionar o problema, grandes teóricos elaboraram as seguintes teorias acerca da aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas.

Eficácia indireta ou mediata – os direitos fundamentais são aplicados de maneira reflexa, tanto em uma dimensão proibitiva e voltada para o legislador, que não poderá editar lei que viole direitos fundamentais, como ainda, positiva, voltada para que o legislador implemente os direitos fundamentais, ponderando quais devam aplicar-se às relações privadas. Eficácia direta ou imediata – alguns direitos fundamentais podem ser aplicados às relações privadas sem que haja a necessidade de intermediação legislativa para a sua concretização (LENZA, 2012, p. 967).

Inúmeros casos levam a grandes discussões no que diz respeito à aplicação da teoria indireta/mediata ou da teoria direta/imediata e, em última instância, a eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Será (LENZA, 2012) que numa entrevista de emprego na iniciativa privada, o dono do negócio deverá contratar o melhor candidato? Será que o dono de uma empresa poderá demitir alguém simplesmente porque não está gostando de sua aparência?

Tratam-se esses eventos de casos geradores de muitas polêmicas, as quais não serão en-

frentadas neste trabalho, pois os seus esforços concentram-se em analisar a impossibilidade da admissão das mulheres nos maçonaria quadros da maçonaria frente à efetiva tutela dos direitos fundamentais, com ênfase nos direitos à igualdade, autonomia da vontade e liberdade de crença, tendo como norte a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, o que faremos a partir de agora.

O Direito à Igualdade

Pelo princípio da igualdade ou isonomia, previsto no art. 5º, *caput* da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos da Constituição.

A igualdade insculpida no dispositivo é conhecida como igualdade formal, ou seja, igualdade na lei. Contudo, diversos teóricos desenvolvem que não basta essa igualdade na lei, havendo a necessidade da conquista de igualdade no mundo dos fatos (igualdade material/ substancial).

Para que isso ocorra, far-se-á necessário tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades, pois o princípio da isonomia (NOVELINO, 2012), tem por fim impedir distinções, discriminações e privilégios arbitrários, preconceituosos, odiosos ou injustificáveis.

Note-se que (MORAES, 2010) o que se vê são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois, o tratamento desigual dos casos desiguais, na medida em que se desiguam, é exigência tradicional do próprio conceito de justiça, pois o que realmente se protege são certas finalidades, tendo-se por lesado o princípio constitucional, unicamente, quando o elemento discriminador não se encontra a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito.

Nesses termos, Marcelo Novelino (2012)

discorre que a eficácia horizontal dos direitos fundamentais impõe aos particulares o dever de observância ao princípio da igualdade, sendo-lhes vedado praticar condutas de cunho discriminatório ou preconceituoso. Todavia, para o autor, a aplicação deste princípio às relações entre particulares não se dá com a mesma intensidade em que ocorre em relação aos poderes públicos, em respeito à autonomia da vontade, princípio basilar das relações privadas.

Sobre o dever do Estado diante do direito de igualdade, nos termos aqui delineados, segue trecho de um importante julgado do Supremo Tribunal Federal:

[...] os objetivos fundamentais da República, previstos nos quatro incisos do já mencionado art. 3.º, dizem respeito à atuação do Poder Público na construção e na manutenção das liberdades fundamentais e na busca inescusável e ininterrupta de níveis minimamente aceitáveis de igualdade material, justiça social e solidariedade entre os indivíduos. Ora, é inevitável a conclusão de que está entre as finalidades do Estado Brasileiro, pelo menos implicitamente, a promoção dos direitos fundamentais, tarefa essa que incumbe a todos os entes da Federação, dentro dos limites de suas competências. E nem poderia ser de outra forma – afinal, a própria gênese do constitucionalismo associa-se à organização e racionalização do poder político para proteção dos direitos fundamentais. Pois bem. Como visto acima, a promoção dos direitos fundamentais envolve, necessariamente, a atuação positiva do Poder Público não apenas na oferta de prestações materiais positivas, mas também no exercício de seus deveres de proteção, agindo no sentido de impedir a violação dos direitos fundamentais dos indivíduos ou de uma coletividade por terceiros. Cumpre ao Estado-membro, portanto, exercer tal mister e atuar comissivamente na defesa dos direitos fundamentais. Nessa linha de raciocínio, se o Poder Público pode obstar à violação de direitos fundamentais por particulares ou por Estados estrangeiros, não parece haver qualquer impedimento a que um Estado-membro aja positivamente para proteger seus cida-

dãos da violação de direitos fundamentais perpetrada por outro ente da Federação, seja a União, outros Estados-membros ou Municípios” (BRASIL, 2011, p. 07).

Veja-se que o Estado deve estar atento à realização da igualdade material de modo a impedir, inclusive, a violação desse direito por particulares, abalizando as autonomias da vontade e privada.

A Autonomia da Vontade

A Constituição Federal de 1988 não prevê, em nenhum dos seus dispositivos, o princípio da autonomia da vontade, podendo esta ser definida, sumariamente, como a possibilidade do indivíduo se autodeterminar, desde que não ultraje a lei ou qualquer direito alheio. Essa ideia pode ser extraída do princípio da legalidade, previsto no inciso II do art. 5º da Constituição Federal, o qual prevê que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Ou seja, no que toca a parte final, tudo o que a lei não impeça o indivíduo pode fazer, manifestando as suas vontades.

Segundo George Marmelstein (2009), a autonomia da vontade pode ser entendida como a faculdade que o indivíduo possui para tomar decisões na sua esfera particular de acordo com seus próprios interesses e preferências. Ou ainda, o direito de fazer tudo aquilo que se tem vontade, desde que não prejudique os interesses de outras pessoas. Para o autor:

A proteção da autonomia da vontade tem como objetivo conferir ao indivíduo o direito de autodeterminação, ou seja, de determinar autonomamente o seu próprio destino, fazendo escolhas que digam respeito a sua vida e ao desenvolvimento humano, como a decisão de casar-se ou não, de ter filhos ou não, de definir sua orientação sexual etc (MARMELSTEIN, 2009, p. 95).

Deve-se, entretanto, estabelecer a distin-

ção entre a autonomia da vontade a autonomia privada. Pode-se dizer (FAVARIN, 2009) que a autonomia da vontade tenha uma conotação subjetiva, psicológica, enquanto que a autonomia privada marca o poder da vontade no direito de um modo objetivo, concreto e real. A autonomia privada constitui-se, em suma, em um dos princípios básicos e fundamentais do sistema de direito privado, num reconhecimento da existência de um âmbito particular de atuação em eficiência normativa.

O Direito à Liberdade de Crença

O art. 5º, inciso VI da Constituição Federal provê a inviolabilidade à liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

Por força do dispositivo, entende-se que o cidadão brasileiro é livre para crer no que bem queira. Noutras palavras, não se pode impor a ninguém quaisquer convicções, seja de ordem filosófica, religiosa, política, social, entre outras.

Trata-se a liberdade de crença de um tema abrangente englobando a liberdade de escolha de religião, de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade de mudar de religião, bem como a liberdade de não aderir à religião alguma, assim como a liberdade de ser ateu ou agnóstico.

Isso porque à luz da Constituição Federal de 1988 o Brasil é um Estado laico, leigo, não sendo adepto de qualquer religião, rezando, inclusive, o inciso I do art. 19 que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecerem cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público. Ou seja, há uma separação total entre Estado e igreja em nosso país.

Note-se, todavia (LENZA, 2012) que os direitos fundamentais de liberdade de crença, da liberdade de culto e da prática de ritos não são

absolutos. Um direito fundamental vai até onde começa o outro e, diante de eventual colisão, fazendo-se uma ponderação de interesses, um terá precedência em face do outro se não for possível harmonizá-los.

Neste sentido, no que toca a inadmissão das mulheres nos quadros da maçonaria, trata-se de tema muito polêmico, envolvendo questões altamente subjetivas bem como crenças, autonomia da vontade e privada de uma mulher que eventualmente queira adentrar a maçonaria, bem como a autonomia da vontade e privada dos membros da maçonaria no sentido de aceitarem, ou ao menos, pensarem na hipótese de relativizarem os seus conceitos filosóficos, místicos e religiosos. A tarefa é das mais difíceis!

Opinar sobre se esta exclusão ofende ou não o princípio da igualdade é igualmente penoso, pois se o conceito de igualdade é tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais na medida em que se desigualam, os defensores da ofensa poderiam dizer que nessa hipótese haveria um tratamento ofensivo ao direito insculpido no art. 5º, *caput* e inciso I da Constituição Federal, por não haver necessidade, nesse caso, de um tratamento desigual à mulher, podendo-se, por exemplo, haver uma lapidação no rito de modo que a mulher possa participar. Já os defensores do contrário diriam que a mulher tem de ser desigualada, pois o rito é imodificável, tratando-se de uma convicção indubitável de seus associados, em que a mulher não pode fazer parte pelos motivos já expostos. Enfim, as dúvidas são grandiosas e os argumentos são variáveis.

Conclusão

Passados pouco mais de vinte anos da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, a forma de aplicar o direito se modificou no cenário jurídico brasileiro.

Noutras épocas, a aplicação da regra jurídica era inquestionável, sendo os princípios considerados meros valores, participando da aplica-

ção do direito em último caso, quando já esgotadas as perspectivas legais, da analogia e dos costumes. Contudo, com o inquestionável reconhecimento normativo dos princípios, o paradigma foi alterado, exercendo o juiz uma função diversa da de outrora, que se reduzia ao silogismo.

Tudo isso foi possível, porque a Constituição de 1988 passou a ocupar (LENZA, 2009) o centro do sistema, devendo os Poderes Públicos, quando da observação e aplicação das leis, além das formas prescritas na Constituição, estarem em consonância com seu espírito, seu caráter axiológico e seus valores, de maneira a revelar a importância do homem e a sua ascendência a filtro axiológico de todo sistema jurídico.

Nesse quadrante, o direito brasileiro deve passar, atualmente, por uma filtragem constitucional, pois segundo Daniel Sarmento (2010) as normas constitucionais que são irradiadas para os diversos ramos do direito, impõe uma releitura dos seus conceitos e institutos, já que se encontram constitucionalizados princípios e valores fundamentais de elevada estatura moral.

A problemática que envolve este trabalho não é exclusiva do raciocínio. Por mais que seja extremamente difícil tender para uma ou outra posição, a conclusão racional acerca de ser razoável ou não a exclusão da mulher dos quadros da maçonaria, tendo em vista o tema eficácia horizontal dos direitos fundamentais, perpassa a hermenêutica e argumentação jurídicas.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Grande oriente do. *Sobre a Maçonaria*. Disponível em: http://www.gob.org.br/gob/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=65. Acesso em: 12 de maio de 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº. 201819/RJ. Segunda Turma. Rel. Min. Gilmar Mendes. Decisão em 11/10/2005. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direita de Inconstitucionalidade nº. 4.227/DF. Tribunal Pleno. Rel. Min. Ayres Britto. Decisão em 05/05/2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

COUTO, Sérgio Pereira. *Desvendando a Maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2010.

FAVARIN, Ana Paula Schmidt. *Um pouco sobre o Princípio da Autonomia Privada*. In: Recanto das Letras. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos>. Acesso em: 22 de abril de 2012.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direito Constitucional – Tomo III*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

MARMELSTEIN, George. *Curso de Direitos Fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Direito Constitucional Esquematizado*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ORTEGA, Osvaldo. *A Mulher e a Maçonaria: Porque a mulher não pode pertencer a Maçonaria?* In: Revista Loja Estrela da Lapa nº 7. Disponível em: http://www.estreladalapa7.com.br/a_mulher_e_a_maconaria1.htm. Acesso em: 12 de maio de 2012.

SARMENTO, Daniel. *Livres e Iguais: Estudos de Direito Constitucional*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ISMAIL, Kenno. *Desmistificando a Maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MAÇONARIA E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SOROCABA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:

UMA ANÁLISE A PARTIR DAS RELAÇÕES DE PODER

Ivanilson Bezerra da Silva ¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a atuação social da Maçonaria na segunda metade do século XIX (1870-1900) na cidade de Sorocaba, mostrando que tais agentes sociais tinham como proposta a modernização da cidade através das instituições escolares ligadas a maçonaria e ao presbiterianismo. A partir da análise do conceito de campo em Bourdieu (1996), o trabalho mostra que a cidade de Sorocaba no final do século XIX se configurava como um espaço social de poder construído através das relações entre diversos agentes sociais pertencentes aos diferentes campos que compunham a dinâmica urbana: campo político, religioso, social e educacional. No campo político e religioso alguns agentes sociais eram oriundos da maçonaria e do presbiterianismo e, para solidificarem seu projeto político, utilizaram-se de várias estratégias: organização de instituições escolares (maçônicas e protestantes), o uso da imprensa jornalística, a inserção no campo político, a modernização da cidade, libertação de escravos, industrialização, entre outros.

Palavras-chaves: Maçonaria; Educação; Modernização; Cidades.

Abstract

This paper aims to discuss the involvement of Freemasonry in the second half of the nineteenth century (1870-1900) in the city of Sorocaba, showing that social agents such as had proposed the modernization of the city through educational institutions linked to Freemasonry and Presbyterianism. From the analysis of the concept of field in Bourdieu (1996), the work shows that the city of Sorocaba in the late nineteenth century was configured as a social space constructed through power relations between different social actors belonging to different fields composing the urban dynamics: the political, religious, social and educational. In the political and religious some social workers were from Freemasonry and Presbyterianism and solidify his political project we used several strategies: organization of educational institutions (Masonic and Protestant), press use journalistic insertion in the political field, the modernization of the city, liberation of slaves, manufacturing, among others.

Keywords Freemasonry; Education; Modernization; Cities.

¹ Doutorando em História da Educação e historiografia pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Educação, História da Educação e historiografia também pela USP, Pedagogo pela Universidade de Sorocaba (UNISO). É professor titular da UNIESP – Faculdade de Sorocaba do Curso de Pedagogia e Professor responsável pelo Grupo de pesquisa em História, sociedade e educação. Membro do grupo de pesquisa: Estudos História da Educação e Religião GEHER (USP) e grupo de pesquisa: Núcleo Multidisciplinar de Estudos do Protestantismo – NUMEP (Mackenzie).

Introdução

A historiografia da educação maçônica tem ocupado lugar nas discussões acadêmicas (BARATA, 1999; MORAES, 2003; SILVA, 2007; 2010). Porém, autores reconhecem a necessidade de se aprofundar a abordagem sobre o assunto (MOREL, 2001), devido a ambiguidade e a dificuldade de acesso as fontes primárias fornecidas pela própria Maçonaria.

Porém, têm-se importantes trabalhos que destacam a importância da Maçonaria brasileira. Podemos citar o trabalho de Carmem Moraes que acentua a Maçonaria como uma organização política muito bem articulada. Esta autora, entre outras coisas, mostra como a Maçonaria brasileira participou ativamente na instalação do movimento republicano no final do século XIX. Neste período, a Maçonaria brasileira utilizou da imprensa jornalística, dos discursos promovidos em Lojas e da construção de escolas laicas, segundo os ideais republicanos. O trabalho de Carmem é importante porque nos ajuda a entender como a Maçonaria atuou num momento decisivo da história brasileira. Sua proposta esclarece aspectos importantes da Maçonaria como organização política.

Outro trabalho que destaca a Maçonaria foi realizado por Mansur Barata, que, por sua vez, procura compreender a Maçonaria como uma rede de sociabilidade, embora não descarte o caráter político do movimento. Para Mansur Barata, a maçonaria pode ser entendida como uma rede de sociabilidade porque ajuda a compreender a construção de uma nova cultura política, marcada por um forte processo de politização do espaço intelectual, muitas vezes organizado pela própria Maçonaria. Para ele, no interior das Lojas os maçons construíam uma forma social própria, baseada na liberdade, igualdade e fraternidade.

Mansur defende que é preciso resgatar a Maçonaria como uma instituição formadora de opinião e que isto implica na necessidade de pensá-la como uma forma específica de sociabilidade, a qual possui caráter secreto-fechado (1999, p. 116). Segundo sua visão, a Maçonaria no final do século XIX se transformou em centros

de discussão e de formação de consenso sobre grandes temas que procuravam construir uma nova identidade nacional. Neste período os maçons tinham profundo interesse em colaborar na resolução dos problemas nacionais, especialmente em relação à questão servil e à ideia de República.

O trabalho de Silva (2010), intitulado: *A Igreja, A Escola e a Cidade – relações de poder entre maçons e presbiterianos na cidade de Sorocaba na segunda metade do século XIX*, entre outras coisas, mostra a Maçonaria como um campo de poder, em que seus agentes articulam estratégias de dominação através das relações de poder entre os vários campos que formam o espaço social. A participação dos agentes maçônicos em diversos campos da cidade era uma estratégia de dominação. Suas articulações não se davam apenas no interior da Loja, mas também no campo político, educacional e na imprensa jornalística.

O mesmo autor em trabalho anterior (2007), intitulado: *Apontamentos sobre Maçonaria, Abolição e a educação dos filhos de escravos na cidade de Sorocaba no final do século XIX*, já havia mostrado a participação da Maçonaria sorocabana na educação de crianças escravas na segunda metade do século XIX. Seu trabalho é importante porque traz análise de fontes primárias, tais como: jornais, atas e livro de matrícula das Lojas Maçônicas que estavam instaladas na cidade de Sorocaba na segunda metade do século XIX.

O presente trabalho reforça essas análises anteriores que discutem as relações de poder estabelecidas entre maçons e presbiterianos na segunda metade do século XIX. O objetivo é reafirmar que a ideia de se compreender a Maçonaria como um campo de poder permanece relevante no entendimento das transformações ocorridas em Sorocaba na segunda metade do século XIX, inclusive as relacionadas a política e educação. Para tanto, apresenta-se a seguir uma análise da cidade de Sorocaba como um campo de poder. A dinâmica poder da cidade no final do século XIX determinou as ações adotadas pelos agentes

sociais que faziam parte de diversos campos, inclusive o maçônico.

A cidade como espaço social de poder

Segundo Hilsdorf (2003), o período delimitado neste trabalho, 1870 a 1899, é marcado por algumas transformações, entre elas:

O crescimento dos setores de prestações de serviços e da pequena indústria (têxtil, por exemplo), associada ao início da urbanização, ao crescimento das camadas médias e ao aparecimento de um proletariado urbano formado pelos imigrantes que, chegados ao país, abandonam o trabalho na zona rural e passa às cidades (2003, p. 57).

Neste contexto, a cidade é escolhida pelos imigrantes como lugar onde se exercem as atividades industriais e artesanais, tornando-os pequenos e médios proprietários. Hilsdorf ressalta que: "da perspectiva do capital, é pelo crescimento desses setores do comércio e serviços no processo de imigração-urbanização que vai se dando a formação da camada de empresários industriais, muitos deles também agroexportadores" (2003, p. 58). Já na perspectiva dos trabalhadores, nota-se a formação do proletariado urbano pelos imigrantes estrangeiros e também a migração do trabalhador nacional, bem como o processo de marginalização de ex-escravos. Hilsdorf (2003) afirma que este período de transformações é marcado pelo fim da monarquia, o fim do trabalho escravo e o início do trabalho livre e assalariado e ainda pela participação do capital estrangeiro, tanto inglês como norteamericano. Pontua, também, a intensa circulação de novas tendências de pensamento: positivismo, industrialismo, ruralismo. A cidade de Sorocaba não segue um curso diferente deste processo analisado pelos historiadores citados. Neste sentido, ao centrar a análise entre os anos de 1870-1900, pode-se de fato constatar que a cidade passa pelo acentuado processo de transfor-

mações políticas, educacionais e religiosas. A cidade era predominantemente rural e seu ciclo econômico dependia da chamada Feira de Muares, ligada ao tropeirismo.

Neste sentido, parte da elite sorocabana estava convencida de que a escravidão era anacrônica e um empecilho para o desenvolvimento social e econômico da cidade. A alternativa, portanto, era incentivar a imigração, com a finalidade de substituir a mão de obra escrava sem trazer prejuízos à economia da cidade. Porém, boa parte dos escravos libertos encontrou na mendicância a forma de sobrevivência. "Ao negro sobrou a exclusão social. Com raras exceções não havia lugar para ele na nova sociedade industrial e moderna, onde os trabalhadores, na sua maior parte era imigrantes, já ocupavam seu espaço" (CAVALHEIRO, 2006, p. 15). Para Cavalheiro, a falta de habilidade do escravo em lidar com as novas técnicas industriais foi preenchida pelo trabalho dos imigrantes. Entre as iniciativas dos imigrantes para a modernização da cidade estava a organização do Gabinete de Leitura, fundado em 13 de janeiro de 1867 pela colônia alemã na cidade, e pelo húngaro Matheus Maylasky, maçom que pertencia a Loja Maçônica Perseverança III.

Silva (2010) mostrou em seu trabalho, que a elite sorocabana morava na região central da cidade e tinha como porta vozes os maçons: Matheus Maylaski, Júlio Ribeiro, Ubaldino do Amaral, entre outros. Matheus Maylasky estava convencido que a vida econômica da cidade centrada no comércio de animais era um impedimento para o seu progresso. Para tanto, fazia-se necessário convencer a população de adequar a sociedade a um novo modo de produção, pois comparada a outras cidades, Sorocaba estava atrasada. O jornal *O Sorocabano* foi uma das ferramentas utilizadas por seus redatores-proprietários, Maylaski, Júlio Ribeiro e Ubaldino do Amaral, para convencer a população e, mais especificamente, a elite sorocabana no ano de 1870. Mais tarde o jornal passou a se chamar *O Sorocaba* e continuou sob a responsabilidade de Júlio Ribeiro e com a mesma perspectiva ideológica.

Ora, Maylaski, Ribeiro e Amaral estavam ligados às Lojas Maçônicas Perseverança III e Constância (LIVRO DE ATAS DA LOJA MAÇÔNICA PERSEVERANÇA III, 1869), organizações integrantes da Maçonaria sorocabana. O que fortalecia suas relações de poder e tomada de posição.

A imprensa sorocabana foi utilizada pelos republicanos como instrumento de propagação de interesses, valores, princípios, visão de mundo, ideais políticos da elite dominante em Sorocaba. Esta elite era composta de comerciantes, industriais, políticos, intelectuais, jornalistas, quase todos pertencentes à Maçonaria sorocabana. Tinham um ideal em comum: a construção de uma identidade social através dos ideais republicanos, que tinha como projeto político social a escola. A ela se dava a responsabilidade do desenvolvimento econômico, social e como instrumento de moralização e civilização das massas (PAVAN, 2006, p.151).

Para manter a hegemonia, os maçons da Loja Perseverança III, além de construírem as estratégias em torno da libertação do escravo, instrução escolar e da implantação da República, começaram a liderar outras agremiações: Partido Liberal, Gabinete de Leitura, Câmara Municipal, Hospital, Escolas. Isto implica em dizer que eles estavam, praticamente, dominando vários espaços sociais e vários campos na cidade de Sorocaba. No interior da Loja Maçônica eles discutiam e estabeleciam suas estratégias.

A cidade como espaço social precisava, no entendimento da elite sorocabana, passar por um processo de modernização, que seria possível através de novos investimentos políticos, econômicos e educacionais. Sem o devido investimento, segundo os agentes sociais do campo de poder, a sociedade sorocabana permaneceria no caos sustentado até então pelos políticos conservadores, ou seja, dependente economicamente da Feira de Mueares, sem modernização do espaço urbano, sem via férrea, sem exploração do algodão, sem a industrialização, sem escolas suficientes, sem uma economia voltada para o progresso, sem a valorização da mão de obra qualificada e outros aspectos. Neste sentido, a Maço-

naria sorocabana, ligada à política liberal partidária, estava estrategicamente articulada com a finalidade de legitimar a dominação dessa política na cidade.

Estas questões supracitadas e as articulações políticas que construíam o rumo da cidade - ou pelo menos assim estavam presentes no imaginário político desta parcela da elite sorocabana - eram urdidas no interior da Loja Maçônica Perseverança III, que segundo a perspectiva adotada neste trabalho, pode ser vista como um campo de poder. Estes maçons estavam envolvidos por uma rede de sociabilidade e mantinham uma forte relação de poder, que garantiam não somente a reconfiguração do campo político e econômico da cidade, mas também a reconfiguração do espaço urbano. A cidade de Sorocaba, portanto, torna-se o lugar das disputas e das lutas em torno da solidificação do interesse de determinado grupo social, o qual, na medida em que dominava o campo político e econômico, manipulava as necessidades e os interesses da maioria da população desfavorecida, a qual talvez não precisasse ou quisesse tal modernização articulada ou configurada na ótica dos agentes sociais acima mencionados.

No contexto sorocabano, a escola era vista como um instrumento capaz de formar intelectuais de diversos níveis, qualificar os alunos para o trabalho e até mesmo de estabelecer uma sociedade moderna. Cada categoria de escola no âmbito econômico e a adversidade de aspiração das várias classes sociais determinavam a postura e a especialização do seu intelectual, estabelecendo desta forma a sua relação com o mundo da produção. Silva (2010) mostrou que protestantes e maçons perceberam na escola o instrumento para legitimar suas ações ideológicas. O protestantismo criou uma escola voltada para a formação do ser humano através dos valores ético-morais. A Maçonaria através da educação queria preparar o indivíduo para atuar naquele momento histórico marcado por profundas transformações econômicas. Ela pretendia preparar a classe dominada para a utilização das novas técnicas que o

processo de industrialização exigia (MORAES, 2003).

Compreender a cidade de Sorocaba como um espaço social de poder onde circula, legitima, organiza e propaga interesses dos agentes sociais pertencentes aos mais variados campos ajuda-nos a compreender as estratégias utilizadas pelos agentes sociais pertencentes à Maçonaria para a solidificação da sua estratégia de dominação. Nesta perspectiva, entende-se que há poder em todo lugar, fortalecido ou enfraquecido pelas relações estratégicas dos agentes sociais que dominam os mais variados campos: social, político, religioso, educacional e outros. Porém, o centro é o lugar onde o poder se configura com maior força e intensidade e representa o *locus* das articulações, estratégias e divulgação dos interesses dos agentes sociais dominantes. Segundo Bourdieu (2004), o poder dentro de um espaço social é determinado pelo capital econômico, social e cultural que circula dentro desse espaço.

É na cidade, especificamente na região central, que os republicanos, maçons, católicos e presbiterianos configuram seu lugar de poder. A cidade como espaço social, portanto lugar de disputa e legitimação do poder, detém a prerrogativa de produzir e disseminar conhecimentos que são determinantes na construção da cosmovisão que se pretende divulgar ou construir. Pode-se dizer que ela determina as políticas, as práticas sociais, a divisão social, a construção do *habitus*, a solidificação do capital, a visão de mundo e dos interesses dos agentes sociais. O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns. Portanto, uma visão única da sua identidade e uma visão idêntica da sua unidade (BOURDIEU, 2000, p. 117).

Uma das estratégias utilizadas para a circulação das ideias defendidas pelos agentes que compunham o espaço social urbano nesse período era o uso da imprensa, que por sua vez, divulgava os interesses dos republicanos pela educação. Nela se travam várias lutas com o objetivo de legitimar os interesses em jogo. O jornal *O*

Americano (03/06/1871) traz um manifesto da Maçonaria contra os ataques da Igreja Católica. Outros assuntos estavam na ordem do dia da imprensa sorocabana: crítica do modelo de educação defendida pelo ideário monárquico, defesa da República como instrumento político para construção de uma nova ordem social, educação como meio de desenvolvimento social e econômico da cidade.

O Sorocabano (1870) teve como editores Júlio Ribeiro e Pereira Salles. Júlio escrevia uma série de artigos em defesa da instalação de uma ferrovia na cidade, cuja proposta era sustentada por Matheus Maylasky. O jornal foi fundado em 13 de fevereiro de 1870. Vendido ao preço de “8 \$000 ao anno na cidade e 9\$000 fora”, tinha por princípio “pugnar pelo bem público, com especialidade pelos interesses do município. Dar voz a todas as reclamações justas e comedidas. Reproduzir os clamores da lavoura e do comércio. Abrir espaços a discussões de interesse geral” (13/02/1870, p. 01). Era seu principal colaborador Ubaldino do Amaral, maçom, abolicionista e republicano. Em 01 de setembro de 1872, transformou-se em *O Sorocaba*, e teve em Júlio Ribeiro seu redator-chefe. Deixou de existir em 1883.

O jornal *O Americano* (1871), propriedade de Francisco de Paula e Oliveira Abreu, traz severos ataques contra o catolicismo e se posiciona a favor da Maçonaria. O *A Gazeta Commercial* também era dirigida por Júlio Ribeiro. O jornal chegou a circular diariamente. A este se somavam *O Colombo* (1871), sob a direção de Domingos Silva, *O Votorantim* (1877), jornal literário e instrutivo, cujo redator-chefe era o professor Fidelis de Oliveira, e a *Gazeta de Sorocaba* (1878), de propriedade de Gaspar da Silva. O *Ypanema* (1872 – 1892) foi editado pela primeira vez em 25 de abril de 1872. Publicado “6 vezes por mês”, o jornal se propunha a defender os “interesses morais e materiais do município e do Sul da província”. E procurava “dar na parte literária alguns bons artigos e vulgarizar os melhores escritos de autores nacionais” (25/04/1872, p. 01). Seu editor e proprietário foi Manoel Januário de Vasconcellos,

maçom, sorocabano de nascimento e coronel da guarda nacional. Participou ativamente da campanha pela instalação da rede de esgoto na cidade. Em 1880, transformado em diário, passou a chamar-se *Diário de Sorocaba*. Este jornal contém ricas informações sobre a situação de Sorocaba do ponto de vista da educação escolar.

Tem-se ainda o jornal *O Trabalho* (1882), quinzenário, noticioso e literário. Até 1890, surgiram em Sorocaba outros dois periódicos jornalísticos: *A Tribuna* (1887) e *O industrial* (1890). Em 1891, a imprensa sorocabana continuou seu desenvolvimento. Começou a circular o *Diário de Sorocaba*, cujo proprietário era Manoel Januário de Vasconcellos, proprietário do jornal *O Ypanema*. O jornal *A Escola* era do professor Arthur Gomes, maçom e membro da Loja Perseverança III.

Outra estratégia utilizada para a modernização da cidade de Sorocaba foi a educação. No período delimitado nesse trabalho, pode-se perceber um acentuado processo de escolarização liderado por vários grupos sociais. Maçons, católicos, presbiterianos e outros setores da sociedade sorocabana organizaram várias instituições. Entre os objetivos educacionais de cada seguimento, podemos destacar a disputa pelo poder entre os grupos, mas também a necessidade que cada grupo tinha de ocupar um lugar no campo educacional sorocabano, objetivando também a solidificação da hegemonia do grupo de acordo com seus ideais e valores.

Educação e Maçonaria em Sorocaba na 2ª metade do Século XIX

Como já destacado, a cidade de Sorocaba na segunda metade do século XIX passou por um acentuado processo de modernização. Como parte dessa estratégia estava a educação. Para compreender um pouco sobre este processo evocamos o auxílio de alguns trabalhos sobre a educação em Sorocaba. Na perspectiva da história da educação, tem-se vários trabalhos que caracterizam o processo de escolarização da educação em Sorocaba. Um dos primeiros foi reali-

zado pelo historiador sorocabano Og Menon (2000). Seu trabalho teve por objetivo estudar a instrução escolarizada na cidade de Sorocaba no período compreendido entre 1870 e 1906. Além de mostrar as várias escolas da cidade de Sorocaba, ele também analisa a legislação brasileira que direcionava o funcionamento de tais instituições educacionais. Seu trabalho reúne também os principais relatórios dos professores encaminhados ao Inspetor da Província. Menon (2000) aponta a existência das seguintes escolas neste período: Escola Alemã, Escola Teuto-brasileira, Colégio Neuberth, Lyceu Municipal, Externato São Luiz, Escola Noturna Perseverança III, Grupo Escolar Antônio Padilha, dentre outras.

Em 1868, em ofício ao Inspetor da Instrução Pública, a professora de Primeiras Letras, Maria Flora de Souza, comunica que fora aberto um colégio de meninas instituído e dirigido por Da. Gertrudes de Almeida Pillar. O Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura era o professor de Primeiras Letras e de Francês, e suas irmãs, Da. Maria Gertrudes e Da. Narciza, "eram respectivamente as mestras de música, de prendas domésticas e dança". Tinha 11 alunas, sendo 5 internas e 6 externas e o estabelecimento se intitulava Colégio de Nossa Senhora Aparecida de Sorocaba. É importante frisar que Ubaldino do Amaral era um dos agentes sociais, que saiu da Loja Constância e fundou com outros maçons a Loja Perseverança III. Ele não somente circulava no campo maçônico como também já se projetava em 1868 no campo educacional sorocabano.

Em 1869, a Maçonaria sorocabana também liderou algumas iniciativas educacionais, criando uma escola noturna. Segundo Menon (2000), os maçons foram os pioneiros no ensino primário particular gratuito, com a introdução da escola noturna voltada especialmente aos analfabetos adultos e adolescentes que trabalhavam durante o dia, mas desejavam frequentar os bancos escolares à noite. Ela teve pouca duração, fechando em 1870.

Em 1874, era fundado o Colégio União Sorocabano para ambos os sexos, mas, já em 1875, continuou só com a seção feminina, dirigido pe-

las professoras norte-americanas H. Wullul e Anna Wilk. Não há evidências de que elas estavam ligadas ao presbiterianismo em Sorocaba. Em 1876, a Loja Constância também criou uma escola noturna, localizada na própria sede da Loja, na Rua Boa Vista. A ideia da criação da escola foi do professor e maçom Carlos Alberto Ferreira Araújo em sessão regular da loja, no dia 25 de setembro de 1876 (2º LIVRO DE ATA DA LOJA MAÇÔNICA CONSTÂNCIA, p. 155).

Em 1882 Manoel José da Fonseca, membro da Loja Maçônica Perseverança III, criou uma escola noturna para os seus operários e escravos, entregando-a aos cuidados do professor Horácio Ovídio de Oliveira. Manoel Fonseca era o proprietário da fábrica Nossa Senhora da Ponte, inaugurada em 02/09/1882. Vários membros desta Loja estiveram ligados ao movimento que instaurou a industrialização na cidade de Sorocaba.

Ainda por iniciativa dos maçons sorocabanos da Loja Perseverança, foi criada em 1888 a Escola Popular. Segundo Aleixo:

Em sessão de 16 de junho, o venerável Padilha comunica à loja haver cedido 'a sala de entrada' a uma associação que se formou visando manter aula noturna aos libertos.

Com a palavra, João José da Silva concitou a loja a apoiar referida associação cujo fim nobre, por si só, justificava a solidariedade maçônica, cuja associação aceitara o 'encargo de dar o pão do espírito àqueles que, além dos muitos trabalhos, permaneceram na mais crassa ignorância' e terminou apelando para que a loja também fornecesse a iluminação.

Essa entidade, sob o nome de 'Escola Popular', foi constituída pelos srs. Arthur Gomes, Adolfo Osse, Antonio Egídio Padilha, Benedito Cordeiro e João Padilha, sob o nome significativo de 'Luz e Liberdade'. Visava 'disseminar a instrução pelas classes que não a podem obter por deficiência de recurso'.

Passou a funcionar a partir do dia 2 de julho, em sala da Perseverança III, estando

matriculados 75 alunos nesse dia (1999, p. 388).

Poucos meses depois, alegando falta de recursos, os responsáveis pela escola comunicam o fechamento da mesma, publicando uma nota na imprensa sorocabana:

A sociedade Luz e Liberdade, por deliberação dos seus fundadores, resolveu suspender temporariamente as aulas noturnas que mantinha nesta cidade, a expensas suas e da Loja Perseverança 3ª, por causa do recrutamento que se está procedendo neste município. Cumpre acrescentar que essas aulas estabelecidas para os libertos, operários e meninos que não pudessem frequentar as diurnas, eram frequentadas por grande número dos mesmos, atingindo o número dos matriculados a cento e trinta e sete, e desde a notícia do recrutamento o número destes desceu a menos da quarta parte. Outrossim, a Escola popular conta três professores assíduos e esforçados que ensinam gratuitamente. Assim crê a sociedade haver dado ao público satisfatória razão ao repentino fechamento de sua escola (DIÁRIO DE SOROCABA, 20/10/1888).

Em 05 de janeiro de 1889, a escola retornou suas atividades educacionais com os mesmos objetivos anteriores, porém fechou em dezembro do mesmo ano. Em 1896, a Loja Perseverança III organiza mais uma escola noturna. A proposta foi feita por Amaro Egídio e João Clímaco de Camargo Pires, no dia 23 de setembro de 1895 com as seguintes cláusulas que regeriam esta instituição escolar:

- 1) Que devia funcionar na sala do prédio desta Loja;
- 2) que funcione diariamente com a exceção dos dias de trabalho da Loja;
- 3) que seja regida por um irmão ativo;
- 4) que o dito professor estabelecerá as horas de trabalho, com aprovação do irmão Venerável devendo ser de duas e meia horas de serviço;
- 5) que os irmãos se cotizem para pagamento de um professor que receberá seu ordenado todos os dias dez de cada mês, em que apresentar o movimento diário da mesma escola, po-

dendo o irmão venerável passar um atestado; 6) para dar execução a este projeto, será nomeada uma comissão com caráter definitivo composta de três membros sendo um diretor, outro procurador e outro mesário que agirão por si mesmo no sentido de propor as reformas que achar melhor, e finalmente; 7) no dia marcado para a instalação da aula, haja uma sessão solene para bem patentear os intuítos que animaram os membros desta oficina (ALEIXO, 1994, vol II, p. 121).

Em relatório encaminhado ao Inspetor Geral de São Paulo, Joaquim Silva afirma que a Loja Perseverança III inaugurou a Escola Noturna Perseverança no dia 15 de novembro de 1896 e começou a funcionar no dia 15 de janeiro de 1897 com 18 alunos matriculados. Segundo o mesmo relatório em maio do mesmo ano contava com 28 alunos, em junho contava com a presença de 92 alunos matriculados. Neste período a responsabilidade educacional esta sob a responsabilidade do professor normalista Álvaro de Moraes Rosa. (Arquivo do Estado de São Paulo, 19/04/1899, ordem 5110). Em 1898, deixou a direção da escola, assumindo seu lugar o maçom Otto Wey. Ao mencionar o programa Joaquim Silva escreve:

O programa, como se vê abaixo, é muito resumido: nem de outra forma pode ser o de uma escola que se dedica ao ensino de quem não dispõe para o estudo senão do tempo em que está na escola, como sucede aos alunos da Perseverança em sua quase totalidade empregados nos estabelecimentos industriais da cidade. Programa. Português: noções gramaticais, exercícios de leitura, declamação e redação. Aritmética: estudo prático dos números até operações sobre juros. Geografia: ideia geral sobre o mundo, noções de geografia do Brasil e de São Paulo. História Pátria: explicações das datas nacionais e educação cívica (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 19/04/1899, 5.110).

Além de afirmar que a escola estava em constante crescimento, acentua que quase todos os alunos se encontravam empregados nas in-

dústrias de Sorocaba. Pelo relatório podemos observar que os alunos eram oriundos das camadas desfavorecidas da cidade e que não tinham condições de arcar com o material exigido no programa curricular. Para se matricular na escola noturna, os operários precisavam trazer o cartão das respectivas fábricas em que trabalhavam (O 15 DE NOVEMBRO, 14/02/1897).

Diante disso, Joaquim da Silva, afirma que o material escolar era fornecido pela Perseverança III. As carteiras eram fornecidas pelo poder público. O ensino era totalmente gratuito e declara que a escola noturna não recebia nenhum auxílio financeiro dos cofres públicos. Neste período, a escola contava com 48 alunos matriculados e com uma frequência regular de 40 alunos. Segundo o relatório, as aulas funcionavam diariamente das 6:30h às 21:30h, exceto aos sábados, domingos e segundas-feiras. A idade média dos alunos matriculados era de 13 a 22 anos. Estavam matriculados 37 brasileiros e 11 estrangeiros. Um dos textos utilizados para a leitura era a "cartilha nacional" de Júlio Ribeiro.

Joaquim Silva, em tom retórico e crítico, termina o relatório com as seguintes palavras:

Estes são os dados que ao governo pude fornecer como professor da escola sustentada pela benemérita associação que lhe dá o nome, e que não fosse sua iniciativa, condenaria ao exílio das trevas aqueles que não têm recursos para pagar professores ou que acham impossibilitados de frequentar as aulas diurnas, principalmente depois que o governo do estado não mais reabriu a escola que aqui sustentava (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1899, 5110).

O relatório ainda traz a seguinte relação de alunos matriculados na Escola Noturna Perseverança:

Tabela 1. Alunos da Escola Noturna Perseverança – 1899.

Alunos da Escola Noturna Perseverança – 1899				
N.	Nome	Filiação	Idade	Natural:
1	Alberto Mentone	Luiz Mentone	9	Sorocaba
2	Arthur Malanconi	Raphael Malanconi	12	Sorocaba
3	Aristides Dias	Frutuoso Dias	11	Sorocaba
4	Antonio Marrone	Constantino Marrone	11	Itália
5	Abel Fogaça	Pedro Fogaça de Almeida	12	Sorocaba
6	Adonias Fogaça	Pedro Fogaça de Almeida	10	Sorocaba
7	Augusto Nogueira	Francisco Nogueira	13	Sorocaba
8	Alfredo Rodrigues Padilha	João Rodrigues de Oliveira	12	Sorocaba
9	Antonio Rolim de Oliveira	B. Rolim de Oliveira	11	Itapetininga
10	Antonio Juliano	J. Juliano	13	Sorocaba
11	Benedicto Félix dos Santos	Joaquim Pedro dos Santos	14	Sorocaba
12	Benedicto Rodrigues Amorim	Anna G. de Moraes	7	Sorocaba
13	Benedicto Paulo da Rosa	Maria C. Conceição	13	Sorocaba
14	Benedicto Schultz	Júlio Schultz	12	Sorocaba
15	Carlos Schultz	Júlio Schultz	13	Sorocaba
16	Cândido Silva	Denictina Silva	13	Sorocaba
17	Edmundo Malanconi	Raphael Malanconi	10	Sorocaba
18	Gabriel Osse Padilha	Adolpho Osse	8	Sorocaba
19	Gilberto Benedicto de Souza	Benedicto de Souza	17	Sorocaba
20	Hermenegildo Gomes	Eduardo Pinto	13	Portugal
21	Isaltino Vieira	Antonio José	18	Sorocaba
22	Isaías Soares	José R. Soares	10	Sorocaba
23	Juvenal R. Camargo	Joaquim Rodrigues Camargo	10	Sorocaba
24	João Rodrigues E. Santo	Messias J. do E. Santo	12	Sorocaba
25	João Barbo	Theodoro Barbo	13	Sorocaba
26	João Juliano	José Raphael Juliano	13	Sorocaba
27	Jeronymo Pires de Andrade	Anna Rocha	12	Sorocaba
28	José Palotta	Antonio Palotta	12	Itália
29	José Facio	Thomaz Facio	9	Itália
30	José Mentoni	Luiz Montoni	11	Itália
31	Joaquim Barbosa	Manuel Serrulha	14	Sorocaba
32	Luiz Osse Padilha	João Osse	8	Sorocaba
33	Leopoldo P. Porto	M. P. Porto	21	R. G. Sul
34	Lourenço Cunazzi	Constantino Cunazzi	13	Itália
35	Moysés Aguiar de Campos	João B. de Aguiar	22	Sorocaba
36	Mazzini Scatta	Frederico Scotta	19	Itália
37	Manoel F. Gaspar	J. Antonio Gaspar	13	Portugal
38	Pedro Luiz de C. Araújo	Florentino Neves de Araújo	18	Sorocaba
39	Pedro Monteiro	Joaquim Monteiro	8	Sorocaba
40	Pedro Soares	A. Soares	7	Sorocaba
41	Raphael Canineo	Philomeno Canineo	11	Itália
42	Sylvio Dias	I. Dias	12	Sorocaba
43	Umberto Canineo	Philomeno Canineo	14	Itália
44	Vicente Eugênio de Paula	Tutor: J. Nóbrega Almeida	15	Sorocaba
45	João Soares	José R. Soares	12	Sorocaba
46	Achilles Sampaio	Joaquim F. de Sampaio	16	Sorocaba
47	Sylvino Sampaio	Joaquim F de Sampaio	18	Sorocaba
48	Gregório Facio	Thomas Facio	16	Itália

Fonte: elaborada pelo autor.

Ao trazer a relação dos nomes dos alunos que pertenceram a Escola Noturna Perseverança, este trabalho avança nas análises feitas pelo historiador Vanderley da Silva (2009), que não trouxe para a discussão qualquer menção dos alunos que faziam parte dessa escola. Uma análise mais acurada sobre os nomes acima mencionados revelou três alunos ligados ao presbiterianismo em Sorocaba: Abel Fogaça, Adonias Fogaça e Moysés Aguiar de Campos. Os dois primeiros eram filhos de um dos líderes da Igreja Presbiteriana de Sorocaba, o Diácono Pedro Fogaça de Almeida. Moysés Aguiar de Campos era filho de João Baptista de Aguiar, conhecido presbítero. Os pais dos alunos foram líderes na Igreja Presbiteriana, tanto sob a liderança de Antônio Pedro como sob a liderança de Zacharias de Miranda. Este relatório torna razoável a possibilidade de que Zacharias de Miranda, ao encerrar seu período de pastorado em Sorocaba, deixou seus alunos aos cuidados da educação maçônica e do Grupo Escolar Antônio Padilha. Os líderes acima mencionados da igreja local apoiavam as iniciativas políticas do pastor Zacharias de Miranda. E segundo o relatório acima analisado todos eram de origem pobre ou não tinham condições de pagar seus estudos. Além disso, o relatório afirma que muitos deles trabalhavam nas indústrias em Sorocaba.

Retornando a década de 80 do Século XIX, apareceram várias escolas que atendiam a comunidade de cultura germânica da cidade, além das ligadas à Maçonaria. Em 1886, a Escola Alemã, fundada por iniciativa de alemães residentes em Sorocaba, estava localizada no Largo do Rosário, e posteriormente, na Rua São Bento, n. 11 (DIÁRIO DE SOROCABA, 09/07/1886). Mais tarde essa escola passou a se chamar Colégio Montbé, por iniciativa do professor Frederico de Montbé (DIÁRIO DE SOROCABA, 06/08/1887).

Na década de 80, tem-se ainda, a escola Teuto-brasileira, localizada na rua das Flores, n. 11, dirigida Emílio Cillis (DIÁRIO DE SOROCABA, 27/02/1887). O jornal ainda aponta a existência do Colégio Neuberth dirigido pela professora Maria Emília Jacob Neuberth, organizado em 1888 e localizado na Rua do Hospital, n. 7

(DIÁRIO DE SOROCABA, 18/07/1888). Segundo Aluísio de Almeida, Maria Neuberth era uma professora belga, que abriu sua escola para meninas e oferecia curso primário e secundário (DIÁRIO DE SOROCABA, 22/10/1965). Apesar de belga, possivelmente sua escola também foi criada para atender os imigrantes alemães em Sorocaba. Isso porque ela tinha na sua proposta curricular o ensino de alemão, além de ensinar doutrina cristã e história cristã, o que sugere que as famílias das alunas eram alemães pertenciam à religião católica.

Em 1886, a Câmara Municipal organizou o Liceu Municipal. Menon faz o seguinte comentário a respeito:

A Câmara Municipal resolve criar em 1872, uma escola municipal de ensino secundário, gratuita e destinada ao sexo masculino. No entanto, problemas políticos não permitiram que a Comissão nomeada para estudar a sua implantação se reunisse. Mas, diante do aumento da pressão social, que reivindicava insistentemente uma escola de ensino secundário, a Câmara Municipal, finalmente, em 1886, cria a escola que recebe o nome de Liceu Municipal e a inaugura em 05 de novembro de 1887. Nesse dia, a Câmara se reuniu solenemente para ouvir "o presidente apresentando o seguinte Programa de ensino: Português, Francês, Inglês e Latim" (2000, p. 60).

Em 1887, conforme relatório encaminhado à Inspeção Geral de Instrução Pública, o campo educacional sorocabano era composto das seguintes escolas particulares:

Relação dos Estabelecimentos de Ensino Particular existentes no Município de Sorocaba anteriormente ao regulamento de 22 de agosto do corrente ano:

1º. Colégio Montbé, sob a direção de Francisco Montbé destinado ao ensino secundário do sexo masculino; sendo professores o Diretor e Luiz Mesquita Barros.

2º A escola regida por Benedicto Estevam Cordeiro, destinada ao ensino primário de sexo masculino.

3º. Liceu regido pelo professor Ignácio Azevedo Coutinho, destinado ao ensino primário do sexo masculino, sendo seu proprietário o mesmo professor

4º. O Colégio Santíssimo Coração de Jesus, sob a direção de D. Brazília Dultra e Silva, destinado ao ensino primário e secundário do sexo masculino; sendo seu professor a própria diretora.

5º. A Escola mista, regida pela professora Joaquina E. de Oliveira, destinado ao ensino primário, sendo sua proprietária a mesma professora.

6º. A escola mista regida pela professora D. Vicência Wuzershs Durski, destinada ao ensino primário, sendo sua proprietária a mesma professora.

7º. A escola regida pelo professor Alfredo Ferreira de Queiroz, destinada ao ensino primário e secundário do sexo masculino, seu proprietário é o mesmo professor.

Existem neste município, além destes, mais dois estabelecimentos de ensino particular, por terem sido inauguradas após a publicação do regulamento supra referido, segundo consta ao relatório por este conselho enviado em 3 de novembro último (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 16/09/1887, 5110).

Em relação às escolas públicas em Sorocaba, na década de 70 existiam quatro escolas de primeiras letras mantidas pela Província, conforme ofício encaminhado pelo inspetor do distrito de Sorocaba Luiz Augusto Ferreira ao inspetor geral da instrução pública Francisco Aurélio de Souza Carvalho (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 03/11/1874, 5110), com 248 alunos matriculados.

Na década de 80, conforme ofício manuscrito encaminhado pelo inspetor do Distrito, Antônio Gonzaga Sêneca de Sá Fleury, para o inspetor geral da instrução pública da Província de São Paulo, Francisco Aurélio de Souza Carvalho, existiam 12 escolas públicas primárias, sendo 8

destinadas ao sexo masculino e 4 para o sexo feminino. Há um total de 556 alunos, dos quais, 438 são considerados frequentes e 75 não frequentes, além de 43 eliminados. Do sexo masculino havia 378 alunos matriculados e eliminados 37, frequentes 289 e não frequentes 52. Do sexo feminino tinha 178 alunos matriculados, sendo 149 frequentes e 23 não frequentes (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 25/11/1883, ORDEM 5110).

No final da década de 80, existiam 13 escolas públicas, sendo 366 alunos do sexo masculino e 242 do sexo feminino, totalizando 608 alunos matriculados nos estabelecimentos de instrução pública. O ofício manuscrito também apresentou a existência de 9 escolas particulares, que por sua vez, tinham 186 alunos matriculados (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO, 15/11/1887, ordem 5110).

Og Menon (2000) foi um dos primeiros pesquisadores sorocabanos a apontar a participação dos protestantes na educação escolar sorocabana. Ele faz a seguinte observação a respeito:

A escola, como as demais em todo o país, tinha como objetivo atender aos alunos que sofriam, nas escolas públicas, coações, em função da intolerância religiosa e política que atingia por essa época aqueles que professavam outra religião que não a católica e que, politicamente, se mostravam favoráveis à mudança do sistema político então vigente. A escola presbiteriana, em Sorocaba, estabelecida junto à igreja, localizada à Rua das Flores, hoje Monseñor João Soares, introduzia o método estadunidense de estudo, isto é, o costume da leitura em voz alta e da decoração é substituído pelo sistema intuitivo e pela leitura silenciosa; o programa de ensino baseava-se em compêndios próprios "como as gramáticas de Júlio Ribeiro e de Eduardo Carlos Pereira, a aritmética de Antônio Trajano, as obras de Otoniel Mota e os livros de leitura de Erasmo Braga"; o calendário escolar, com 190 dias letivos e com aulas de 2ª a 6ª feira, sendo o sábado livre; a introdução da sala de aula para ambos os sexos; a proibição de qualquer tipo de castigo físico. Embora constasse de

seus princípios estar aberta a todas as tendências políticas e credos religiosos e à indistinção de cor e raça, a escola era freqüentada somente por protestantes que propagandeavam a república, por elementos brancos como portugueses, alemães e suíços e por aqueles que detinham certo poder aquisitivo, já que a escola era paga. Freqüentavam a escola, ainda, os filhos dos maçons, em função da grande interação existente entre eles. (MENON, 2000, p. 74)

As primeiras observações levantadas por Menon colaboram para uma melhor compreensão de alguns aspectos da educação protestante em Sorocaba. Porém, Og Menon afirma que a escola protestante em Sorocaba foi criada enquanto reação, para atender crianças perseguidas, desconsiderando a possibilidade da estratégia de evangelização pela escola.

As observações levantadas acima dão algumas pistas sobre a cidade de Sorocaba enquanto uma cidade com a oferta de algumas possibilidades educacionais. No entanto, em 1870, o inspetor do distrito de Sorocaba, Messias José Corrêa, encaminha um relatório ao Inspetor Geral de Instrução Pública em que questiona a baixa frequência. Para o inspetor, a questão da pouca frequência de alunos nas escolas sorocabanas acompanhava uma situação apresentada em todo o território brasileiro (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1870, N.5110). Porém, na ótica do professor Venâncio José Fontoura, em relatório sobre a situação de sua aula, havia outra razão:

Existem 77 alunos matriculados, dos quais 64 freqüentes. Este número ainda está longe de ser proporcional à população de Sorocaba, mesmo levando em conta as matrículas das outras aulas. Deve-se, todavia, atender (?) a uma circunstância, e é que este município eminentemente agrícola, tem os seus habitantes disseminados em uma vasta área, e o cultivo do algodão proporciona trabalho às crianças, que deveriam acorrer às escolas (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1870, 5110).

A pouca frequência nas escolas estava relacionada segundo o professor Fontoura às dificuldades que os habitantes tinham em frequentá-las, pois moravam em lugares distantes e as crianças realizavam trabalhos no plantio de algodão. Vemos que o professor era mais realista do que o inspetor.

O arrolamento das escolas na segunda metade do século XIX, feito neste tópico, nos ajuda a ter uma visão panorâmica das várias instituições escolares da cidade de Sorocaba. Além disso, mostra que algumas escolas existiram por iniciativa particular de alguns professores e outras para atender grupos específicos, como é o caso das escolas alemãs, da escola noturna, da escola italiana, e da escola protestante, que ainda será analisada. Segundo a discussão acadêmica de historiadores sorocabanos que avançam o trabalho pioneiro de Og Menon, estas instituições contribuíram com as mudanças ocorridas na cidade no período apontado, não só preenchendo a lacuna deixada pelo ensino público como tomando a iniciativa para atender a uma demanda de grupos socioculturais específicos: os estrangeiros, as mulheres, os trabalhadores.

O trabalho de Silva (2010) menciona a participação de maçons e presbiterianos no processo de escolarização na cidade de Sorocaba na segunda metade do século XIX. O autor destaca a existência de uma escola chamada Escola Americana, que tinha como diretora a professora Palmyra Rodrigues de Cerqueira Leite, que ficou a frente dessa escola até 1886. Mais tarde, tem-se o registro da participação do Reverendo Zacharias de Miranda, que tinha sob sua responsabilidade o Colégio Sorocabano. Silva afirma que era uma continuidade do projeto educacional inaugurado pela professora Palmyra. O autor destaca que o diretor do Colégio Sorocabano, além de pastor, era maçom e vereador da cidade de Sorocaba. Ele fazia parte do grupo de maçons republicanos que buscavam implantar através das suas ações a modernização na cidade de Sorocaba. Como parte da estratégia de modernização estava a educação, a república, a reconfiguração do

espaço urbano e outras medidas.

Importante registrar que o fato de não existir nesse período lutas ou conflitos entre as várias instituições escolares em Sorocaba explicitamente documentados nas fontes consultadas, não significa que não existia concorrência entre elas. Pelo contrário, na perspectiva das relações de poder postulada neste trabalho a existência das instituições escolares supracitadas pode implicar aquilo que Bourdieu (2007) chama de luta da concorrência, ou seja, a forma como as instituições, organizações e classes sociais se posicionam em determinado momento histórico com o objetivo de garantir seu lugar no campo e com o objetivo de atrair para dentro dela determinado grupo de pessoas.

Neste jogo de concorrência, as classes sociais ou instituições procuram conquistar vantagens em relação às outras. Segundo Bourdieu, sempre que as forças e os esforços de grupos em concorrência por determinada espécie de bens tendem a equilibrarem-se como em uma corrida, as diferenças iniciais entre elas acabam por manter-se, ou seja, os grupos situados acima deles na hierarquia social ou à sua frente na corrida são praticamente compensados para conservar a raridade e a distinção de seus bens e diplomas. Observa-se que as várias instituições escolares na segunda metade do século XIX em Sorocaba representavam uma diversificação dos ramos de ensino na cidade de Sorocaba.

A existência de várias escolas na segunda metade do século XIX pode então sugerir a existência de instituições educacionais escolares destinadas a atender grupos sociais portadores de diferentes capitais culturais e sociais: escola para alemães, italianos, operários, elite, para católicos, para protestantes e outras. O capital cultural da família direcionava o tipo de estabelecimento educacional que seria frequentado por seus filhos.

Apenas para tomarmos três das forças representativas da cidade de Sorocaba naquela época, podemos dizer que, na perspectiva das relações de poder, ocorreram sim disputas no

campo educacional sorocabano entre Maçonaria, Catolicismo e Presbiterianismo.

Considerações finais

O presente trabalho tentou contemplar a participação da Maçonaria sorocabana no processo de escolarização na segunda metade do século XIX, mostrando que seus agentes sociais atuaram de acordo com as ideologias maçônicas, visando a modernização da cidade de Sorocaba. A cidade, vista como espaço de poder e circulação de ideias, explicita como os agentes sociais dos mais variados campos agem com o objetivo de garantirem sua hegemonia e poder.

Entre as estratégias, o jornal ocupava um lugar público de transmissão e circulação de ideologias, visando consolidar a proposta modernizadora da elite sorocabana. E para defender suas ideologias, esses agentes sociais colocaram-se como porta-vozes do processo de modernização. A imprensa jornalística e seus intelectuais ofereceram suporte discursivo para convencer outros agentes sociais da elite sorocabana sobre a necessidade de modernizar a cidade. Ficou evidente que a modernização pleiteada pela "nova" elite sorocabana foi possível porque alguns dos seus membros ocupavam vários campos da cidade: político, religioso, maçônico e, principalmente, educacional.

Além de propagarem ideias ligadas a abolição dos escravos, construção de estradas de ferro, modernização da cidade e ideais republicanos, uma das lutas abraçadas por maçons na imprensa sorocabana foi em relação ao direito dos protestantes de serem enterrados nos cemitérios da cidade. Polêmica essa que tomou conta de várias páginas dos jornais. O jornalista Júlio, já destacado anteriormente, também possibilitou o contato dos missionários norte-americanos em Sorocaba com os maçons. Ele pertencia a Loja Maçônica América, frequentada por maçons como Américo de Campos, Joaquim Nabuco, e Francisco Rangel Pestana. Em Sorocaba, filiou-se a Loja Perseverança III, onde ocupou vários car-

gos e, influenciado pelas ideias maçônicas, participa das lutas que combatiam a política imperial.

Portanto, no campo educacional sorocabana entre o fim do Império e início da República, as escolas faziam parte das estratégias de vários agentes sociais para legitimarem seus interesses, contribuir para a formação intelectual do grupo elitizado, modernizar a cidade além da circulação e disputa de vários modelos pedagógicos.

Referências Bibliográficas

- ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba*. Da fundação a Proclamação da República. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999.
- ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba*. Da queda da Monarquia ao fim da primeira República. Sorocaba (1889-1930): Fundação Ubaldino do Amaral, Vol. II, 1994.
- ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba 1822-1889*. Vol. II. Sorocaba: Gráfica Guarani, 1951. 84p.
- ALMEIDA, Aluísio de. Artigos publicados nos jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*. Acervo: Adolfo Frioli.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da maçonaria*. In.: *Narra o Passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP, 2000. p. 215-234.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*. A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: UNICAMP, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre A Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Intelectuais, política y poder*. Buenos Aires: Eudea, 2007, 260p.
- CAVALHEIRO, Mariângela Carvalho. *A produção literária de Julio Ribeiro em Sorocaba*. Sorocaba: Digipel, 2001.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Scenas da Escravidão: breve histórico sobre a Escravidão negra em Sorocaba*. Sorocaba: Create, 2006.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação: Leituras*. Thompson, 2003, 134p.
- MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. 592p.
- MENON, Og Natal. *A Educação Escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República*. PUC: São Paulo, 2000, 367p.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O Ideário Republicano e a Educação. Uma contribuição para a História das Instituições*. Campinas: Mercados das Letras, 2006
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934)*. EDUSP, 2003, 490p.
- MOREL, Marco. *Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias na primeira metade do século XIX*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. n. 28, 2001, p.3-22.
- PAVAN, Diva O.; PASSOS, Laurizete Ferragut. *Cidade e Instituição Escolar nas trajetórias e práticas educativas de professoras*. Trabalho publicado no site: http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/34DivaPavan_LaurizetePassos.pdf - acessado em 06/04/2013.
- SILVA, Ivanilson B. da. *Apontamentos sobre Maçonaria, Abolição e a educação dos filhos de escravos na cidade de Sorocaba no final do século XIX*. REVISTA HISTEDBR on line, 27 (2007): 95-111.
- _____. *A cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Orientação Maria Lucia Spedo Hilsdorf. São Paulo: s.n., 2010.
- SILVA, Vanderlei da. *A participação da Loja Maçônica Perseverança III na educação escolar em Sorocaba: do final do segundo reinado ao final da primeira república*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Sorocaba, 2009, 108p.

Fontes Primárias - Livro de Atas das Igrejas e Lojas Maçônicas, Rol de Membros da Igreja Presbiteriana de Sorocaba, Livro de Casamentos e de Nascimentos.

- Livro de Atas da Loja Maçônica Constância. Sorocaba 1872:
- Livro de Matrículas da Loja Maçônica Constância. Sorocaba, 1847.
- Livro de Joias e Mensalidades da Loja Maçônica Constância, 1850. 54p.
- Livro de Atas da Loja Maçônica Perseverança III. Sorocaba, 1869.

Fontes Primárias – Jornais:

- Jornal Diário de Sorocaba (várias edições) – 1877-1899
- Jornal O Alfinete. 18923 (várias edições)
- Jornal Colombo 1877 (Várias edições).

Jornal 15 de novembro (várias edições).

Jornal O Sorocabano (várias edições)

Jornal Ypanema (várias edições)

Jornal O Americano (várias edições)

Jornal Gazeta Comercial (Várias edições)

Jornal A Província de São Paulo (várias edições).

Jornal A Gazeta de Campinas (várias edições)

Jornal A Voz do Povo (várias edições).

Fontes Primárias - *Relatórios e Ofícios sobre Educação da Cidade de Sorocaba – Arquivo do Estado:*

Livro de Registro de Escolas Particulares na Província de São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo 1884-1895, ordem 5111.

Relatório do Conselho de Instrução do Distrito de Sorocaba, em 23/11/1874. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Januária de Oliveira Simas, Professora da 2ª cadeira do sexo feminino, em 25/11/1873. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Luiz Augusto Ferreira, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 03/11/1874. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/10/1870. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 26/05/1873. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Venâncio José Fontoura, Professor da 2ª Cadeira do sexo masculino, em 22/09/1875. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Ofício apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito, em 29/10/1871. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Ofício do inspetor do distrito, Antonio Gonzaga Seneca de Sá Fleury para o inspetor geral da instrução pública da Província de São Paulo, Francisco Aurélio de Souza Carvalho. Arquivo do Estado de São Paulo, 25/11/1883. Ordem 5110.

Relatórios apresentados ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Messias José Corrêa, Inspetor do Distrito de Sorocaba, em 26/10/1870. Arquivo do Estado de São Paulo,

ordem 5110

Relatórios apresentados ao Inspetor Geral da Instrução Pública: Venâncio José Fontoura, Professor da Segunda Cadeira do Sexo Masculino, em 15/09/1869. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110

Relatório do Conselho da Instrução ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Aurelio de Souza Carvalho. Sorocaba, 17 de fevereiro de 1875. Arquivo do Estado. Ordem 5.110.

Relatório da diretora do Collegio de Sorocaba, professora Annita Guilhermina Wilke ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Aurelio de Souza Carvalho. Sorocaba, 14 de novembro de 1876. Arquivo do Estado. Ordem 5.110.

Relatório do professor da 3ª Cadeira, Fidelis de Oliveira ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Aurelio de Souza Carvalho. Sorocaba, 01 de junho de 1877. Arquivo do Estado. Ordem 5.110.

Relatório do Inspector de Distrito, Antonio Gonzaga Seneca de Sá Fleury ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Antonio de Campos Toledo. Sorocaba, 11 de novembro de 1882. Arquivo do Estado. Ordem 5.110.

Relatório do secretário do Conselho Municipal de Sorocaba João Padilha de Camargo encaminhado ao Inspetor Geral de Instrução Pública em 16/09/1887. Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 5110.

Relatório do professor Arthur Gomes sobre o Lyceu Municipal ao Director da Instrução Pública da Província, Dr. Arthur Cesar Guimarães. Sorocaba, 29 de outubro de 1888. Arquivo do Estado. Ordem 5.110.

Primeiro Relatório do Inspector do 25º Distrito Litterario, José Monteiro Boanova ao Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Arthur Cesar Guimarães. Sorocaba, 16 de novembro de 1895. Arquivo do Estado. Ordem 5.111.

Relatório do professor Joaquim Silva sobre a Escola Noturna Perseverança III ao Presidente da Camara Municipal de Sorocaba. Sorocaba, abril de 1899. Arquivo do Estado. Ordem 5.110.

Resenha da Publicação:

DYER, Colin. **O Simbolismo na Maçonaria**. São Paulo: Editora Madras, 2010. 218 páginas.

Nihad Faissal Bassis ¹

Podemos sair da Loja e, ao apreciarmos a natureza, perceber que tudo o que nos cerca é algo que Deus está a nos ensinar por intermédio de símbolos e alegorias – J.S.M. Ward

Introdução

Nessa obra, Colin Dyer, membro da famosa Quatuor Coronati e com inúmeros livros e artigos publicados no exterior, apresenta o resultado de sua rica pesquisa histórica sobre a origem dos símbolos utilizados na Maçonaria.

Apesar de sua conhecida erudição no meio maçônico do “Velho Continente”, essa é a primeira obra publicada no Brasil. Em todas elas, o autor deixa como marca registrada seu forte caráter crítico e preocupação no rigor de análise histórica e documental das fontes consultadas, não deixando espaço para achismos ou conjecturas infundadas.

De fato, trata-se de uma obra criteriosamente elaborada, entretanto, sem perder a poesia e a beleza, consoantes com o simbolismo maçônico. Vale destacar que o autor demonstra constante preocupação com a razão de existir da Maçonaria como um “sistema moral”, destituindo ênfases místicas ou míticas como atributo princi-

pal da Sublime Ordem. Nesse sentido, o autor estabelece que o objetivo dessa obra específica é o de desenvolver um estudo profundo da incorporação dos símbolos na Maçonaria. E logo em seu prefácio, Dyer registra a utilização de obras apenas de autores de sua credibilidade, mesmos que não concordando com algumas de suas opiniões.

Dividido em oito capítulos o livro tem seu início a partir do contexto histórico dos maçons livres e aceitos, indo até a união das duas Grandes Lojas inglesas e como isso veio a definir o uso dos instrumentos de trabalho no simbolismo maçônico.

O Maçom Especulativo

No primeiro capítulo, Dyer define o maçom especulativo a partir de um prisma histórico, não com base na Maçonaria em si, mas na preocupação de um movimento do ser humano em se espiritualizar e progredir moralmente:

[...] o desígnio da instituição maçônica é o de tornar o homem mais sábio e melhor, e, conseqüentemente, mais feliz. Ela estabelece em suas instruções simbólicas os princípios da moralidade... (p.27)

¹ Nihad Faissal Bassis é escritor, pesquisador e MSc em Administração. Iniciado na Loja Maçônica “Acácia do Planalto 1635” - GODF-GOB (rito REAA), atualmente é Mestre Maçom filiado à Loja Maçônica “Flor de Lótus n.38” - GLMDF-CMSB (Rito de York). É membro honorário da Loja “Lumminar 4261” - GOB (Rito Schroeder) e detentor da Grã-Cruz do GOIRJ-COMAB no grau de Benemérito da Ordem. Senior DeMolay e Nobre Shriner, é membro e entusiasta do Rito de York, sendo filiado ao Supremo Grande Capítulo de Maçons do Real Arco do Brasil - SGCMRA.

Com base nisso, podemos observar uma implicância objetiva da instituição como meio de alcance da felicidade humana a partir de atributos morais. Notadamente a ligação (*religare*) a Deus não é constatação de seus estudos como função ou fim da Maçonaria.

Através de outros autores, Dyer assume que o maçom como estudante, desejoso de aprender estes princípios deve estar disposto a vivencia-los pois *"[...] os princípios morais de nada valem até que se tornem vivos e direcionados, pela prática."* (p.32)

Daí a grande contribuição da obra em nos mostrar que a vivência maçônica só se consolida além das fronteiras das Lojas, em nossa atuação como cidadão, parente, amigo.

Ao longo do capítulo são discutidas as inúmeras razões do uso do termo maçons "livres" e as diferentes origens, por muitas vezes não convergentes, mostram a diversidade de inserções simbólicas, até mesmo na definição do que é ser um maçom. O termo maçons livres e "aceitos" é justificado pela existência de um conclave interno, ainda no Século XVII, da Companhia de Maçons de Londres, o qual teve caráter distinto aos conclaves anteriores da Companhia. Segundo Dyer:

[...] a associação a esse conclave interno não era compulsória...e representava uma espécie de movimento espiritual voltado a uma vida melhor, tal como se pode encontrar de tempos em tempos na história mundial. Ao que parece, o surgimento dessa organização foi meramente um indício inicial, um precursor, ou um arauto, de um movimento filosófico muito mais forte que se manifestou sob diversas formas no século seguinte – o que ficou conhecido como a "idade da razão" – e durante o qual a Franco-Maçonaria se desenvolveu. Um importante fator desse conclave da Companhia de Maçons foi a o fato de que podiam a ele ser admitidos aqueles que não eram maçons operativos praticantes, mas que eram cidadãos responsáveis e respeitáveis, dotados de um adequado

padrão de vida. Esses outros cidadãos eram "aceitos" como maçons a fim de se associarem a esse grupo interno, e que acabou ficando conhecido como "a aceitação". (p. 18)

Quanto ao uso do termo especulativo, Dyer, utilizando a obra de J.S.M. Ward, justifica que: *"[...] especulação é publicada sobre o título genérico de simbolismo."* (p. 29) e que:

[...] o simbolismo é a chave de todos os mistérios, de todas as religiões, modernas e antigas... sem a compreensão do significado dos símbolos, jamais conseguiremos apreciar a beleza da vida, ou entender aquilo que nossa fé procura ensinar. (p. 30)

De forma elegante Dyer destaca que *"[...] devemos lembrar que nem o simbolismo nem a verdade é exclusiva aos maçons"* (33) e que [...] *"a Maçonaria não detém o monopólio da verdade, e nem a sabedoria dos antigos sábios"* (p. 33).

O capítulo encerra-se com a preocupação de que o mundo moderno, em sua ânsia "estúpida" por respostas, criou a "simbolatria", que, além de distorcer o sentido original dos símbolos, alimenta uma distorção contínua da atual Maçonaria.

O Simbolismo Básico

Neste capítulo é desenvolvido um relato histórico do trabalho da Grande Loja dos Antigos e também da dos Modernos, chegando às contribuições de William Preston. Aprofunda ainda nas influências do Judaísmo e das antigas civilizações, bem como o uso dos números no simbolismo maçônico. São analisados os catecismos e as exposições da época. Influências cíclicas de época também foram observadas: *"[...] possui símbolos que foram deliberadamente inseridos por razões que serviram àqueles de sua época"* (p. 35).

Daí a certeza de a Maçonaria ser um organismo vivo, em constante mudança e sofrendo

influências do tempo. As influências, negativas ou positivas, ocorrem de fato, mesmo havendo por vezes um discurso folclórico de que a Maçonaria é a mesma desde sua criação.

Por conta das influências de época o autor afirma que: “[...] *existem várias origens na incorporação dos elementos do simbolismo maçônico*” (p. 37). Estas origens podem ser da política e de grupos dominantes da época, religiosos ou não; da cultura local; dos valores sociais; das experiências históricas; e de tantas outras variáveis sociais que podem ser analisadas.

A Loja - sua natureza e propósito

Neste capítulo um estudo sobre a Loja e seus propósitos detalha questões sobre seus pilares, colunas, seu solo sagrado e seu desenvolvimento.

Segundo o autor, curiosamente, muito do que há de diversidade no simbolismo maçônico trata-se mais de uma falta de orientação e comunicação centralizada de ordenação simbólica do que uma intenção planejada. Para ele, a intervisitação entre irmãos de Lojas distintas foi o que levou a Maçonaria à quantidade expressiva de símbolos existentes em suas lojas.

Em se tratando das reuniões realizadas nas Lojas, o autor destaca os três princípios fundamentais de como conduzi-las:

- Fé em Deus;
- Esperança na imortalidade;
- Caridade a toda humanidade.

Eis, claramente, os princípios que devem nortear as reuniões maçônicas.

A Loja – ornamentos, utensílios e joias

O quarto capítulo, “A Loja – Ornamentos, Utensílios e Joias”, além de estudar os principais ornamentos e utensílios presentes na Maçonaria Simbólica, desenvolve análise histórica sobre a Escada de Jacó, bem como sobre as chamadas Joias da Loja e os símbolos da Geometria. Todos

esses símbolos são analisados de forma criteriosa e aprofundada, sem que o autor perca seu pragmatismo típico.

Neste capítulo, o significado da letra G é dissecado. O catecismo “Chave Mestra” de John Browne, datado de 1800, é estudado detalhadamente, chegando ao seu complexo significado e sentido de nossa ligação com Deus em nosso desenvolvimento progressivo através do “G” que, para o autor, representa a presença divina de JHVH.

Além da geometria utilizada no simbolismo maçônico, também é tratado o significado das joias maçônicas e da tabua de delinear.

Trevas e luz

Aqui iniciam os estudos sobre os aspectos mais dedicados: o estado do ser enquanto neófito nas trevas, e do iniciado enquanto receptor da Luz. Trata-se de capítulo cuja leitura é fundamental para os aprendizes recém-iniciados. O autor consegue relacionar essa Luz mencionada à luz refletida pela experiência dos apóstolos, em Pentecostes, Atos dos Apóstolos, 2:

Então apareceram línguas como de fogo que se repartiram e pousaram sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia expressar-se. (p. 128)

Por conta disso diversos documentos maçônicos utilizam-se do termo “*Sit Lux*” (conforme Genesis, 1) em seus cabeçalhos, e também o termo pode ser encontrado em monumentos e edifícios maçônicos.

Do termo “trevas”, entende-se simbolicamente como o momento anterior a revelação da Luz Divina, uma vez que está é que nos traz consciência de nossa existência. Daí por que, segundo William Preston:

A Lei Sagrada é o guia de conduta, que

nós inculcamos em todos os graus. A Deus, ao nosso semelhante e a nós mesmos são devidos os deveres contidos neste Código.” (PRESTON apud DYER, p. 138)

vergada por reis.

Os Instrumentos de Trabalho

Por fim, em seu último capítulo é abordada a união das duas Grandes Lojas inglesas e como isso veio a definir o uso dos instrumentos de trabalho no simbolismo maçônico.

Dyer rememora-nos que os instrumentos são utilizados como elementos simbólicos de explanação moral e ética para os trabalhos da vida, tanto dentro como fora das Lojas maçônicas. Um bom exemplo disso são as explicações de William Meeson, em *Maçonical Aphorisms*.

Que todo verdadeiro maçom abata todas as disposições malévolas, com o Maço da Justiça e da Misericórdia; que ele meça as suas ações pela Régua de um dia; que ele as torne adequada pelo Esquadro da Prudência e da Igualdade; que ele as mantenha nos limites do Compasso da Moderação e da Temperança, ajustando-as pela verdadeira Linha de Prumo da Sinceridade e da Verdade Indiscutível, trazendo-as ao justo Nível da Perfeição e as Espalhe com a Silenciosa Trolha da Paz. (p. 208)

Comentário Final

Esta resenha não objetivou aprofundar-se na temática central do livro, dado a própria natureza e objetivos de uma resenha. Caberá ao leitor devastar os conhecimentos disponíveis na obra resenhada. Fica a certeza de que há muito a ser estudado nessa obra, especialmente por conta de sua fidedignidade aos manuscritos e documentos históricos da Maçonaria. Essa obra é digna de ser tomada como referência por todos os maçons, sejam eles de quaisquer graus, orientes, obediências ou ritos. Isso porque a obra trata do núcleo conceitual da Maçonaria. Em suma, uma obra ontológica, pois, conforme uma antiga preleção que deu origem aos nossos primeiros cerimoniais:

- O que constitui o caráter de um maçom?
- O caminhar humilde aos olhos de Deus, praticar a Justiça e amar a Clemência.

As Cerimônias

O tema progresso em busca da perfeição onde relata a lógica dos três graus e sua evolução no contexto do maçom em sua vida.

Segundo o autor, com base na análise dos manuscritos maçônicos, os três graus nada mais são que 'Ulam, Hekhal e Devir, ou seja, os três aposentos do Templo construído pelo rei Salomão. Desta forma, os três graus são a principal contribuição da maçonaria especulativa em seu início por representam a evolução gradual e progressiva dos acontecimentos que ocorrem durante a jornada rumo à perfeição que cada maçom tem o dever de buscar. De forma sucinta este três estágios representam:

O reconhecimento do Deus da Natureza forma o primeiro estágio de nossa profissão; o culto a Deus sob a lei judaica está descrito no segundo estágio da maçonaria e por fim, a graça cristã é distinguida na última e mais elevada ordem (o grau de Mestre). (pp. 162:163)

As Vestimentas Maçônicas

“As vestimentas maçônicas” é o penúltimo capítulo, e apresenta o sentido de ordem e obediência em relação aos símbolos de distinção entre os membros de cada grau progressivo da Maçonaria. Neste capítulo, Dyer cita William Hutchinson que, em 1770, define o porquê do uso do avental branco no grau de Aprendiz Maçom: “[...] *Os maçons, como um de seus primeiros princípios, professam a “Inocência” como um emblema de seu caráter, o que revela pureza d’alma [...]*” (HUTCHINSON apud DYER, p. 169)

Daí vem que, na preleção da *Biographia Ecclesiastica*, tem-se que, independente do grau, a vestimenta denota a inocência do coração que é mais honrosa do que qualquer outra jamais en-

- Quais são as qualificações adequadas à dignidade da Arte?

- Dedicar socorro aos necessitados, dar pão ao pobre e reconduzir ao caminho certo o caminhante desorientado.

(HUTCHINSON apud DYER, p. 73)

Em outras palavras, o caráter de um maçom é forjado na fé e sua dignidade é medida pela caridade. Talvez essa seja a principal lição que a Maçonaria apregoa e que essa brilhante obra evidencia.

Sobre a Revista

Foco e Escopo

A Revista "Ciência & Maçonaria" é a primeira revista acadêmica no Brasil dedicada a contribuições acadêmicas em um campo de pesquisa cada vez mais estudado: a Maçonaria. Seu formato é exclusivamente eletrônico e com publicações semestrais. Sua finalidade é publicar produção multidisciplinar relacionada à Maçonaria de especialistas, professores e alunos de diversas universidades. O objetivo é disponibilizar conhecimento sobre Maçonaria e democratizar a produção acadêmica sobre esse objeto de pesquisa: a Maçonaria.

A Revista "Ciência & Maçonaria" destina-se à publicação de textos inéditos na modalidade de artigos, ensaios e resenhas. Trata-se de um espaço aberto para professores, pesquisadores e estudantes que desejam publicar suas análises, reflexões e resultados de pesquisas realizadas. A revista também está aberta ao público maçônico em geral para suas contribuições. Considera-se ainda, como principal requisito para publicação na Revista "Ciência & Maçonaria", que a produção apresente conteúdo analítico-interpretativo, de maneira coerente com rigor científico na área de estudo das ciências humanas e sociais.

Os artigos podem ser das seguintes CATEGORIAS: teórico, empírico, ensaio ou resenha bibliográfica:

Artigo Teórico

O artigo teórico deverá basear-se em questões maçônicas ligadas a uma das ciências humanas e sociais e apresentar uma reflexão/interpretação crítica dos fenômenos observados, sustentado por referências bibliográficas relevantes.

Artigo Empírico

O artigo empírico deverá fundamentar-se em procedimentos metodológicos relevantes, na tentativa do desenvolvimento de análises e interpretações que produzam avanço ou conhecimento na área.

Ensaio

O ensaio trata-se de uma forma livre de análise e interpretação de fenômenos relacionados à Maçonaria, apresentando novas perspectivas e enfoques sobre temas relevantes; contribuindo assim para o avanço da produção científica.

Resenha

A resenha consiste em análise crítica de livros, teses, dissertações e monografias, publicadas no Brasil e no exterior sobre Maçonaria.

Processo de Avaliação pelos Pares

O processo de avaliação da Revista Ciência & Maçonaria consiste nas seguintes etapas: O artigo original será analisado pelo editor responsável da revista, de modo a se analisar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área de avaliação o qual será direcionado. Com a etapa de definição, o artigo será enviado a dois avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores e entre os avaliadores (peer blind review), que por sua vez, procederão de acordo com os critérios:

1. Publicar sem alterações;
2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores;
3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente;
4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior.

Periodicidade

A Revista "Ciência & Maçonaria" apresenta volumes anuais com periodicidade semestral; sendo dois números por ano. A RC&M apresenta-se em formato digital, onde o leitor pode facilmente efetuar buscas por temas, títulos, autores, além de possibilitar salvar os artigos em formato ".pdf" quando necessário, sem a necessidade de autorização prévia. Os volumes serão divididos em:

N.1: Jan/Fev/Mar/Abr/Mai/Jun/ - publicado em Julho

N.2: Jul/Ago/Set/Out/Nov/Dez - publicado em Janeiro

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Seções

A Revista Ciência & Maçonaria é dividida nas seguintes seções, nas quais os artigos a serem submetidos devem ser enquadrados:

1. Linguística, Filosofia e Simbologia.
2. História.
3. Sociologia, Antropologia, Administração, Ciência Política, Pedagogia e Direito.
4. Teologia.
5. Psicologia e Pedagogia.

Diretrizes para Autores

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do *website* da revista e seguindo estritamente o formato exigido pela mesma, respeitando ainda as condições para submissão e de acordo com os termos relativos a direitos autorais publicados no website: www.cienciaemaconaria.com.br

Conselho Editorial

C&M



Revista Ciência & Maçonaria

Parceiros



PKP
PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT